



MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS

NA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

DA

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

A SER REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2026

Datado de 17 de março de 2026.

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA DA LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE
ABRIL DE 2026

ÍNDICE

1.	CONVITE	3
2.	EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....	4
3.	ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AGO	6
3.1.	PARTICIPAÇÃO POR MEIO DA PLATAFORMA “ZOOM”	6
3.2.	PARTICIPAÇÃO POR MEIO DO BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA.....	7
3.2.1.	Envio direto à Companhia	7
3.2.2.	Envio por meio de prestadores de serviço	8
3.3.	DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA.....	8
3.3.1.	REPRESENTAÇÃO POR PROCURADOR	9
3.4.	CONTATO PARA ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS	10
4.	PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA AS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA AGO	11
4.1.	ITEM (I) DA ORDEM DO DIA: “ <i>tomar as contas dos Administradores, discutir e votar o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Comitê de Auditoria</i> ”.....	11
4.2.	ITEM (II) DA ORDEM DO DIA: “ <i>fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026</i> ”.	12
5.	ANEXOS	13
5.1.	ANEXO A: COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.....	13
5.2.	ANEXO B: INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL, NA FORMA DO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.....	51

1. CONVITE

Prezados Senhores Acionistas,

A Administração da **LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.** ("Log-In" ou "Companhia"), nos termos do que dispõe a legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social, apresenta a V. Sas. o Manual para Participação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária da Log-In a ser realizada no dia 16 de abril de 2026, às 14 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "*Zoom*", nos termos do Edital de Convocação divulgado nesta data ("Assembleia" ou "AGO").

A Companhia informa que, em atendimento ao disposto no art. 30, § 1º, da Resolução CVM nº 81/22 ("Resolução CVM 81"), a AGO será integralmente gravada e o seu registro será mantido por, no mínimo, 5 (cinco) anos contados da data da Assembleia.

Neste Manual V. Sas. encontrarão, além da Proposta da Administração em relação a cada um dos itens da ordem do dia da Assembleia, esclarecimentos acerca das matérias, bem como todas as informações necessárias à participação dos acionistas na Assembleia.

Atenciosamente,

A Administração.

2. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

CNPJ/MF nº 42.278.291/0001-24

NIRE 33.3.0026074-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e dos artigos 4º a 6º da Resolução CVM nº 81/22 (“Resolução CVM 81”), convocamos os senhores acionistas da **Log-In Logística Intermodal S.A.** (“Log-In” ou “Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia” ou “AGO”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 16 de abril de 2026, às 14 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma “Zoom”, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) tomar as contas dos Administradores, discutir e votar o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; e
- (ii) fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026.

Instruções Gerais:

Material de Suporte: Encontram-se disponíveis para consulta na sede da Log-In, nos sites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.gov.br/cvm), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br), bem como no site de relações com investidores da Companhia (<https://ri.loginlogistica.com.br/>): (i) as Demonstrações Financeiras anuais da Log-In referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e os demais documentos de que tratam o artigo 133 da Lei das S.A. e o artigo 10 da Resolução CVM 81; e (ii) o Manual de Participação na AGO, contendo (a) a Proposta da Administração para Assembleia; (b) orientações para participação na Assembleia; e (c) todos os demais documentos pertinentes às matérias da ordem do dia, nos termos dos artigos 10 e 13 da Resolução CVM 81.

Assembleia Exclusivamente Digital: A Companhia esclarece que, nos termos do art. 5º, inciso III, da Resolução CVM 81, a AGO será realizada de forma exclusivamente digital, de modo que os acionistas somente poderão participar da Assembleia por meio da plataforma “Zoom” ou do boletim de voto a distância. Para fins do art. 5º, § 4º, da Resolução

CVM 81, a Companhia entende que assembleia realizada exclusivamente de modo digital facilita a participação dos acionistas de forma prática e segura, com maior conveniência e acessibilidade, e sem a necessidade de deslocamento e custos relacionados com a participação presencial dos acionistas.

Plataforma “Zoom”: Os dados para participar da AGO por meio da plataforma “Zoom” serão encaminhados pelo Departamento de Relações com Investidores aos acionistas que enviarem e-mail manifestando a sua intenção de participar da AGO ao endereço ri@loginlogistica.com.br com antecedência mínima de 2 (dois) dias em relação à data de realização da Assembleia - ou seja, até 14 de abril de 2026 (inclusive). Para tanto, no mesmo prazo, o acionista (ou seu representante) deverá encaminhar documentação que comprove (i) a identidade do acionista ou de seu representante (se for o caso) e (ii) os poderes de representação do acionista na Assembleia (se for o caso).

Boletim de voto a distância: Os acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio do exercício do direito do voto via boletim de voto a distância deverão observar as instruções detalhadas neste Manual de Participação na AGO e quaisquer outras indicadas no próprio boletim de voto a distância.

Conselho Fiscal: Nos termos do art. 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, bem como do art. 4º, da Resolução CVM nº 70/22, o percentual mínimo de participação para pedido de instalação do Conselho Fiscal, previsto no art. 161, § 2º, da Lei das S.A., é de 2% (dois por cento) das ações ordinárias.

Rio de Janeiro - RJ, 17 de março de 2026.

Julian Roger Crispin Thomas
Presidente do Conselho de Administração

3. ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AGO

A AGO será realizada de forma exclusivamente digital. Os acionistas poderão participar da Assembleia exclusivamente **(i)** por meio da plataforma “Zoom”; ou **(ii)** por meio do exercício do direito de voto via boletim de voto a distância.

Independentemente da forma de participação escolhida, a documentação necessária à participação do acionista (conforme descrita abaixo), deverá ser encaminhada aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Log-In preferencialmente de forma digital ao endereço de e-mail ri@loginlogistica.com.br ou, alternativamente, ao endereço da sede da Companhia, localizada na Rua do Passeio, nº 78, salas 1.101 e 1.201, Condomínio BVEP Nigri Plaza, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20021-290.

A Companhia não exigirá a autenticação de cópias digitais dos documentos para participação na Assembleia, nem o reconhecimento de firma de documentos assinados no território brasileiro ou a notarização e apostilamento daqueles assinados fora do país. Nada obstante, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira, com exceção daqueles lavrados originalmente em língua inglesa ou espanhola, deverão ser apresentados acompanhados de sua tradução juramentada para a língua portuguesa.

3.1. PARTICIPAÇÃO POR MEIO DA PLATAFORMA “ZOOM”

Nos termos do art. 6º, § 3º, da Resolução CVM 81, os acionistas que desejem participar da AGO por meio da plataforma digital deverão encaminhar e-mail solicitando a sua participação ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência em relação à data da AGO - ou seja, até 14 de abril de 2026 (inclusive) –, acompanhada de toda a documentação descrita no item 3.3 abaixo, conforme aplicável.

Uma vez recebida a solicitação e verificada a documentação fornecida, a Companhia enviará ao acionista os dados para participação na Assembleia por meio da plataforma “Zoom”. O acionista que participar da Assembleia por meio da plataforma digital poderá exercer os seus respectivos direitos de voto e será considerado presente e signatário da ata, na forma do art. 76, inciso III, da Resolução CVM 81.

O acionista que tenha solicitado de forma adequada a participação na Assembleia por meio da plataforma digital e não tenha recebido da Companhia o e-mail com os dados para acesso até as 23:59 horas (horário de Brasília) do dia 15 de abril de 2026 deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia até, no máximo, às 10 horas (horário de Brasília) do dia 16 de abril de 2026 por meio do número

de telefone +55 (21) 2111-6762.

A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma “Zoom” e garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização desta (por vídeo e áudio).

Adicionalmente, a Log-In solicita que os acionistas acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para o início da Assembleia, a fim de permitir a validação do seu acesso. A Companhia esclarece que não será permitido o ingresso de qualquer acionista após o início da Assembleia.

Por fim, a Log-In esclarece que não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da plataforma digital.

3.2. PARTICIPAÇÃO POR MEIO DO BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

Os acionistas que desejarem participar da Assembleia por meio do exercício do direito do voto via envio de boletim de voto a distância poderão **(i)** transmitir as instruções de preenchimento do boletim ao escriturador, ao depositário central ou ao seu agente de custódia; ou **(ii)** enviar o boletim diretamente à Companhia.

Nos termos da Resolução CVM 81, caso haja divergências entre o boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia ou recebido pelo depositário central e a instrução de voto contida no mapa analítico do escriturador para um mesmo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, a instrução de voto proveniente do escriturador deve prevalecer. Do mesmo modo, caso haja divergências entre o boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa analítico do depositário central para um mesmo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, a instrução de voto proveniente do depositário central deve prevalecer.

3.2.1. Envio direto à Companhia

O acionista que optar por participar da Assembleia por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia deverá encaminhar, por e-mail, ao Departamento de Relações com Investidores da Log-In cópia digital do boletim de voto devidamente preenchido, rubricado e assinado, acompanhada de toda a documentação descrita no item 3.3 abaixo, conforme aplicável.

O boletim deve ser enviado à Companhia com, no mínimo, 4 (quatro) dias de antecedência da data da realização da Assembleia, de modo que os acionistas que queiram enviar suas instruções de voto diretamente à Companhia devem fazê-lo até o dia 12 de abril de 2026 (inclusive). Eventuais boletins de voto recebidos pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

Uma vez recebido o boletim de voto, a Companhia avisará o acionista, em até 3 (três) dias úteis do recebimento do boletim, sobre: (a) o recebimento do boletim com documentos suficientes para que o voto seja considerado válido; ou (b) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim ou dos documentos que o acompanham, que deverá ser realizado com, no mínimo, 4 (quatro) dias de antecedência da data da realização da Assembleia – ou seja, até 12 de abril de 2026 (inclusive).

3.2.2. Envio por meio de prestadores de serviço

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviço deverá entrar em contato diretamente com seu agente de custódia, com o depositário central ou com o escriturador de ações de emissão da Companhia e observar as regras estabelecidas pelo respectivo prestador de serviços para a transmissão das instruções de voto.

Abaixo encontram-se os dados da instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar -São Paulo

Atendimento a acionistas:

3003-9285 (ligações e atendimento através do WhatsApp)

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

3.3. DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Os acionistas que desejarem participar da Assembleia por qualquer meio admitido deverão encaminhar ao Departamento de Relações com Investidores, vias originais ou cópias (digitais ou físicas) da seguinte documentação nas formas e prazos acima:

Acionista pessoa física

- (i) Documento de identificação, com foto, do acionista.

Acionista pessoa jurídica

- (i) Documento de identificação, do(s) representante(s) que comparecerá(ão) à Assembleia, com foto; e
- (ii) (a) cópia integral do último estatuto ou contrato social; e (b) documentação societária comprovando poderes do(s) representante(s) que comparecerá(ão) à Assembleia (ata de eleição da administração e/ou procuração, conforme o caso).

Acionista fundo de investimento

- (i) Documento de identificação do(s) representante(s) que comparecerá(ão) à Assembleia, com foto; e
- (ii) (a) Último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, e; (c) documentação societária comprovando poderes do(s) representante(s) que comparecerá(ão) à Assembleia (ata de eleição da administração e/ou procuração, conforme o caso).

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, CIN (carteira de identidade nacional), passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

3.3.1. REPRESENTAÇÃO POR PROCURADOR

Os acionistas também poderão participar da AGO representados por procurador constituído há menos de um ano nos termos do art. 126 da Lei das S.A.

Nesse caso, além da documentação descrita acima, o acionista (ou seu procurador) deverá encaminhar ao Departamento de Relações com Investidores da Log-In vias originais ou cópias (digitais ou físicas) da seguinte documentação:

- (i) Documento de identificação, com foto, do(s) procurador(es) que comparecerá(ão) à Assembleia; e
- (ii) Instrumento de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia na forma do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. e do art. 654, §1º, do Código Civil.

Em consonância com a decisão do Colegiado da CVM no Processo CVM RJ2014/3578, acionistas pessoas jurídicas ou fundos de investimento poderão ser representados por

procurador que seja ou não instituição financeira, acionista ou administrador da Companhia, ou advogado, devendo tais acionistas serem representados na forma dos seus documentos societários.

3.4. CONTATO PARA ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Para quaisquer esclarecimentos adicionais, nosso Departamento de Relações com Investidores segue à disposição pelos seguintes canais:

Bruna Matos

ri@loginlogistica.com.br

+55 (21) 2111-6762

Rua do Passeio, nº 78, salas 1.101 e 1.201, Condomínio BVEP Nigri Plaza,
Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro

4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA AS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA AGO

Nesta seção a Administração da Companhia apresenta a sua proposta em relação a cada uma das matérias da ordem do dia da Assembleia (“Proposta”), conforme elencadas no Edital de Convocação divulgado nesta data, disponível nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<https://www.gov.br/cvm>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br) e da Log-In (ri.loginlogistica.com.br).

4.1. ITEM (I) DA ORDEM DO DIA: “tomar as contas dos Administradores, discutir e votar o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Comitê de Auditoria”.

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de março de 2026, a Administração submete à apreciação de V. Sas. o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Comitê de Auditoria.

A Administração propõe a V. Sas. que, após atenta consideração, aprovem, sem ressalvas, as contas dos Administradores, o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Os documentos ora referidos estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br) e da Log-In (www.loginlogistica.com.br/ri), nos termos do art. 133, caput, da Lei nº 6.404/76 e do art. 9º, VI, da Resolução CVM nº 81/22.

Em cumprimento ao art. 10, inciso III, da Resolução CVM 81, os Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma do item 2 do Formulário de Referência, encontram-se disponíveis no **ANEXO A** desta Proposta.

Como o resultado auferido pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi integralmente absorvido pelo prejuízo acumulado, nos termos do art. 189 da Lei das S.A., não há proposta de destinação do resultado do exercício social em questão, sendo dispensada, portanto, a apresentação das informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81, conforme entendimento do Colegiado da CVM manifestado no âmbito do Processo CVM nº RJ2010/14687 e consignado no Ofício

4.2. ITEM (II) DA ORDEM DO DIA: “fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026”.

A Administração propõe a fixação do montante global da remuneração anual dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2026 em R\$22.999.064,90 (vinte e dois milhões, novecentos e noventa e nove mil, sessenta e quatro reais e noventa centavos).

O montante em referência inclui os valores referentes a salário/pró-labore, benefícios, remuneração variável, a serem reconhecidos no resultado da Companhia, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação das remunerações individuais e a determinação da proporção de cada componente na remuneração dos Administradores. Por outro lado, o montante ora referido não abrange os encargos sociais de ônus do empregador, em linha com a decisão do Colegiado da CVM no âmbito do Processo CVM nº 19957.007457/2018-10.

A Administração esclarece que o montante global da remuneração global ora proposta considera a experiência e reputação dos Administradores, as responsabilidades assumidas e a complexidade inerente aos respectivos cargos. Foi considerada, adicionalmente, a necessidade de garantir a competitividade frente ao mercado de atuação da Companhia, permitindo a atração e retenção dos melhores profissionais para a Administração e a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo.

A título de informação, a Administração esclarece que, para o exercício social de 2025, o montante global da remuneração anual dos Administradores foi fixado no valor de R\$23.126.544,41, sendo que o valor efetivamente pago a título de remuneração aos Administradores no exercício social de 2025 foi de R\$ 21.144.934,82.

Em cumprimento ao art. 13, inciso II, da Resolução CVM nº 81/22, informações adicionais sobre a remuneração dos Administradores, na forma do item 8 do Formulário de Referência, encontram-se disponíveis no **ANEXO B** abaixo.

5. ANEXOS

5.1. ANEXO A: COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão Geral da Companhia

A Log-In Logística Intermodal S.A. (“Companhia” ou “Log-In”) é uma provedora de soluções logísticas integradas. A Companhia dispõe de uma rede de ativos que inclui sua frota de nove navios, um terminal portuário em Vila Velha, o TVV - Terminal de Vila Velha S.A. (“TVV”), além das controladas Tecmar Transportes Ltda. (“Tecmar”) e Oliva Pinto Logística Ltda. (“Oliva Pinto”), estas últimas que atuam no segmento de transporte rodoviário de cargas e armazenagem, e soluções integradas, que incluem soluções customizadas para os clientes e a operação de um terminal intermodal em Itajaí.

Por meio de uma extensa e integrada malha de transporte, a Log-In atende as principais regiões do Brasil, bem como oferece soluções eficientes para o transporte dos produtos de seus mais de 1,5 mil clientes, nos quais estão incluídas as principais empresas brasileiras e multinacionais com operações no Brasil e no Mercosul.

Com soluções customizadas e uma equipe qualificada, a Log-In reduz os custos logísticos de seus clientes, redesenhando suas operações e otimizando todo o processo de movimentação de cargas.

Em um país de dimensões continentais como o Brasil é possível reduzir consideravelmente os níveis de emissão de gases poluentes, através de uma matriz de transportes mais diversificada, que utilize os mais diversos modais existentes para cargas.

Com aproximadamente 8 mil km de costa navegável, o Brasil tem oportunidade de logística sustentável ao avançar no transporte por cabotagem, pois traz benefícios ambientais e ganhos diretos e indiretos em custos logísticos. Fazendo uma comparação entre os principais modais de transporte, a emissão de CO₂ da cabotagem representa uma redução de 80% em relação ao modal rodoviário e o consumo de combustível é oito vezes menor que o dos caminhões. Comparando com o ferroviário, um navio de 6 mil tons emite 20g CO₂/TKU, enquanto um trem com 86 vagões de 70 tons emite 23,3g CO₂/TKU.

Com uma frota de nove navios próprios, a Companhia retira mais de 170 mil caminhões das estradas por ano. Além da economia gerada pelo custo da logística integrada, também vale citar que o transporte marítimo tem baixo risco de roubo e avaria de cargas.

A Companhia está focada e executa sua estratégia de crescimento sustentável de longo prazo, que passa por iniciativas de crescimento orgânicas e inorgânicas que possam contribuir para o fortalecimento do seu modelo de negócios. A estratégia da Companhia busca entregar o seu propósito de fazer da logística marítima integrada um impulsionador para o crescimento sustentável através da nossa gente.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025

O ano de 2025 foi um ano de superação para a Companhia com resultados positivos e diversos recordes operacionais e financeiros. Isso demonstrou a resiliência dos negócios da Log-In em um período de muitos desafios.

No ano de 2025, em termos de volume na Navegação Costeira, o transporte de contêineres cresceu, atingindo 776,9 mil TEUs, tendo como destaque as modalidades *Feeder* e Cabotagem. O volume da Cabotagem foi de 233,7 mil TEUs, reflexo do esforço comercial na ampliação da base de clientes e da recuperação do nível de serviço da Companhia, mesmo diante de um mercado mais competitivo em 2025. Esse aumento foi superior ao crescimento do setor, conforme dados da ABAC (Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem). O volume do Feeder totalizou 497,8 mil TEUs, impulsionado principalmente pela crescente demanda de cargas de-para Manaus.

No TVV, o volume anual de movimentação de contêineres apresentou redução, sobretudo pela linha de exportação de contêineres, baseada em dois produtos: (i) café e (ii) granito (chapa). A entressafra do café afetou o primeiro semestre do ano de 2025, enquanto o preço do café no mercado internacional não favoreceu a realização das exportações no segundo semestre do ano de 2025, quando comparado a 2024. A redução da exportação de granito (chapa) foi decorrente da baixa demanda nos principais centros consumidores (EUA), pontualmente afetada pelo contexto geopolítico adverso no 3T25. Já o volume de carga geral foi recorde histórico, 929,7 mil tons, com destaque para o granel que atingiu 665,5 mil tons.

A Receita Operacional Líquida (ROL) da Log-In foi de R\$ 3.081,0 milhões, positivamente beneficiada, principalmente, pela ROL da Navegação Costeira que registrou recorde histórico de R\$ 2.069,6 milhões, com destaque para a ROL do Feeder com crescimento de 45,7%, na comparação com o ano de 2024.

No resultado, o EBITDA ajustado anual cresceu 16,7% e a Margem EBITDA ajustada aumentou 0,8 p.p, frente ao 2024. No ano de 2025, a linha de Despesas Gerais e Administrativas (G&A) foi beneficiada principalmente pela reversão de despesas com contingências não materializadas, provisionadas no período da aquisição da Tecmar, as quais somaram R\$ 114,1 milhões no período. A variação positiva do EBITDA ajustado da Navegação Costeira e do TVV compensaram a queda do EBITDA ajustado do Transporte Rodoviário de Cargas.

A Dívida Líquida/EBITDA UDM da Companhia estava em 1,5x no fim do exercício social da 2025. A melhora do indicador contra o trimestre anterior, 3T25, pode ser explicada

principalmente pelo aumento do EBITDA no 4T25. Esse aumento decorre sobretudo em razão de dois fatores: (i) a linha de Despesas Gerais e Administrativas (G&A) foi beneficiada principalmente pela reversão de despesas com contingências não materializadas, provisionadas no período da aquisição da Tecmar, as quais somaram R\$ 114,1 milhões em 2025; e (ii) houve uma receita operacional no valor de R\$122,9 milhões devido à decisão judicial que confirmou a não incidência de PIS/COFINS sobre as operações de transporte para a Zona Franca de Manaus, acumulado de 2018 até 2024, efeito não recorrente, gerando um impacto financeiro positivo no período.

b. estrutura de capital

Em 2025, não houve mudança no capital social da Companhia. O último aumento de capital social aconteceu em 08/05/2024, em razão do exercício de opções de compra de ações da Companhia. Desse modo, o capital social subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 1.348,1 milhão, representado por 107.306.486 ações, sendo que 1.218.772 ações estavam em tesouraria.

Além do capital próprio, a Companhia recorre ao capital de terceiros para financiar suas atividades, otimizando sua estrutura de capital. Os níveis de endividamento são monitorados em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital.

A política da Companhia tem como objetivo estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 1.089,7 milhão, a dívida bruta era de R\$ 1.699,7 milhão e o saldo de caixa e equivalente de caixa acrescido de aplicações financeiras era de R\$ 339,5 milhões, de modo que a dívida líquida da Companhia era de R\$ 1.360,3 milhão.

A dívida bruta consiste na soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto (circulante) e longo (não circulantes) prazos. A dívida líquida, por seu turno, reflete a exposição total da Companhia quanto às obrigações contraídas junto ao sistema financeiro.

Índice de alavancagem financeira	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Dívida bruta	1.699.727	1.689.145
Caixa e equivalentes de caixa	(300.109)	(289.792)
Aplicações financeiras	(39.344)	(39.068)
Dívida líquida	1.360.274	1.360.285
Patrimônio líquido Controladora	1.089.428	968.669
Relação dívida líquida/capital	1,2	1,4

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A gestão do capital da Log-In visa assegurar a continuidade de suas atividades e preservar sua capacidade de honrar seus compromissos financeiros, ao mesmo tempo que busca maximizar o retorno para as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez

adequados, que possam garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de eventuais oportunidades comerciais.

A Companhia possui prazo final para amortização das dívidas com o BNDES até 2034 e com outros credores até 2033. A Administração da Log-In envida esforços constantes visando melhores condições de pagamento e o equilíbrio entre geração de caixa e o fluxo de pagamentos de obrigações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, a posição de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 339,5 milhões, enquanto a dívida bruta somava R\$ 1.699,7 milhão, sendo que 80,8% dessa dívida é de longo prazo e o nível de alavancagem está em 1,5x o EBITDA.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de captação de recursos da Companhia para financiamento de ativos não circulantes foram empréstimos contratados junto ao BNDES, com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), que correspondiam a 30,1% da dívida bruta da Log-In em 31 de dezembro de 2025. Esses financiamentos foram contratados para o projeto de construção de navios em estaleiro brasileiro, que foi rescindido em 2017 junto ao estaleiro contratado, que se encontrava em recuperação judicial.

Em abril de 2025, foi celebrado o contrato de financiamento com o BNDES de Finame em nome da sua controlada a Tecmar, envolvendo o montante total de R\$ 76,6 milhões de reais, com prazo de vencimento de 9 anos. Os recursos líquidos captados por meio da emissão foram utilizados para o financiamento da renovação da frota da Tecmar.

Em julho de 2025, foi realizada a 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, envolvendo o montante total de R\$ 280 milhões de reais, com prazo de vencimento de 7 anos. Os recursos líquidos captados por meio da emissão foram destinados à amortização das 2ª notas comerciais da Companhia.

Em maio e julho de 2024, a Companhia realizou a emissão das 3ª notas comerciais, em duas séries, no volume respectivamente de R\$ 370 e R\$ 50 milhões, com a finalidade de substituir as três dívidas anteriores: (i) 1ª emissão nota comercial, (ii) a 3ª emissão de debêntures e (iii) 4ª emissão de debêntures. Essa nova emissão alonga o prazo para pagamento pela Companhia para 2031.

Em novembro de 2021, a Companhia em nome da sua controlada, TVV, realizou sua 1ª emissão de debêntures com a finalidade de financiar os investimentos atrelados à renovação do contrato de arrendamento do TVV e realizar o pré-pagamento de principal e juros e demais encargos da 2ª Debêntures da Log-In, que tinham vencimentos programados para 2029, alongando o prazo até 2033.

Para financiar o capital de giro, a Log-In tem utilizado recursos próprios de sua geração de caixa operacional. A Companhia não realiza antecipação de clientes. Atualmente, a Log-In faz uso de operações de risco sacado com seus fornecedores de transporte rodoviário,

sendo que em 31 de dezembro de 2025 o valor envolvido nessas operações correspondia a R\$ 23,634 milhões. Para o alongamento do prazo do bunker, a Log-In utiliza a Alelo como financiadora e possui um montante de R\$ 53,812 milhões a pagar. As subsidiárias usaram R\$ 15,4 milhões da conta garantida e R\$ 52,4 milhões para alongar prazos de pagamento a fornecedores.

Dívida (R\$ Mil)	CP	LP	Total
BNDES	81.991	428.841	510.832
Finame	1.485	78.720	80.205
Debêntures	45.820	443.283	489.103
Notas Comerciais	40.545	416.846	457.391
Financiamentos e Empréstimos	156.180	6.016	162.196
Total	326.022	1.373.705	1.699.727

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As fontes de financiamento da Companhia são discutidas entre a diretoria, a gerência financeira e a coordenação de tesouraria, após os ciclos orçamentários nos quais são projetados os covenants e as necessidades de caixa de acordo com as políticas de risco da Companhia, e dependem das condições e liquidez do mercado no momento. Todo financiamento passa pela aprovação do comitê estratégico e financeiro, presidência e Conselho de Administração.

Em caso de eventual deficiência de liquidez, a Companhia entende que poderia utilizar as mesmas fontes que atualmente utiliza. Ou seja, a Companhia poderá recorrer (i) a financiamentos de curto prazo para suprir a necessidade de capital de giro, mediante contratação de linhas de crédito junto a bancos comerciais ou emissão de títulos de dívida distribuídos em mercado de capitais (notas promissórias comerciais) e antecipação de recebíveis; e (ii) a financiamentos de médio e longo prazo contratados junto a bancos de fomento para financiamento de investimentos em ativos não circulantes, instituições multilaterais e bancos comerciais, ou mediante operações estruturadas, como emissões de debêntures distribuídas no mercado de capitais.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha um balanço com dívida bruta (empréstimos, financiamentos e debêntures) de R\$ 1.699,7 milhão, sendo 80,8% deste montante com vencimento no longo prazo e uma posição em caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de R\$ 339,5 milhões. Desse endividamento, (i) R\$ 510,8 milhões referem-se ao financiamento da construção naval, com recursos do Fundo de Marinha Mercante (FMM), repassados através do BNDES, (ii) R\$ 492,1 milhões referem-se a debêntures, (iii) R\$ 461,3 milhões referem-se a notas comerciais e (iv) R\$ 155,4 milhões referem-se a outros financiamentos.

g. contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Financiamentos e Empréstimos

R\$ (mil)	Saldos em 31.12.2024	Adição	Baixa por transferência	Encargos financeiros	Amortização		Saldos em 31.12.2025
					Principal	Encargos	
Construção de embarcações (FMM/BNDES)	627.301			7.761	-80.442	-43.788	510.832
Debêntures	205.150	280.000		42.951	-24.356	-14.643	489.103
Notas Comerciais	721.547			94.721	-275.000	-83.877	457.391
Finame	0	76.597		7.341		-3.732	80.205
Capital de giro	56.434	238.960		11.981	-228.752	-9.273	69.351
Conta Garantida	8.859	212.127		2.290	-205.593	-2.284	15.399
Forfait	11.008	127.137		2.321	-114.511	-2.321	23.634
Financiamento Bunker	58.846	252.707		7.620	-257.741	-7.620	53.812
Total	1.689.145	1.187.528	-	176.987	-1.186.395	-167.539	1.699.727

Seguem abaixo as descrições dos financiamentos e empréstimos vigentes em 31 de dezembro de 2025:

G.1) Construção de embarcações (FMM/BNDES)

A Companhia contratou, junto ao FMM/BNDES, linhas de crédito para a construção de navios no Estaleiro Ilha S.A. (EISA), divididos em dois subcréditos (Subcrédito “A” e Subcrédito “B”). Os contratos pactuados com o BNDES datam de 26 de maio de 2008 (porta-containers) e de 8 de dezembro de 2009 (graneleiros). Os saldos devedores dos Subcréditos “A” e “B” são atualizados pela TJLP e pela variação do dólar norte-americano. As embarcações (cascos 504 e 505) construídas e em operação e as em embarcações que estavam em construção (cascos 506, 507, 508) estão gravadas como garantia dos financiamentos, com cláusula de alienação fiduciária.

Tomador	Fundo da Marinha Mercante (FMM)	Vencimento	31/12/2025
Log-In Logística	BNDES - EI 504 A	junho-31	40.852
Log-In Logística	BNDES - EI 505 A	setembro-30	3.142
Log-In Logística	BNDES - EI 506 A	março-32	69.156
Log-In Logística	BNDES - EI 507 A	outubro-33	53.164
Log-In Logística	BNDES - EI 508 A	abril-34	58.117
Log In Navegação	BNDES - Jatobá A	setembro-30	33.470
Valores Indexados a TJLP			257.901
Log-In Logística	BNDES - EI 504 B	junho-31	48.177
Log-In Logística	BNDES - EI 505 B	setembro-30	3.369
Log-In Logística	BNDES - EI 506 B	março-32	59.414
Log-In Logística	BNDES - EI 507 B	outubro-33	66.015
Log-In Logística	BNDES - EI 508 B	abril-34	37.222
Log In Navegação	BNDES - Jatobá B	setembro-30	38.734
Valores Indexados a USD			252.931
Total BNDES			510.832

Seguem as garantias concedidas junto aos financiamentos do BNDES/FMM:

- (i) 50,05% das ações do TVV (cascos 506, 507 e 508);
- (ii) 99,99% das quotas da Log-Mar (cascos 506, 507 e 508);
- (iii) Embarcações Log-In Jacarandá e Log-In Jatobá (cascos 504 e 505); e
- (iv) Fiança bancária no valor de face de R\$6.318 mil (cascos 506, 507 e 508).

g.2) Debêntures

Em maio de 2020, a Log-In realizou sua 3ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$71,4 milhões, com valor nominal unitário de R\$1, totalmente subscrito em junho de 2020. A emissão teve como finalidade reforçar o caixa da Companhia, em virtude do mútuo celebrado entre a Log-In e sua subsidiária para aquisição da embarcação do tipo porta-container (Log-In Endurance). As debêntures seriam amortizadas em parcelas iguais nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 14 de agosto de 2021 e a última parcela devida em 14 de maio de 2025, ou seja, de 5 (anos) anos contados da data de emissão em 14 de maio de 2020. A 3ª debêntures foi liquidada antecipadamente em julho de 2024, com a 2ª série da 3ª emissão de notas comerciais.

Em maio de 2021, a Log-In realizou sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia fidejussória, em série única, no valor total de R\$340,0 milhões, constituída por 34 mil, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, totalmente subscrito em maio de 2021. A emissão teve como finalidade quitar as dívidas de capital de giro que venciam até 2023, alongando o prazo até 2027. As debêntures seriam amortizadas em parcelas trimestrais nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 04 de maio de 2022 e a última parcela devida em 04 de maio de 2027, ou seja, de 6 anos contados da data de emissão em 04 de maio de 2021. A 4ª debêntures foi liquidada antecipadamente em maio de 2024, com a 1ª série da 3ª emissão de notas comerciais.

Em novembro de 2021, a Log-In, em nome da sua controlada TVV realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$240,0 milhões, constituída por 240 mil, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalmente subscrito em dezembro de 2021. A emissão teve como finalidade financiar os investimentos atrelados à renovação do contrato de arrendamento do TVV e distribuir dividendos retidos para a Log-In. Tais dividendos foram utilizados para realizar o pré-pagamento de principal e juros e demais encargos da 2ª emissão de debêntures da Log-In, que tinham vencimentos programados para 2029, alongando o prazo até 2033. As debêntures serão amortizadas em parcelas anuais nos meses de novembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 24 de novembro de 2022 e a última parcela devida em 24 de novembro de 2033, ou seja, de 12 anos contados da data de emissão em 24 de novembro de 2021.

Em julho de 2025, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, envolvendo o montante total de R\$ 280 milhões de reais, com prazo de vencimento de 7 anos. Os recursos líquidos captados por meio da emissão foram destinados à amortização das 2ª notas comerciais da Companhia.

Tomador	Debêntures	Vencimento	31/12/2025
TVV	1ª emissão TVVH11	novembro-33	190.666
Valores Indexados ao IPCA			190.666
Log-In	5ª emissão LOGN15	julho-32	298.437
Valores Indexados ao CDI			298.437
Total Debêntures			489.103

As debêntures foram emitidas com as seguintes garantias reais:

1ª emissão de debêntures do TVV: (i) alienação fiduciária de equipamentos do TVV; e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços a determinados clientes.

3ª e 4ª emissões de debêntures da Companhia: garantias foram extinguidas após suas devidas liquidações. A 5ª emissão de debêntures foi realizada sem nenhuma garantia.

g.3) Notas Comerciais

Em setembro de 2022, a Log-In realizou sua 1ª emissão de notas comerciais, no valor total de R\$130,0 milhões, com vencimento de 3 anos. A emissão teve como finalidade recompor o caixa referente a pagamentos feitos de Capex. As notas comerciais seriam amortizadas no final do contrato, 3 anos contados da data de emissão em 14 de setembro de 2022. A 1ª emissão de notas comerciais foi liquidada antecipadamente em maio de 2024, com a 1ª série da 3ª emissão de notas comerciais.

Em novembro de 2023, a Log-In realizou sua 2ª emissão de notas comerciais, no valor de R\$275,0 milhões, com vencimento de 7 anos. A emissão teve como finalidade recompor o caixa referente a pagamentos de Capex. A 2ª emissão de notas comerciais da Companhia foi liquidada antecipadamente com os recursos da 5ª emissão de debêntures simples, emitida em julho de 2025.

Em maio de 2024, a Log-In realizou sua 3ª emissão de notas comerciais, em duas séries (1ª em maio e 2ª série em julho), totalizando o valor de R\$ 420 milhões. Sendo o valor de R\$ 370 milhões na primeira série, e R\$ 50 milhões na segunda série. A emissão da 1ª série teve como finalidade complementar o capital de giro, realizar a liquidação antecipada das notas comerciais da 1ª emissão e a liquidação antecipada das debêntures da 4ª emissão. A emissão da 2ª série teve como finalidade a liquidação antecipada das debêntures da 3ª emissão.

A emissão de notas comerciais foi realizada sem nenhuma garantia.

Tomador	Notas Comerciais	Vencimento	31/12/2025
Log-In	3ª emissão NC002400DFD	maio-31	403.946
Log-In	3ª emissão NC002400DFE	julho-31	53.445
Total Notas Comerciais			457.391

g.4) Finame (Tecmar)

Em abril de 2025, foi celebrado o contrato de financiamento com o BNDES de Finame em nome da sua controlada Tecmar, envolvendo o montante total de R\$ 76,6 milhões de reais, com prazo de vencimento de 9 anos. Os recursos líquidos captados por meio da emissão serão utilizados para o financiamento da renovação da frota da Tecmar.

Tomador	Finame	Vencimento	31/12/2025
Tecmar	Finame	abril-34	80.205

O contrato de financiamento da Tecmar foi celebrado com garantia de fiança bancária.

g.5) Capital de giro (Tecmar)

Outros contratos de empréstimos e financiamento com finalidade de completar o capital de giro da Tecmar:

- (i) recursos obtidos junto as instituições financeiras, Randon e Volvo, através de consórcios para aquisição de frota de veículos;
- (ii) *Forfait* junto a instituição financeiro Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”), sem contraprestação dos serviços prestados, no qual a remuneração pelo serviço ocorre por parte do fornecedor junto a instituição financeira, por meio de desconto financeiro devido a antecipação;
- (iii) financiamento para pagamento de frete junto à instituição financeira Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”). Em contraprestação aos serviços prestados pelo Bradesco, a Companhia pagará comissão de administração aplicável sobre a soma valor; e
- (iv) financiamento para aquisição de combustível para frota de veículos própria junto à instituição financeira Alelo Instituição de Pagamento S.A. (“Alelo”) e Ticket Soluções HDFGT S/A.
- (v) financiamento via conta garantida com instituições como Bradesco e Itaú, a Companhia pagará juros pela utilização quando necessário.

Instituição	Vencimento	Em milhares de reais 31.12.2025
Consórcios (f.i.5(i))	Jan/29	167
Forfait (f.i.5(ii))	Mar/26	7.203
Pamcard (f.i.5(iii))	Mar/26	52.410
Financiamento a Combustível (f.i.5(iv))	Mar/26	9.093
Conta garantida	Jan/26	9.548
Total		78.421

g.6) Capital de giro (OP)

Outros contratos de empréstimos e financiamento com finalidade de completar o capital de giro da Oliva Pinto:

- (i) recursos obtidos junto as instituições financeiras, Bradesco, Banco CNH, Banco da Amazônia, Itaú, Banco do Brasil, Sicoob e Ademicon através de crédito direto ao consumidor para aquisição de frota de veículos e capital de giro, referentes a empresa Oliva Pinto, controlada indiretamente pela Tecmar, adquirida em 23 de dezembro de 2022;
- (ii) recursos obtidos através de crédito direto ao consumidor com fins de obtenção de capital de giro; e
- (iii) recursos obtidos com a finalidade, principalmente, para aquisição de frota de veículos.

Instituição	Vencimento	Em milhares de reais 31.12.2025
Bradesco (f.i.6(i))	Jan/26	25
Sicoob (f.i.6(i))	Dez/30	7.521
Conta Garantida (f.i.6(i))	-	5.851
Ademicon (f.i.6(ii))	Jan/28	99
Banco CNH (f.i.6(ii))	Jan/26	85
Total		13.581

Os recursos obtidos com a Sicoob têm como garantia alienação fiduciária de Imóvel comercial de Manaus (Grupo Oliva Pinto); enquanto os recursos obtidos com o Banco CNH têm como garantia alienação fiduciária de veículos e placas solares.

f.i.6) Forfait (Risco Sacado)

A Log-In realiza operações de risco sacado com as instituições financeiras Itaú, Banco Sofisa e Banco do Brasil, sendo que os valores contratados estão refletidos na rubrica de Forfait. Nessas operações, determinados transportadores podem antecipar os seus recebíveis sem coobrigação por parte do cedente, sem incidência de correção e juros e com postergação aproximada de 60 dias para pagamento em relação ao seu vencimento inicial para a Companhia, que passa a ter que pagar pelo serviço contratado diretamente aos bancos mencionados acima e não mais aos fornecedores, conforme orientação da Comissão de Valores Mobiliários por meio do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2021 item 8 - Risco Sacado. Essas transações têm por objetivo o fortalecimento da relação comercial com os referidos fornecedores e as faturas são antecipadas exclusivamente a critério dos fornecedores.

g.7) Financiamento Bunker

A Log-In possui financiamento para aquisição de bunker para frota própria junto a

instituição financeira Alelo. Em contraprestação aos serviços prestados pela Alelo, a Companhia pagará comissão de administração aplicável sobre a soma valor das transações realizadas com o cartão Alelo.

i. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras, devido ao financiamento de ativos até 2034, principalmente, embarcações junto ao BNDES.

ii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia possui financiamentos para construção de embarcações junto ao BNDES, contraídos com garantia real. Exceto pelos financiamentos junto ao BNDES, todas as demais dívidas da Companhia são quirográficas, não havendo subordinação entre elas.

iii. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os financiamentos e empréstimos da Companhia preveem as seguintes restrições:

- (i) restrições à alteração do controle, direto ou indireto, da Companhia;
- (ii) restrições à alteração ou modificação da composição do capital social do TVV e/ou da Companhia, que implique em mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, conforme definido no art. 116 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada, inclusive por meio de acordo de acionistas ou como resultado de qualquer reorganização societária do TVV e/ou da Companhia, seja por meio de fusão, cisão, incorporação de ações, sem a prévia e expressa anuência dos credores;
- (iii) restrições à alienação e oneração de bens do ativo permanente da Companhia, salvo quando se tratar: (a) de bens inservíveis ou obsoletos; ou (b) de bens que sejam substituídos por novos de idêntica finalidade;
- (iv) restrições à venda, transferência, cessão, alienação ou disposição de quaisquer ativos do TVV e da Companhia, sem a prévia e expressa anuência de todos os credores, exceto se (a) o valor de ativos a serem vendidos ou transferidos seja, de forma individual ou agregada, igual ou inferior a R\$10 milhões, a cada período de 12 meses e (b) os recursos recebidos com essa disposição sejam integralmente utilizados para substituição ou reposição de ativos operacionais do TVV e/ou da Companhia e/ou para manutenção das atividades operacionais;
- (v) restrições a concessões de preferência a outros créditos, amortização de ações, emissão de debêntures e partes beneficiárias e assunção de novas dívidas, com exceção de, observados os limites previstos nos contratos financeiros: (a) os empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material; e (b) os descontos de

- efeitos comerciais de que a Companhia seja titular, resultantes de venda ou prestação de serviços; e
- (vi) restrições à distribuição de lucros e dividendos e/ou realização de pagamentos de juros sob capital próprio, acima do limite de 25% do lucro líquido ajustado, e à transferência dos recursos provenientes de redução de capital ou valores de qualquer outra natureza a qualquer acionista, sem a prévia e expressa autorização de todos os credores, caso esteja em curso qualquer evento de inadimplemento quanto às obrigações estipuladas nos contratos.

Além disso, 92,9% dos contratos de financiamento e empréstimos da Companhia preveem cláusulas de vencimento cruzado (*cross default*), sendo eles: (i) os contratos com BNDES, com saldo de R\$ 627,3 milhões e que representam 37,1% da dívida; (ii) as debêntures, com saldo de R\$ 212,4 milhões e que representam 12,6% da dívida e (iii) as notas comerciais com saldo de R\$ 728,9 milhões e que representam 43,2% da dívida.

Contratos BNDES

Os financiamentos contratados junto ao BNDES obrigam a Companhia a manter:

- (i) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICD) não inferior a 0,8 entre 2018 e 2020; e não inferior a 1,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício, nos termos da fórmula $ICD = EBITDA - (IR + CSLL + \text{Variação Capital de Giro}) / \text{Serviço da Dívida do Exercício}$; em 2024, 2023, 2022, 2021, 2020, 2019 e 2018, a Companhia atendeu esse índice do serviço da dívida; e
- (ii) Índice Dívida Líquida/EBITDA (conforme definidos nos respectivos contratos) menor ou igual a 10,0 entre os anos de 2019 e 2020; e menor ou igual a 5,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício; a Companhia em 2024, 2023, 2022, 2021, 2020, 2019 e 2018, a Companhia atendeu esse índice do serviço da dívida.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpria os índices dos *covenants* das linhas de financiamento junto com o BNDES.

Debêntures – 1ª Emissão do TVV

A escritura da 1ª emissão de debêntures do TVV obriga a Companhia a manter:

- (i) Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro caixa, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil"; e
- (ii) ICSD não inferior a 1,3. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, auferido por meio da seguinte equação, calculado com base nas demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício e auditadas por auditoria independente: $ICSD = \text{Geração de Caixa da Atividade} / \text{Serviço da Dívida}$. A Geração de Caixa da

Atividade significa o resultado da diferença entre o EBITDA (definido acima) e o montante de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpria todos os índices de *covenants* da 1ª emissão de debêntures do TVV.

Notas Comerciais – 3ª Emissão

O termo de emissão da 3ª emissão de notas comerciais obriga a Companhia a manter:

- (i) Dívida Líquida/EBITDA: não superior a 3,5 (balanço consolidado). Significa o resultado relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às “Obrigações com arrendamento mercantil”. E “Dívida” significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, bem como novos financiamentos contraídos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpria todos os índices de *covenants* da 3ª emissão de notas comerciais.

Debêntures – 5ª Emissão

A escritura da 5ª emissão de debêntures obriga a Companhia a manter:

- (i) Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 (balanço consolidado). EBITDA significa o resultado relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às “Obrigações com arrendamento mercantil”. E “Dívida” significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, bem como novos financiamentos contraídos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, exceto caso sejam prestados em garantia às operações de empréstimos e financiamentos contraídos já contabilizados para fins de apuração de dívida, e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpria todos os índices de *covenants* da 5ª emissão de debêntures.

h. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui limites de crédito pré-aprovados em 31 de dezembro de 2025.

i. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente. Os números estão em R\$ mil, exceto quando informados em percentuais (%).

Demonstrações de Resultados

	Consolidado				
	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de				
	2025	AV	2024	AV	AH
<i>Operações continuadas</i>					
Receita líquida	3.081.024	100,00%	2.795.756	100,00%	10,20%
	(2.559.264)	-83,07%	(2.351.613)	-84,11%	8,83%
Custo dos serviços prestados					
LUCRO BRUTO	521.760	16,93%	444.143	15,89%	17,48%
Recursos com subvenção – AFRMM aplicados	88.337	2,87%	85.785	3,07%	2,97%
Despesas administrativas e comerciais	(189.217)	-6,14%	(188.559)	-6,74%	-0,35%
Outras receitas (despesas), líquidas	118.485	3,85%	10.083	0,36%	1075,10%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	539.365	17,51%	351.452	12,57%	3,07%
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras	79.657	2,59%	71.866	2,57%	10,84%
Despesas Financeiras	(248.604)	-8,07%	(267.218)	-9,56%	-6,97%
	30.613	0,99%	(73.400)	-2,63%	-141,71%
Variações monetárias e cambiais, líquidas					
RESULTADOS ANTES DOS IMPOSTOS	401.031	13,02%	82.700	2,96%	384,92%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	(87.682)	-2,85%	(75.736)	-2,71%	1,81%
Diferido	(219.674)	-7,13%	46.739	1,67%	-570,00%
	(307.356)	-9,98%	(28.997)	-1,04%	959,96%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	93.675	3,04%	53.703	1,92%	74,43%

Receita líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida da Companhia aumentou 10% ou R\$285.269 mil, passando de R\$2.795.756 mil no exercício social

encerrado em 31 de dezembro de 2024, para R\$3.081.024 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento da receita com a cabotagem e do crescimento da receita do Feeder, impulsionada pelo incremento de volume.

Custo dos serviços prestados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o custo dos serviços prestados da Companhia aumentou 9% ou R\$207.651 mil, passando de R\$2.351.613 mil, para R\$2.559.264 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos custos de movimentação de contêineres decorrente de reposicionamento de estoque de contêineres vazios, custos com pessoal marítimo devido ao reajuste salarial no segundo semestre de 2025, fretes contratados de terceiros (aumento do volume de cabotagem, com redução de receita unitária e o impacto da Lei do Motorista), além de maiores custos portuários devido à pressão por reajuste de operadores e mix de portos.

Lucro bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o lucro bruto da Companhia aumentou 17% ou R\$77.617 mil, passando de R\$444.143 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, para R\$521.760 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Essa variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

Outras receitas (despesas), líquidas

As outras receitas, líquidas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$118.485 mil comparativamente a uma despesa, líquida, de R\$10.083 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou um aumento de 1075% ou R\$108.402 mil. Essa variação ocorreu, principalmente, devido a decisão favorável da desoneração de PIS e COFINS para cargas destinadas à Zona Franca de Manaus (ZFM).

Receitas financeiras

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as receitas financeiras da Companhia aumentaram 11% ou R\$7.791 mil, passando de R\$71.866 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, para R\$79.657 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Essa variação ocorreu principalmente pela maior disponibilidade de caixa para aplicações financeiras ao longo de 2025.

Despesas financeiras

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as despesas financeiras da Companhia diminuíram 7% ou R\$18.614 mil, passando de R\$267.218 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, para R\$248.604 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Essa variação ocorreu principalmente devido a reversão da atualização monetária da menos valia das contingências, reconhecidas no momento da aquisição de controlada.

Variações monetárias e cambiais, líquidas

As variações monetárias, cambiais, líquidas da Companhia apresentaram um aumento de R\$104.013 mil ou 142%, passando de uma perda de R\$73.400 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, para um ganho de R\$30.613 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Essa variação ocorreu em função da oscilação do Real, que apresentou valorização frente ao Dólar de 28% (R\$ 4,8413 em 31/12/2023 x R\$6,1923 em 31/12/2024) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, versus a desvalorização de 11% (R\$ 6,1923 em 31/12/2024 x R\$5,5025 em 31/12/2025) no mesmo período de 2025 e, portanto, consequente impacto no saldo da dívida de longo prazo junto ao BNDES e leasing de contêineres.

Destacamos que o efeito caixa em 2025 foi imaterial, visto que os empréstimos e financiamentos indexados à moeda estrangeira e de longo prazo, geram uma variação cambial não realizada (sem efeito caixa) relevante.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia apresentou uma variação de R\$318.331 mil ou aumento de 385%, representando um ganho de R\$82.700 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, comparado ao ganho de R\$401.031 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos fatos acima descritos.

Imposto de renda e contribuição social - Diferido

O imposto de renda diferido da Companhia apresentou uma redução de R\$266.413 mil ou 570%, resultado de um ganho de R\$46.739 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a uma perda de R\$219.674 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à reversão da constituição de prejuízo fiscal, conforme estudo técnico aprovado pela Companhia.

Lucro líquido do exercício

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, o resultado da Companhia aumentou em 74% ou R\$39.972 mil, passando de um ganho de R\$53.703 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 para um ganho de R\$93.675 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Essa variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

Fluxos de Caixa

	Consolidado				
	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de				
	2025	AV	2024	AV	AH
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	467.208	4529%	1.057.443	(721%)	(56%)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(61.872)	(600%)	(186.484)	127%	(67%)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(395.019)	(3829%)	(1.017.573)	694%	(61%)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.317	100%	(146.614)	100%	(107%)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o aumento de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondia a R\$10.317 mil, comparado a uma redução de caixa e equivalentes de caixa de R\$146.614 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito a seguir:

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais totalizou R\$1.057.443 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$467.208 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa redução de R\$590.235 mil ou 56% ocorreram, principalmente, devido ao resgate de recursos de AFRMM em conta corrente e operações financeiras de cessão de títulos a pagar a instituições financeiras em exercício anterior.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos totalizou R\$186.484 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a um saldo aplicado de R\$61.872 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Essa redução do caixa aplicado de R\$124.612 mil ou 67%, ocorreu, principalmente, devido ao maior compromisso com os pagamentos de imobilizado e intangível em desenvolvimento ocorridos no período findo de 31 de dezembro de 2024 em relação ao mesmo período do ano corrente.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos totalizou R\$1.017.573 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$395.019 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Essa redução do caixa aplicado de R\$622.554 mil ou 61%, ocorreu, principalmente, pelo aumento na captação de recursos com o financiamento junto ao BNDES na subsidiária Tecmar, a 5ª emissão de debêntures e na operação de cessão de títulos a pagar de fornecedores referente a bunker, combustíveis e fretes.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Navegação Costeira e de serviços logísticos estão relacionadas ao número de contêineres transportados e à distância média entre a origem e o destino das cargas. No segmento Cabotagem, no qual são transportadas cargas da indústria nacional entre portos brasileiros, o preço é definido em reais (R\$) e os volumes possuem maior valor unitário em relação aos demais segmentos. O segmento Mercosul, que realiza o transporte de cargas entre Brasil e Argentina, e o segmento Feeder, que faz a última viagem na costa atlântica da América do Sul dos contêineres vindos dos navios do longo curso, têm suas receitas fixadas em dólares (US\$).

A principal fonte de receita do TVV advém da movimentação de contêineres, ou seja, o embarque ou desembarque da carga em navios, cujos preços são definidos em reais (R\$) por contêiner. A movimentação de carga geral no TVV, ou seja, embarque e desembarque de cargas não acondicionadas em contêineres também geram receita em reais (R\$), cujos preços variam de acordo com a natureza da carga e o peso movimentado. Outra importante fonte de receita do TVV são os serviços de armazenagem de cargas importadas e ainda não nacionalizadas, que possuem seu valor referenciado ao preço da carga em questão, portanto em dólares (US\$), e ao tempo de estadia da carga no TVV.

Nas soluções logísticas, são geradas receitas de armazenagem e serviços logísticos complementares ao transporte marítimo. Ao operar estes serviços para seus clientes da navegação, a Log-In pode assumir a gestão de parte da cadeia logística do cliente. As receitas desses terminais são fixadas em reais (R\$).

As receitas do Transporte Rodoviário de Cargas são oriundas principalmente do transporte de cargas fracionadas e de lotação em caminhões, do serviço de armazenagem nos galpões de filiais e do transporte de contêineres, feito com carretas porta contêiner. Todos os serviços são definidos em reais (R\$).

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos resultados, do exercício social encerrado em 2025, a Receita Operacional Líquida (“ROL”) da Log-In foi de R\$ 3.081,0 milhões, positivamente beneficiada, principalmente, pela ROL da Navegação Costeira que registrou recorde histórico de R\$ 2.069,6 milhões, com destaque para a ROL do Feeder com crescimento de 45,7%, na comparação com o ano de 2024.

As receitas operacionais aumentaram em R\$108,0 milhões, explicada pela receita operacional no valor de R\$122,9 milhões devido à decisão judicial que confirmou a não incidência de PIS/COFINS sobre as operações de transporte para a Zona Franca de Manaus, acumulado de 2018 até 2024, efeito não recorrente, gerando um impacto financeiro positivo no período.

O resultado financeiro do exercício social encerrado em 2025 variou positivamente em R\$ 130,4 milhões, sobretudo pelo impacto positivo da variação cambial em R\$ 104,0 milhões, principalmente, assim como no trimestre, pelo ganho de variação cambial não realizada de parte do saldo da dívida de longo prazo junto ao BNDES e *leasing* de contêineres, atrelados ao dólar (US\$). A despesa financeira diminuiu em R\$ 18,6 milhões, devido à reversão da atualização monetária da menos valia das contingências, reconhecidas no momento da aquisição da Tecmar. Por fim, houve aumento da receita financeira em R\$ 7,8 milhões, devido ao efeito comentado no 4T25.

O lucro líquido no exercício social encerrado em 2025 foi 74,5% maior em relação ao ano de 2024. O lucro de 2025 foi beneficiado, principalmente, por três linhas: (i) lucro operacional, (ii) variação cambial e (iii) IR/CSLL. No Lucro Operacional houve crescimento de 53,5% em relação ao 2024, refletindo maior eficiência nas operações e a variação positiva na linha de Receitas (Despesas) Operacionais no 4T25. A variação cambial foi de R\$ 104,0 milhões, principalmente pelo ganho de variação cambial não realizada de parte do saldo da dívida de longo prazo junto ao BNDES e *leasing* de contêineres, atrelados ao dólar (US\$), explicada no resultado financeiro. Na linha de IR/CSLL, a variação negativa de R\$ 278,4 milhões, refere-se sobretudo à redução da expectativa de utilização de compensação de prejuízo fiscal conforme estudo técnico aprovado pela administração.

Os serviços de movimentação e armazenagem no TVV e o transporte de contêineres nos segmentos Mercosul e Feeder da Navegação Costeira são afetados por variações nos fluxos de comércio exterior. Por outro lado, as operações de Cabotagem na navegação e as operações de armazenagem e serviços de soluções logísticas estão mais expostas à dinâmica interna da economia brasileira.

Nas operações de Navegação Costeira, parte substancial dos custos são fixos, ou seja, descorrelacionados com o volume de contêineres transportados. Isso se dá pelo fato de a Log-In possuir rotas marítimas pré-definidas, ou seja, serviços regulares. Dentre os principais custos fixos estão: (i) o combustível utilizado nos navios (bunker), (ii) tarifas portuárias, (iii) serviços de praticagem, (iv) tripulação dos navios, (v) manutenção, (vi) suprimentos, (vii) seguros e (viii) gerais e administrativas.

Em 2025, os custos fixos aumentaram 12,4%, comparados a 2024, impactados sobretudo por um aumento dos custos portuários, decorrente do mix de portos e pela reformulação do Serviço Expresso Amazonas (SEA), após o fim do Serviço Shuttle Navegantes (SSN), no 2T25. Além disso, na linha de *running costs*, houve aumento do custo de pessoal marítimo pelo reajuste salarial de marítimos em setembro de 2025. O bunker, óleo combustível dos navios, é comercializado em dólares (US\$) nos portos, ou seja, seus preços são impactados pelo comércio internacional do barril de petróleo e pela taxa de câmbio do real (R\$) em relação ao dólar (US\$).

Os custos referenciados em dólares estão sobretudo relacionados ao bunker, ao aluguel de contêineres (direito de uso – IFRS16), taxas portuárias do Mercosul.

Os custos variáveis na Navegação Costeira são decorrentes, principalmente, do transporte rodoviário de curta distância e da movimentação dos contêineres dentro dos portos

(*handling*). Em 2025, esses custos foram 28,3% superiores aos apresentados em 2024, sobretudo por: (i) aumento no custo do transporte rodoviário de curta distância em linha com o incremento de volume das operações intermodais, sustentando o crescimento da Cabotagem porta-a-porta sem prejuízo do nível de serviço; e (ii) os custos de movimentação de contêineres, diretamente relacionado ao incremento de volume movimentado e operação em terminais com custos de *handling* mais elevados.

Os custos dos serviços prestados pela Log-In, assim como as despesas operacionais, são impactados pela variação de índices de inflação, tais como IGP-M e IPCA. A variação das taxas de juros também pode influenciar os resultados da Log-In, na medida em que uma eventual oscilação nessas taxas pode gerar maior ou menor disponibilidade de renda, expandir ou reduzir o ritmo da atividade econômica ou afetar, positiva ou negativamente, o volume de investimentos na economia.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Na Cabotagem, o preço é definido em reais (R\$) e tem seu crescimento associado às taxas de inflação do país e competição com os concorrentes. No Mercosul e Feeder, o serviço é precificado em dólares (US\$) e tem como principal variação a corrente de comércio com a Argentina.

No TVV a receita é impactada principalmente pela inflação do Brasil, pela importação e exportação na área de influência do terminal (Espírito Santo e estados contíguos), de contêineres, de cargas gerais, de projetos e dos serviços de armazenagem dentro do porto relativos a estas cargas e pelo contexto geopolítico que afeta a oferta e demanda do mercado internacional.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os custos com movimentação de contêineres e transporte rodoviário aumentam em função do crescimento dos volumes transportados nos navios, assim como aumenta o custo, principalmente, com estiva que negocia reajustes em função da inflação no TVV devido ao aumento da atividade do terminal.

O preço do bunker é sempre componente importante do custo. O insumo tende a acompanhar as variações no preço internacional do barril de petróleo e sofre impactos de variação cambial, pois é negociado em dólares (US\$) nos portos brasileiros.

A variação da taxa de câmbio afeta também o Feeder e Mercosul, serviços precificados em dólares (US\$), e o TVV, o qual é uma excelente alternativa para operações de importação e exportação de cargas, dispondo de uma vasta oferta de armadores e rotas para os principais portos nacionais e internacionais.

Além disso, os custos dos serviços prestados pela Companhia e de suas despesas operacionais são impactados pela variação de índices de inflação e de taxas de juros, uma vez que a oscilação nessas taxas pode aumentar ou diminuir a disponibilidade de renda, expandir ou reduzir o ritmo da atividade econômica ou afetar, positiva ou negativamente, o volume de investimentos na economia. Ainda, como também informado anteriormente, as variações no preço do óleo diesel impactam os resultados da Companhia, uma vez que baseiam os reajustes nos serviços de transporte rodoviário que complementam a navegação.

Finalmente, o resultado financeiro composto por receitas e despesas financeiras, pode ser significativamente impactado pela inflação, câmbio e taxa de juros. A inflação afeta principalmente o custo do dinheiro, podendo elevar despesas financeiras em financiamentos atrelados a índices inflacionários, além de reduzir o valor real das receitas financeiras. O câmbio impacta diretamente empresas com passivos ou ativos em moeda estrangeira, gerando variações cambiais que podem resultar em ganhos ou perdas financeiras. Em relação a parcela do endividamento em dólar, por exemplo, há um aumento nas despesas financeiras caso a moeda local se desvalorize.

Já a taxa de juros influencia diretamente o custo da dívida, aumentando as despesas financeiras quando os juros sobem e reduzindo-as quando caem.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 não apresentou ressalvas ou ênfases.

2.4. Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.5. Caso a Companhia tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

No decorrer do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia divulgou as seguintes medições não contábeis:

EBITDA e EBITDA AJUSTADO

O EBITDA, também conhecido como LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização), é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM nº 156/22 (“Resolução CVM 156”), conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido (prejuízo) acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social, e pelas despesas e custos de depreciação e amortização. A Margem EBITDA consiste no resultado da divisão do EBITDA supracitado pela receita operacional líquida consolidada da Companhia. A Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA Ajustado é calculado com base no EBITDA, ajustado pelos seguintes fatores:

- (i) pela Recuperação de Indébitos Fiscais referente Crédito PIS/COFINS;
- (ii) pela Provisão Perdas Construção Naval Descontinuada (*Impairment*);
- (iii) pelo Resultado com a Venda de Ativos;
- (iv) pelas Perdas Estimadas – Construção Naval;
- (v) recuperação de AFRMM Judicializado;
- (vi) pelas Operações Descontinuadas;
- (vii) reconhecimento antecipado do custo do 1º Programa do 2º Plano de Opções da Companhia no 2T20;
- (viii) pela receita de armazenagem proveniente do processo de carga de perdimento contra a Receita Federal
- (ix) por Eventos Não Recorrentes; e
- (x) pelo *Cutoff*.

A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA Ajustado como um indicador de seu desempenho operacional. Seguem abaixo os valores do EBITDA, da Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

R\$ (Milhões)	31/12/2025
EBITDA	825,2

Margem EBITDA	26,8%
EBITDA Ajustado	687,2
Margem EBITDA Ajustado	22,3%

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a conciliação do EBITDA, da Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia com os valores das demonstrações financeiras auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

R\$ (Milhões)	2025
Lucro Líquido (prejuízo)	93,7
Imposto de renda e CSLL sobre o lucro líquido (prejuízo)	(307,4)
Resultado Financeiro Líquido	(138,3)
Depreciação e Amortização	(285,6)
EBITDA	825,7
Recuperação de indébitos fiscais referente crédito PIS/COFINS	N/A
Provisão Perdas Construção Naval Descontinuada (Impairment)	N/A
Resultado Líquido com alienação de bens	N/A
Perdas Estimadas - Construção Naval	N/A
Recuperação de AFRMM Judicializado	N/A
Resultado das Operações Descontinuadas	N/A
Stock Options	N/A
Cut off	15,6

(Ajuste de Eventos Não Recorrentes)	122,4
EBITDA AJUSTADO	687,2
Receita Líquida	3.081,0
Margem EBITDA	26,8%
Margem EBITDA Ajustado	22,3%

Dívida Líquida

A tabela abaixo apresenta a conciliação da Dívida Líquida da Companhia com os valores das demonstrações financeiras auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

R\$ (Milhões)	2025
Empréstimos, financiamentos e debêntures – circulante	326,0
Financiamentos e Empréstimos – não circulante	1.373,7
Dívida Bruta ⁽¹⁾	1.699,7
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(300,1)
(-) Aplicações Financeiras	(39,3)
Dívida Líquida ⁽²⁾	1.360,3

(1) A Dívida Bruta consiste na soma dos financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante).

(2) A Dívida Líquida consiste na soma dos financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) menos o caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras (circulantes).

- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas

Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Log-In ou como base para distribuição de dividendos. O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Adicionalmente, essas medições não contábeis apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medidas de desempenho, em razão de desconsiderarem certos custos ou despesas da Companhia que podem impactar significativamente os resultados operacionais e de liquidez, tais como nosso resultado financeiro líquido, impostos de renda e contribuição social e depreciação e amortização; no caso do EBITDA Ajustado, adicionalmente, desconsidera (i) Recuperação de indêbitos fiscais referente crédito PIS/COFINS; (ii) Provisão Perdas Construção Naval Descontinuada (Impairment); (iii) Resultado com a venda de ativos; (iv) Perdas estimadas – Construção Naval; (v) Recuperação de AFRMM Judicializado; (vi) Operações Descontinuadas; (vii) Stock Options; (viii) Cutoff; e (ix) Eventos Não Recorrentes.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são indicadores financeiros utilizados pela Companhia para proporcionar informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e da capacidade de cobrir sua necessidade de capital de giro.

Dívida Líquida

A Dívida Líquida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Dívida Líquida é um indicador financeiro utilizado para avaliar a solvência e capacidade de uma companhia fazer frente às suas obrigações quando medida em conjunto com seu EBITDA (descrito no item acima).

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Não houve eventos subsequentes relevantes às últimas demonstrações financeiras do exercício social que as altere substancialmente.

2.7. Comentários dos Diretores sobre a destinação dos resultados sociais, indicando:

<p>a. regras sobre retenção de lucros</p>	<p>O Estatuto Social prevê que, juntamente às demonstrações financeiras do exercício, a administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei; e (b) 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. O pagamento do dividendo limita-se ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, e a diferença é registrada como reserva de lucros a realizar. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. O saldo remanescente dos lucros se houver, terá a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela administração.</p> <p>A despeito de ter registrado um resultado positivo nos últimos 6 exercícios sociais, a Companhia não tem auferido lucro, dado que o resultado em questão tem sido integralmente absorvido pelo saldo de prejuízos acumulados, que em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$ 223.465 mil.</p>
<p>b. regras sobre distribuição de dividendos</p>	<p>O Estatuto Social prevê o pagamento de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para fins de cálculo de dividendos, como dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar aos seus acionistas dividendos à conta de lucros acumulados de exercícios sociais anteriores. Os dividendos e juros sobre o capital próprio não vencem juros e se não reclamados por qualquer acionista no prazo de 3 (três) anos da data da deliberação de sua distribuição reverterão em favor da Companhia.</p>
<p>c. periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>O Estatuto Social prevê que, juntamente às demonstrações financeiras do exercício, a administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia também poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório.</p>
<p>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, não há restrições a distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação.</p> <p>Além disso, os contratos financeiros da Companhia impõem restrições a distribuições de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório. Para mais informações sobre tais restrições, vide item 2.1(f)(iv) acima.</p>

<p>como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	
<p>e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía política específica para a destinação dos resultados. No entanto, conforme estabelecido no estatuto social, o Capítulo VI se dedica ao tratamento desse tema, ao qual define as diretrizes e os critérios aplicáveis à distribuição e alocação dos resultados.</p>

2.8. Descrição de itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a. ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades que não aparecem no seu balanço patrimonial.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não aparecem no seu balanço patrimonial.

iii. contratos de construção não terminada

Provisão para perdas estimadas com realização de ativos em construção:

Cascos EI 506, EI 507 e EI 508

Em 12 de julho de 2017, a Companhia rescindiu o contrato de construção de 3 (três) embarcações junto ao estaleiro EISA, conseqüentemente, foi constituída provisão para perdas estimadas com a realização dos referidos ativos, líquida do valor da indenização a receber, no montante total de R\$502.928, como segue:

Consolidado e Controladora					
Descrição	Cascos EI-506, EI-507 e EI-508	Indenização por inadimplemento contratual, a receber	Materiais e equipamentos no estaleiro (a)	Reversão da perda estimada (b)	Provisão para perdas estimadas
Adiantamentos efetuados ao "EISA"	420.461	(59.632)	(22.236)	(281.165)	57.428
Encargos capitalizados	164.335	-	-	(164.335)	-
	584.796	(59.632)	(22.236)	(445.500)	57.428

Em 30 de novembro de 2007, a Log-In celebrou com o EISA o Contrato de Construção de Navios sob Encomenda ("Contrato de Construção"), por meio do qual o EISA obrigou-se a "construir, lançar, equipar, montar, testar e entregar para a CONTRATANTE [Log-In], 05 (cinco) navios porta-contêiner de 2.700 (dois mil e setecentos) TEU, feitos de aço (...)", cujos cascos seriam identificados pelos números EI-504, EI-505, EI-506, EI-507 e EI-508.

Em 2016, o estaleiro entrou em recuperação judicial e paralisou as suas operações sem entregar 3 navios, referentes aos cascos 506, 507 e 508, além de respectivas partes e peças. A Log-In rescindiu o contrato de construção e, em 2017, após a realização de teste de recuperabilidade dos ativos, realizou o lançamento contábil de saldo residual no ativo imobilizado referente aos valores que, à época, a Companhia entendia que teria condições de recuperar do estaleiro. O referido contrato previa que nas hipóteses de inadimplemento pelo estaleiro, a Log-In teria o direito de assumir a posse das partes e peças adquiridas pelo estaleiro com os recursos adiantados pela Companhia no âmbito do contrato de construção ou reverter o valor correspondente em indenização.

A Assembleia de Credores do EISA deveria ter ocorrido no primeiro semestre de 2021, na qual o controlador do estaleiro apresentaria um plano de recuperação crível e que endereçasse o tema das partes e peças, mas isso não ocorreu. Até o momento o EISA não apresentou plano de recuperação judicial com condições factíveis para o pagamento dos credores, dentre eles a Log-In. Em virtude disso, as negociações que vinham sendo mantidas com o EISA para a retirada das partes e peças do estaleiro mostraram-se inviáveis.

Nesse contexto e após análise da Administração da Companhia, foi deliberado em reunião de diretoria realizada em 27 de setembro de 2021, a desistência das partes e peças e conversão dos valores correspondentes em indenização. Em paralelo, o processo de RJ do EISA será acompanhado para cobrança dos créditos da Log-In, já habilitados no processo judicial e os valores acima estão 100% provisionados nas demonstrações financeiras.

Em 2023, foi realizada a segunda convocação da Assembleia de Credores, na qual foi deliberado a aprovação do plano de recuperação das Classes I (trabalhista), III (quirográfaria) e IV (quirográfaria EPP/ME). Para a Classe II (garantia real), houve um impasse de votos entre as partes representadas pelos credores do EISA e a Log-In, resultando na não aprovação do Plano de Recuperação Judicial. Ato contínuo, o EISA apresentou um pedido de "cram down" para a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, no qual foi deferido em 08 de agosto de 2023.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não foram indicados no item 2.8 quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

- b. natureza e propósito da operação**

Não foram indicados no item 2.8 quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não foram indicados no item 2.8 quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.10. Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No ano de 2025, os investimentos (CAPEX) da Log-In totalizaram R\$86,2 milhões, compostos principalmente por investimentos recorrentes como a compra de materiais para as docagens dos navios que estão programadas para 2026, manutenção do TVV, modernização dos escritórios e continuidade operacional dos navios.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía uma dívida líquida de R\$ 1.360,3 milhão e uma dívida bruta de R\$ 1.699,7 milhão, sendo 8% da mesma com amortização no longo prazo.

Em junho de 2025, a Diretoria da Companhia aprovou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, montante total de R\$ 280.000.000,00, com prazo de vencimento de 7 anos contados da data de emissão das debêntures. Os recursos líquidos captados por meio da emissão serão destinados para capital de giro da Companhia e para fins de gestão de passivos, alongamento de prazos, otimização de condições financeiras e/ou amortização de dívidas existentes, incluindo as notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, sob o rito automático, de 2ª emissão da Companhia.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que não há desinvestimento relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 20 de outubro de 2025, a Companhia divulgou ao mercado o Compromisso de Compra e Venda de Bem Imóvel (“Operação”) firmada entre sua subsidiária, Tecmar e a Gradiente S.A., ocorreu a lavratura da Escritura de Compra e Venda do imóvel, concretizando a sua transferência em definitivo para a Tecmar. O montante a ser pago na Operação será de R\$ 40.000.000,00, deduzidos os encargos, tributos e demais custos incidentes.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ESG:

Desde 2020, a Companhia vem trabalhando na construção de uma agenda ESG direcionada pela necessidade genuína de um ambiente mais sustentável para o seu modelo de negócio. As iniciativas estruturadas ao longo dos últimos anos fazem parte do roadmap da Agenda ESG da Log-In, desenvolvida junto com a liderança da Companhia e permeada para toda a organização. Todas essas iniciativas são apresentadas de forma transparente, com indicadores tangíveis e claros, no Relatório de Sustentabilidade em conjunto com a nossa controladora Sas Shipping Agencies Services Sàrl, em conformidade com a regulamentação europeia do CSRD (*Corporate Sustainability Reporting Directive*) para relato no padrão ESRS (*European Sustainability Reporting Standards*).

O projeto de modernização dos navios de nossa frota no que se refere à eficiência energética e redução de emissões envolveu, entre outros investimentos, retrofits para aumentar o desempenho na integração de casco-hélice-motor, a implementação de sistemas inteligentes de controle automático de performance dos motores, instalação de um sistema eletrônico que evita a bioincrustação e aplicação de tintas anti-incrustante de última geração que juntos otimizam a performance hidrodinâmica da embarcação, além de novos softwares capazes de otimizar as rotas de navegação e melhorar o monitoramento da performance de cada navio.

O Log-In Evolution é o navio mais moderno da frota com características que permitem maior economia de combustível, redução na emissão de poluentes, menor custo e maior segurança operacional. Dentre essas características, destacam-se: (i) catalizadores para redução de óxidos de nitrogênio (NOx) nos gases de descarga, (ii) recuperação do calor dos gases de descarga com geração de energia de forma mais econômica, (iii) monitoramento remoto dos dados do maquinário e da navegação, (iv) lâmpadas de iluminação e navegação LED; (v) pintura do casco com redução de atrito e com alta

durabilidade, e (vi) motores elétricos com inversores de frequência.

Todos os nove navios da frota da Companhia têm instalado o Sistema de Tratamento de Água de Lastro. Com esse sistema, a água de lastro é utilizada apenas para balancear o peso do navio, não ocorrendo processos de consumo ou poluição, portanto, não são consideradas como efluentes, uma vez que a água descartada é a mesma captada. A tecnologia garante ainda a eliminação de microrganismos presentes na água utilizada pelos navios.

Em 2023, a Companhia desenvolveu a sua segunda Matriz de Materialidade, tendo evoluído para o novo conceito da Matriz de Dupla Materialidade, essa Matriz considera perspectivas de riscos financeiros e de impactos socioambientais que possam ser causados pelas atividades da organização, bem como o impacto financeiro que questões ambientais, sociais e de governança podem ter sobre a performance da Log-In. Esse estudo tem influência direta no roadmap da Agenda ESG, e vai de encontro ao planejamento estratégico da Companhia para os anos seguintes. Ainda em 2023, foi instalado o Comitê de ESG, órgão vinculado à Diretoria da Companhia, responsável por apoiar a Administração em temas relacionados às áreas Ambiental, Social e de Governança, garantindo a integração eficaz das práticas ESG nas decisões estratégicas e operacionais da Companhia. Tanto a Matriz de Dupla Materialidade quanto o Comitê de ESG reforçam o compromisso da Companhia com o desenvolvimento de uma jornada sustentável robusta e alinhada com o seu plano estratégico de crescimento. Em 2025, a Companhia deu início à sua Jornada de Descarbonização, um processo estruturado e de longo prazo voltado à gestão, redução e mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) associadas às suas operações. Essa iniciativa contempla o mapeamento das principais fontes emissoras, a definição de metas progressivas e a implementação de ações de eficiência operacional e energética.

Em 2024, o Terminal de Vila Velha (TVV) da Companhia foi recertificado nas Normas ISO 9001 e 14001 do TVV com zero não conformidade. Ambas as certificações têm vigência até 2027 e reiteram o compromisso da Companhia com seus clientes e com o meio ambiente em que está inserida.

Em 2025, a Log-In, obteve pela primeira vez, o selo OEA-Conformidade (Operador Econômico Autorizado), concedida pela Receita Federal do Brasil, evidenciando a aderência da Companhia a elevados padrões de conformidade aduaneira, segurança e governança em suas operações. O reconhecimento reforça a confiabilidade de seus processos e o compromisso com as melhores práticas na cadeia logística e de comércio exterior.

Ademais, a Log-In planeja conduzir estudos-piloto de viabilidade para avaliar o uso do biocombustível B24 (mistura com 24% de biodiesel) em uma embarcação que opera no Brasil. A empresa também está realizando estudos de viabilidade para a adaptação (retrofit) de um motor a diesel, de modo que possa operar em sistema bicombustível (dual fuel), capaz de utilizar tanto etanol quanto diesel convencional, com o objetivo de atender

às futuras regulamentações da International Maritime Organization (IMO), garantindo, ao mesmo tempo, flexibilidade operacional.

2.11. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

5.2. ANEXO B: INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL, NA FORMA DO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

8. Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Política de Remuneração da Companhia (“Política de Remuneração”) foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de julho de 2018 e tem por objetivo estabelecer as diretrizes para a fixação da remuneração dos Diretores, dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento da Companhia, com a finalidade de atrair e reter profissionais capacitados e mantê-los alinhados com os interesses da Companhia.

A Política encontra-se disponível nas páginas eletrônicas da Companhia (www.loginlogistica.com.br/ri), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

- b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**
- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

Cabe à Assembleia Geral fixar o montante total da remuneração global anual dos administradores, competindo ao Conselho de Administração estabelecer a distribuição dos valores individualmente, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Política de Remuneração. Adicionalmente, sempre que o Conselho Fiscal for instalado, a Assembleia Geral fixará a remuneração de seus membros, a qual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

O Comitê de Gente e Gestão da Companhia assessora o Conselho de Administração através de recomendações e pareceres com o objetivo de, dentre outros, auxiliar o Conselho de Administração: (a) no acompanhamento da Política de Remuneração d; (b) na aprovação de processos relacionados ao desenvolvimento de pessoas e organização (planejamento estratégico); (c) na definição da política geral de salários e demais políticas

de pessoal, incluindo, mas não se limitando a benefícios, bônus e participação nos resultados da Companhia; (d) nos critérios de remuneração da Diretoria, incluindo planos de incentivo de curto e de longo prazo; (e) na proposta de plano de desempenho (metas individuais e procedimentos) dos executivos; (f) nas diretrizes de avaliação de desempenho dos executivos; e (g) no processo de avaliação de desempenho dos executivos da Companhia.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração variável atribuída aos Diretores é fixada em função de metas estabelecidas para o exercício, feitas com base no orçamento anual da Companhia e em indicadores e metas objetivas e mensuráveis obtidos do planejamento estratégico, ambos aprovados pelo Conselho de Administração, conforme detalhado no item 8.1(c)(i) abaixo.

Adicionalmente, são estabelecidos níveis diferenciados de remuneração em função do desempenho individual de cada um dos Diretores, considerando os respectivos cargos, funções e responsabilidades.

A Companhia adota um modelo de avaliação conhecido como matriz de desempenho e potencial ou “Nine Box”. Trata-se de modelo que leva em consideração variáveis de duas naturezas: (i) desempenho, medido pelo cumprimento de metas objetivas, que seguem tendo uma dimensão global e uma dimensão individual; e (ii) competência, medida pela capacidade de liderança e assimilação dos valores da Companhia, identificadas por meio de avaliação pelos pares (modelo de avaliação 360°).

A Companhia não adota uma metodologia pré-fixada de reajuste para a remuneração variável dos Diretores, observado que os planos e programas existentes, bem como as metas ou condições às quais o seu pagamento está condicionado, são estabelecidos pelo Conselho de Administração. Quanto à remuneração fixa dos Diretores, esta é reajustada com base em Pesquisa Salarial realizada por consultoria externa especializada em remuneração e avaliação de desempenho individual realizado pelo Conselho de Administração, conforme a situação do mercado e a relevância de determinado membro ou cargo para a Companhia.

A remuneração do Conselho de Administração é definida com base em Pesquisa Salarial realizada por consultoria externa especializada em Remuneração, na qual é utilizada a média salarial como ponto médio da faixa salarial de cada cargo. Além disso, a remuneração do Conselho de Administração também observa a remuneração global aprovada pela Assembleia Geral, bem como as disposições e princípios do Estatuto da Companhia, da Política de Remuneração e da legislação e regulamentação aplicáveis.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não há uma frequência pré-definida para que o Conselho de Administração reavalie a Política de Remuneração.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal, definida individualmente pelo Conselho de acordo com as diretrizes da Política da Companhia e dentro do limite fixado pela Assembleia Geral, com o objetivo de compensá-los pelos serviços prestados, reconhecer e refletir o valor da sua experiência pessoal, bem como a responsabilidade do cargo.

Exceto pelo Presidente do Conselho, que, em virtude das especificidades do seu cargo, recebe remuneração superior aos demais membros, os demais membros do Conselho de Administração recebem igual remuneração.

Os membros do Conselho de Administração diretamente vinculados ao acionista controlador da Log-In abdicam do recebimento da remuneração a que fariam jus em virtude do exercício dos seus cargos na Companhia.

Diretoria

Os Diretores fazem jus a uma remuneração fixa mensal, definida pelo Conselho de Administração, com o objetivo de compensá-los pelos serviços prestados, reconhecer e refletir o valor da sua experiência pessoal, bem como a responsabilidade dos seus respectivos cargos na Companhia.

Além da remuneração fixa mensal, os Diretores também podem fazer jus a uma remuneração variável, que permite à Companhia oferecer retribuição adicional aos Diretores em razão de seu desempenho. A remuneração variável é medida, entre outros aspectos, pelos indicadores de desempenho corporativos e individuais da Companhia, acompanhados mensalmente.

A remuneração variável é paga anualmente, e pode envolver um ou mais dos seguintes itens:

- (i) Participação nos Resultados: compõe a parcela de curto prazo da remuneração variável e tem como objetivo premiar o atingimento e superação das metas estabelecidas para o exercício, com base no orçamento anual da Companhia e em indicadores e parâmetros objetivos e mensuráveis, aprovados pelo Conselho de Administração e obtidos a partir do planejamento estratégico;

- (ii) Plano de Incentivo de Longo Prazo (“PILP” ou “Plano de Incentivo”) (programas de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia): compõe a parcela de longo prazo da remuneração variável, e tem por finalidade atrair, motivar e reter na Companhia os seus beneficiários, além de alinhar os interesses destes com os da Companhia e de seus acionistas. O PILP da Companhia mantém a remuneração da Companhia competitiva no mercado, além de alinhar a remuneração com a estratégia de longo prazo da Companhia, buscando fazer com que seus beneficiários se sintam engajados no atingimento das metas estabelecidas, incentivando uma atitude de “dono”. Além disso, o Plano de Incentivo constitui instrumento incentivador para o cumprimento das metas globais da Companhia e para a busca de ações de médio e longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia e se reflitam na valorização de suas ações no mercado.

O Plano de Incentivo teve como prazo máximo para exercício junho de 2024.

Por fim, os Diretores também podem fazer jus a benefícios pelo cargo, tais como assistência médica e odontológica, plano de previdência complementar, seguro de vida e auxílio alimentação, bem como, em caso de destituição ou não renovação de mandato, a indenização fixada com base no tempo de permanência na Companhia, previsto no contrato de cada executivo.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, fazem jus a uma remuneração fixa mensal estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Os conselheiros fiscais serão reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

Comitês de Assessoramento

Caberá ao Conselho de Administração decidir se haverá remuneração para os membros dos Comitês de Assessoramento e definir do montante fixo, não sendo permitido estabelecer qualquer remuneração variável.

Na hipótese de indicação de membro da Diretoria ou do Conselho de Administração para compor qualquer dos Comitês de Assessoramento, caberá ao diretor ou conselheiro que estiver acumulando funções apenas a maior dentre as remunerações aplicáveis aos cargos.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A remuneração paga pela Companhia tem como objetivo compensar o trabalho realizado, bem como recompensar resultados obtidos, além da qualificação e excelência do profissional. A Companhia visa a manter a remuneração de seus administradores

competitiva frente ao mercado, de modo a reter e atrair talentos que contribuam para o atingimento de seus objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo.

Em se tratando especificamente da remuneração variável atual, a participação nos resultados tem como objetivo estimular os administradores a melhorarem o seu desempenho de forma a atingirem suas metas imediatas. O Plano de Incentivo tem, por sua vez, o objetivo de alinhar os interesses de longo prazo dos administradores com os da Companhia e seus acionistas, incentivando uma atitude de “dono”. Além disso, o PILP constitui instrumento de incentivo ao cumprimento das metas globais da Companhia e à busca de ações de médio e longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia e reflitam na valorização de suas ações no mercado.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Conselho de Administração:

Tipo de Remuneração:	2025	2024	2023
Fixa	100%	100%	100%
Variável	0%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%

Conselho Fiscal¹:

Tipo de Remuneração:	2025	2024	2023
Fixa	N/A	N/A	N/A
Variável	N/A	N/A	N/A
Benefícios	N/A	N/A	N/A
Total	N/A	N/A	N/A

¹ O Conselho Fiscal da Companhia não estava instalado nos exercícios sociais de 2023, 2024 e 2025.

Diretoria Estatutária:

Tipo de Remuneração:	2025	2024	2023
Fixa	44%	52%	43%
Variável	37%	33%	48%
Benefícios	19%	15%	9%
Total	100%	100%	100%

Comitê Financeiro²:

Tipo de Remuneração:	2025	2024	2023
Fixa	0%	0%	0%
Variável	0%	0%	0%

Benefícios	0%	0%	0%
Total	0%	0%	0%

² Os membros do Comitê Financeiro não recebem remuneração pelo desempenho desta função.

Comitê de Gente e Gestão³:

Tipo de Remuneração:	2025	2024	2023
Fixa	0%	0%	0%
Variável	0%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	0%
Total	0%	0%	0%

³ Os membros do Comitê de Gente e Gestão não recebem remuneração pelo desempenho desta função.

Comitê de Auditoria:

Tipo de Remuneração:	2025	2024	2023
Fixa	100%	100%	100%
Variável	0%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

A remuneração do Conselho de Administração é definida com base em Pesquisa Salarial realizada por consultoria externa especializada em Remuneração, onde foi utilizada a média salarial como ponto médio da faixa salarial de cada cargo. A remuneração do Conselho de Administração observa a remuneração global aprovada pela Assembleia Geral, bem como as disposições e princípios do Estatuto da Companhia, da Política de Remuneração e da legislação e regulamentação aplicáveis.

Não há índice, periodicidade ou metodologia pré-fixados para o reajuste da remuneração do Conselho de Administração.

A remuneração fixa dos Diretores da Companhia é definida com base em Pesquisa Salarial realizada por consultoria externa especializada em Remuneração, na qual foi utilizada a média salarial como ponto médio da faixa salarial de cada cargo. A remuneração da Diretoria também é baseada em negociações com os Diretores e observa a remuneração global aprovada pela Assembleia Geral, bem como as disposições e princípios do Estatuto da Companhia, da Política de Remuneração e da legislação e regulamentação aplicáveis.

Não há índice, periodicidade ou metodologia pré-fixados para o reajuste das parcelas fixas e variáveis da remuneração da Diretoria, observado que o valor da participação nos resultados, bem como as metas a quais o seu pagamento está condicionado, são aprovados ano a ano pelo Conselho de Administração. Eventuais correções serão

aprovadas pelo Conselho de Administração e baseadas na relevância do respectivo membro ou do cargo para a Companhia.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Remuneração fixa:

Os honorários fixos mensais recebidos pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal são estabelecidos de acordo com as regras legais e com a Política de Remuneração da Companhia. Os mesmos requisitos deverão ser observados na definição dos honorários fixos mensais eventualmente recebidos pelos membros dos Comitês de Assessoramento.

Remuneração variável:

A remuneração variável recebida pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é fixada em função de metas estabelecidas para o exercício, feitas com base no orçamento anual da Companhia e em indicadores e metas objetivas e mensuráveis obtidos do planejamento estratégico, ambos aprovados pelo Conselho de Administração.

Especificamente para a Diretoria, as metas e indicadores contemplam o desempenho da Log-In, o desempenho de cada Diretoria, a qualidade do nível de serviço prestado, o atingimento de índices ligados à saúde, segurança e meio ambiente (SMS) e o atingimento de metas relativas a projetos estratégicos.

De acordo com a Política de Remuneração, a remuneração variável da Companhia é afetada pelo alcance de metas estabelecidas para o exercício, feitas com base no orçamento anual da Companhia e em indicadores e metas objetivas e mensuráveis obtidos do planejamento estratégico, conforme detalhado no item 8.1(c)(i) acima.

Adicionalmente, são estabelecidos níveis diferenciados de remuneração em função do desempenho individual de cada um dos Diretores, considerando os respectivos cargos, funções e responsabilidades. O desempenho individual é averiguado de acordo com metas desdobradas do planejamento estratégico e é medido mensalmente através de indicadores pré-estabelecidos.

Os indicadores da Companhia estão alinhados às responsabilidades de cada cargo, ao tempo de dedicação e à competitividade frente ao mercado de referência, contribuindo para o atendimento das estratégias corporativas. Atualmente, não consideramos qualquer índice ASG para influenciar na remuneração dos Diretores. Porém, cumpre destacar que Log-In está discutindo a realização de estudos internos para potencialmente implementar indicadores ligados a questão ASG como um dos parâmetros da Política de Remuneração de sua administração.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A estratégia de remuneração da Companhia, combinando remuneração fixa e variável, tem como objetivo alinhar os interesses dos administradores aos interesses da Companhia e de seus acionistas, bem como manter uma remuneração competitiva frente ao mercado, retendo e atraindo pessoal diferenciado, capaz e qualificado para contribuir com o crescimento da Companhia e gerar valor para os seus acionistas.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros do Conselho de Administração diretamente vinculados ao acionista controlador da Log-In abdicam do recebimento da remuneração a que fariam jus em virtude do exercício dos seus cargos na Companhia, incluindo em virtude do exercício de cargos em Comitês. Não há outros membros não remunerados dentre os Administradores da Log-In e nem no Conselho Fiscal ou nos Comitês da Companhia.

Em consonância com o disposto na Política de Remuneração da Companhia, na hipótese de indicação de membro da Diretoria ou do Conselho de Administração para compor quaisquer dos Comitês de Assessoramento, caberá ao diretor ou conselheiro que estiver acumulando funções apenas a maior dentre as remunerações aplicáveis aos cargos exercidos.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, pois não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe, atualmente, remuneração ou benefício vinculados à ocorrência de qualquer evento societário envolvendo a Companhia, tais como alienação do controle societário, ou efetivação de parcerias estratégicas.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração prevista para o exercício social corrente (2026) – Valores Anuais				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6	11	0,00	17
Número de membros remunerados	3	11	0,00	14
Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore	1.549.999,92	11.360.806,88	0,00	12.910.806,80
Benefícios diretos e indiretos	0,00	2.790.520,90	0,00	2.790.520,90
Remuneração por participação em comitês	0,00		0,00	0,00
Outros	0,00		0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00		0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	7.297.737,20	0,00	7.297.737,20
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00		0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado em consonância com o disposto no Ofício Circular Anual-2026-SEP/CVM e corresponde à média anual do número de membros apurado	O número de membros da Diretoria foi calculado em consonância com o disposto no Ofício Circular Anual-2026-SEP/CVM e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente,	-	-

	mensalmente, com duas casas decimais.	com duas casas decimais.		
Total	1.549.999,92	21.449.064,98	0,00	22.999.064,90

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2025 – Valores Anuais				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6	11	0,00	17
Número de membros remunerados	3	11	0,00	14
Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore	1.389.999,96	8.699.534,36	0,00	10.089.534,32
Benefícios diretos e indiretos	0,00	3.763.264,02	0,00	3.763.264,02
Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	7.292.136,48	0,00	7.292.136,48
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00		0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado em consonância com o disposto no Ofício Circular Anual-2026-SEP/CVM e corresponde à média anual do número de membros	O número de membros da Diretoria foi calculado em consonância com o disposto no Ofício Circular Anual-2026-SEP/CVM e corresponde à média anual do número de membros apurado	-	-

	apurado mensalmente, com duas casas decimais.	mensalmente, com duas casas decimais.		
Total	1.389.999,96	19.754.934,86	0,00	21.144.934,82

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2024 – Valores Anuais				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,33	11	0,00	17,33
Número de membros remunerados	3,42	11	0,00	14,42
Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore	1.522.999,97	8.960.502,96	0,00	10.483.502,93
Benefícios diretos e indiretos	0,00	2.621.046,26	0,00	2.621.046,26
Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	5.615.383,80	0,00	5.615.383,80
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	0,00	633.143,15	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado em consonância com o disposto no Ofício Circular Anual-2026-SEP/CVM e corresponde à média anual do número de membros apurado	O número de membros da Diretoria foi calculado em consonância com o disposto no Ofício Circular Anual-2026-SEP/CVM e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente,	-	-

	mensalmente, com duas casas decimais.	com duas casas decimais.		
Total	1.522.999,97	17.830.076,17	0,00	19.353.076,14

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2023 – Valores Anuais				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,08	8,25	0	14,33
Número de membros remunerados	4	8,25	0	12,25
Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore	1.740.000,00	6.372.598,58	0,00	8.112.598,58
Benefícios diretos e indiretos	0,00	1.348.252,80	0,00	1.348.252,80
Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	7.195.890,40	0,00	7.195.890,40
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	0,00	6.852.304,59	0,00	6.852.304,59
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado em consonância com o disposto no Ofício Circular Anual-2026-SEP/CVM e corresponde à média anual do número de membros apurado	O número de membros da Diretoria foi calculado em consonância com o disposto no Ofício Circular Anual-2026-SEP/CVM e corresponde à média anual do número de membros apurado	-	-

	mensalmente, com duas casas decimais.	mensalmente, com duas casas decimais.		
Total	1.740.000,00	21.769.046,37	0,00	23.509.046,37

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2026)				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6	11	0	17
Número total de membros remunerados	0	11	0	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	8.392.397,78	0	8.392.397,78
Valor previsto no plano de remuneração em caso de metas atingidas	0	7.297.737,20	0	7.297.737,20

Remuneração variável - Exercício social encerrado em 31/12/2025				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6	11	0	17
Número total de membros remunerados	0	11	0	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso	0	0	0	0

as metas estabelecidas fossem atingidas				
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	8.104.131,16	0	8.104.131,16
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	7.047.070,57	0	7.047.070,57
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	7.292.136,48	0	7.292.136,48

Remuneração variável - Exercício social encerrado em 31/12/2024				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,33	11	0	17,33
Número total de membros remunerados	0	11	0	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	10.445.340,68	0	10.445.340,68
Valor previsto no plano de remuneração, caso as	0	6.481.668,64	0	6.481.668,64

metas estabelecidas fossem atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	5.615.383,80	0	5.615.383,80

Remuneração variável - Exercício social encerrado em 31/12/2023				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,08	8,25	0	14,33
Número total de membros remunerados	0	8,25	0	8,25
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	7.987.961,85	0	7.987.961,85
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	4.907.883,32	0	4.907.883,32
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	7.195.890,40	0	7.195.890,40

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. Termos e condições gerais**
- b. Data de aprovação e órgão responsável**
- c. Número máximo de ações abrangidas**
- d. Número máximo de opções a serem outorgadas**
- e. Condições de aquisição de ações**
- f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**
- g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício**
- h. Forma de liquidação**
- i. Restrições à transferência das ações**
- j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**
- k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

O Plano de Incentivo de Longo Prazo, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de julho de 2021, teve como prazo máximo para exercício junho de 2024. Não havia qualquer plano de remuneração baseado em ações em vigor no exercício social de 2025 e não há previsão de qualquer plano de remuneração baseado em ações previsto para o exercício social de 2026.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações prevista para o exercício social corrente (2026)		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de	6	11
Número de membros	0	0
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	0
Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	0
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	0
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0
Esclarecimento	O Plano de Incentivo de Longo Prazo, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de julho de 2021, teve como prazo máximo para exercício junho de 2024; não há previsão de qualquer plano de remuneração baseado em ações previsto para o exercício social de 2026.	

Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31/12/2025		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	6	11
Número de membros	0	0
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	0
Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	0
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	0
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0
Esclarecimento	O Plano de Incentivo de Longo Prazo, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de julho de 2021, teve como prazo máximo para exercício junho de 2024; não havia qualquer plano de remuneração baseado em ações em vigor no exercício social de 2025.	

Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31/12/2024		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	6,33	11
Número de membros remunerados	0	9
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	6,12
Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	6,12

Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	6,08	8,25
Número de membros remunerados	0	8,08
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	6,35
Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	6,45

8.6. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. data da outorga**
- e. quantidade de opções outorgadas**
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis**
- g. prazo máximo para exercício das opções**
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções**
- i. valor justo das opções na data da outorga**
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga**

Não houve nos exercícios sociais de 2023, 2024 e 2025 e não é prevista para o exercício social de 2026 qualquer outorga de opções de compra de ações aos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária da Log-In. No âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de julho de 2021, todas as opções de compra de ações foram outorgadas em 2021, com prazo máximo para exercício em junho de 2024.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação às opções ainda não exercíveis: (i) quantidade; (ii) data em que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) preço médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social.**

O Plano de Incentivo de Longo Prazo, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de julho de 2021, teve como prazo máximo para exercício junho de 2024. Portanto, não havia opções de compra em aberto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Opções exercidas no exercício social encerrado em 31/12/2025¹		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	6	11
Número de membros remunerados	0	0
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

¹ O Plano de Incentivo de Longo Prazo, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de julho de 2021, teve como prazo máximo para exercício junho de 2024; não havia qualquer plano de remuneração baseado em ações em vigor no exercício social de 2025.

Opções exercidas no exercício social encerrado em 31/12/2024		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	6,33	11
Número de membros remunerados	0	9
Número de ações	N/A	183.000
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 6,12
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 40,00
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 6.200.677,48

Opções exercidas no exercício social encerrado em 31/12/2023		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,08	8,25
Nº de membros remunerados	0	8,08

Número de ações	N/A	405.326
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 6,45
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 45,00
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 15.623.711,22

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários**

Não aplicável, dado que a Companhia não entregou quaisquer ações com base em plano de remuneração baseada em ações diretamente aos beneficiários nos últimos três exercícios sociais e não qualquer previsão de entrega de ações no exercício social corrente.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. data de outorga**
- e. quantidade de ações outorgadas**
- f. prazo máximo para entrega das ações**
- g. prazo de restrição à transferência das ações**
- h. valor justo das ações na data da outorga**
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga**

Não aplicável, dado que a Companhia não outorgou quaisquer ações com base em plano de remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria nos últimos três exercícios sociais e não qualquer previsão de outorga ações no exercício social corrente.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. número de ações**
- e. preço médio ponderado de aquisição**
- f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas**
- g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas**

Não aplicável, dado que a Companhia não entregou quaisquer ações relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos últimos três exercícios sociais.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação**
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**
- d. forma de determinação da volatilidade esperada**
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração do seu valor justo**

Plano 2019	2º Programa		3º Programa	
	Tipo A	Tipo B	Tipo A	Tipo B
a) modelo de precificação	Black & Scholes		Black & Scholes	
b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação:	Volatilidade de 50,9% e taxa de juros de 3,75% (taxa Selic no início do Programa)		Volatilidade de 47,32% e taxa de juros de 6,84% (taxa Selic no início do Programa)	
c) método utilizado e premissas assumidas para exercício antecipado	N/A		N/A	
d) forma de determinação da volatilidade esperada	Desvio padrão dos 270 pregões anteriores à data da outorga		Desvio padrão dos 270 pregões anteriores à data da outorga	
e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	N/A		N/A	

Na Assembleia Geral Ordinária de 2023 as informações apresentadas nos itens 8.5 e 8.8, notadamente as informações relativas ao exercício social de 2022, não incluíam opções de titularidade de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que lhes tivessem sido outorgadas a título de remuneração baseada em ações pelo desempenho de funções não estatutárias (i.e. antes de o colaborador ocupar uma função estatutária).

No Formulário de Referência de 2024, nos itens 8.5 e 8.8 esse entendimento foi alterado – os itens em referência passam a considerar todas as opções de titularidade dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, ainda que tais opções tenham

sido recebidas em razão do exercício de funções não estatutárias. O mesmo foi mantido para o Formulário de Referência atual.

A decisão de alterar o formato de divulgação das informações foi tomada em virtude da contratação de novos diretores, que não possuem um estoque de opções decorrente do exercício de funções não estatutárias, situação que não se verificava em 2023:

- (i) em 2023, a decisão sobre a forma da apresentação das informações prestadas nos itens 8.5 e 8.8 foi tomada com a finalidade de dar ênfase à distinção entre os diretores que receberam as suas opções em virtude do exercício de funções estatutárias daqueles que receberam as suas opções em virtude do exercício de funções não-estatutárias;
- (ii) em 2024, a decisão sobre a forma da apresentação das informações prestadas nos itens 8.5 e 8.8 foi tomada com a finalidade de dar ênfase à distinção entre os diretores que receberam opções e que possuem um estoque de opções de sua titularidade daqueles diretores que não receberam, em nenhum momento, opções de compra de ações de emissão da Companhia.

O número total de membros remunerados indicado no item 8.7 corresponde ao número total de administradores titulares de opções em aberto em 31/12/2023. Da mesma forma o item 8.7 indica todas as opções de compra atribuídas a título de remuneração baseada em ações sob titularidade dos membros da Diretoria em 31/12/2024.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Em 31/12/2025	Quantidade de Ações Ordinárias emitidas pela Log-In Logística Intermodal S.A.	% Capital Social
Conselho de Administração	4.007	0,004%
Conselho Fiscal	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	532.349	0,496%

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	Não se aplica	11
Número de membros remunerados	Não se aplica	11
Nome do plano	Não se aplica	Plano de Benefícios Vale Mais da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – Valia
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Não se aplica	Nenhum
Condições para se aposentar antecipadamente	Não se aplica	Não se aplica
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não se aplica	3.058.997,08
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não se aplica	753.225,74
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não se aplica	Somente no caso de desligamento. Recebimento de 100% da Conta de Participante + 1% da Conta de Patrocinador por cada mês de contribuição ordinária ao Plano, até o limite de 80% do valor acumulado nessa conta; já incluída, em ambas, a rentabilidade líquida no período.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Número total de membros	11	11	8,25	6	6,33	6,08	0,00	0,00	0,00
Número de membros remunerados	11	11	8,25	3	3,42	4	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração individual	4.184.610,37	3.679.224,95	4.139.961,91	549.999,96	532.499,97	445.000,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração individual	995.735,60	799.512,61	939.963,22	420.000,00	420.000,00	420.000,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio de remuneração individual	1.795.903,17	1.563.357,55	1.808.089,91	463.333,32	457.499,99	435.000,00	0,00	0,00	0,00

Observações

Conselho de Administração		
31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2023	Número total de membros	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2026 SEP/CVM.
31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2023	Valor da maior remuneração individual	O membro detentor da maior remuneração individual de cada órgão exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social.
31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2023	Valor da menor remuneração individual	O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses na função.

Diretoria Estatutária		
31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2023	Número total de membros	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2026 SEP/CVM.
31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2023	Valor da maior remuneração individual	O membro detentor da maior remuneração individual de cada órgão exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social.
31/12/2025, 31/12/2024,	Valor da menor remuneração	O membro detentor da maior remuneração individual de cada órgão exerceu suas funções

31/12/2023	individual	durante 12 meses no exercício social.
31/12/2023	Valor médio de remuneração individual	O Valor Médio da Remuneração da Diretoria informado acima desconsidera o valor pago em 2021, a título de participação nos resultados referente ao exercício social encerrado em 31/12/2020, a que não integrava mais a Diretoria Estatutária no exercício social encerrado em 31/12/2021. Caso se considerasse o referido valor, o Valor Médio da Remuneração da Diretoria seria de R\$ 1.206.714,94.

Conselho Fiscal	
31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2023	O Conselho Fiscal da Companhia não estava instalado nos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Para a Diretoria Estatutária, em caso de destituição ou não renovação do mandato, está prevista indenização que corresponde, no primeiro ano de mandato (ou sua renovação), a seis vezes o valor da última remuneração, e, no segundo ano de mandato (ou de sua renovação), a três vezes o valor da última remuneração, além de extensão do Plano de Assistência Médica e do Seguro de Vida por um período de seis meses, em ambos os casos.

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização, em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável, dado que nenhum dos membros da administração da Log-In que poderia ser caracterizado como parte relacionada dos controladores, conforme definido pelo Pronunciamento Técnico CPC 05(R1), recebe qualquer remuneração da Companhia.

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não foram reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais e não há previsão para que sejam reconhecidos no resultado do exercício social corrente quaisquer valores como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável.



MANUAL FOR SHAREHOLDERS' PARTICIPATION
IN THE
ANNUAL GENERAL MEETING
OF
LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.
TO BE HELD ON APRIL 16, 2026

Dated March 17, 2026.

**MANUAL FOR SHAREHOLDERS' PARTICIPATION IN THE ANNUAL GENERAL
MEETING OF LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A. TO BE HELD ON APRIL 16, 2026
TABLE OF CONTENTS**

1.	NOTICE	3
2.	NOTICE OF MEETING	4
3.	GUIDELINES FOR PARTICIPATION IN THE AGM	6
3.1.	PARTICIPATION VIA 'ZOOM' PLATFORM	6
3.2.	PARTICIPATION VIA DISTANCE VOTING BALLOT	7
3.2.1.	Direct submission to the Company	7
3.2.2.	Submission via service providers	8
3.3.	DOCUMENTATION FOR PARTICIPATION IN THE MEETING	8
3.3.1.	REPRESENTATION BY PROXY	9
3.4.	CONTACT FOR FURTHER CLARIFICATIONS	10
4.	MANAGEMENT PROPOSAL FOR THE ITEMS TO BE DISCUSSED AT THE AGM 11	
4.1.	ITEM (I) ON THE AGENDA: “to review the accounts of the Management, discuss and vote on the Management’s report and the Company’s annual Financial Statements for the fiscal year ended December 31, 2025, accompanied by the Independent Auditors’ report and the Audit Board’s opinion”.	11
4.2.	ITEM (II) ON THE AGENDA: “to set the total amount of compensation for the Company’s officers for the fiscal year of 2026”.	12
5.	ANNEXES	13
5.1.	ANNEX A: MANAGEMENT’S COMMENTS ON THE COMPANY’S FINANCIAL SITUATION, AS PER ITEM 2 OF THE REFERENCE FORM	13
5.2.	ANNEX B: INFORMATION ON THE COMPENSATION OF MANAGEMENT AND THE AUDIT BOARD, AS PER ITEM 8 OF THE REFERENCE FORM	50

1. NOTICE

Dear Shareholders,

The Management of **LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.** ("Log-In" or "Company"), pursuant to applicable legislation and in accordance with its Articles of Incorporation, presents to you the Manual for Shareholders' Participation in the Annual General Meeting of Log-In to be held on April 16, 2026, at 2:00 PM, exclusively in digital format, via the "Zoom" platform, as per the Notice of Meeting published on this date ("Meeting" or "AGM").

The Company informs that, in compliance with Article 30, §1, item II, of CVM Resolution No. 81/22 ("CVM Resolution 81"), the AGM will be fully recorded and the recording will be maintained for at least 5 (five) years from the date of the Meeting.

In this Manual, you will find, in addition to the Management's Proposal regarding each item on the Meeting's agenda, clarifications on the items, as well as all necessary information for participation of shareholders in the Meeting.

Sincerely,

The Management.

2. NOTICE OF MEETING

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.

CNPJ/MF (Brazilian Corporate Taxpayer Identification Number) No. 42.278.291/0001-24
NIRE (Company Registration Number) 33.3.0026074-9

NOTICE OF MEETING ANNUAL GENERAL MEETING

Pursuant to Article 124 of Law No. 6,404, dated December 15, 1976 ("Brazilian Corporations Law") and Articles 4 to 6 of CVM Resolution No. 81/22 ("CVM Resolution No. 81"), we hereby call the shareholders of **Log-In Logística Intermodal S.A.** ("Log-In" or "Company") to attend the Annual General Meeting ("Meeting" or "AGM"), to be held, on first call, on April 16, 2026, at 2:00 PM, exclusively in digital format, via the "Zoom" platform, in order to deliberate on the following agenda:

- (i) to review the accounts of the Management, discuss and vote on the Management's report and the Company for the annual Financial Statements for the fiscal year ended December 31, 2025, accompanied by the Independent Auditors' report and the Audit Board's opinion; and
- (ii) to set the total amount of compensation for the Company's officers for the fiscal year of 2026.

General Instructions:

Supporting Material: The following documents are available for consultation at the headquarters of Log-In, on the websites of the Securities and Exchange Commission (CVM) – (www.gov.br/cvm), B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br), as well as on the Company's investor relations website (<https://ri.loginlogistica.com.br/>): (i) the Company's annual Financial Statements for the fiscal year ended December 31, 2025, and the other documents referred to in Article 133 of the Brazilian Corporations Law and Article 10 of CVM Resolution No. 81; and (ii) the Manual for Participation in the AGM, which includes (a) the Management's Proposal for the Meeting; (b) guidelines for participation in the Meeting; and (c) all other documents related to the items on the agenda, pursuant to Articles 10, 11, and 13 of CVM Resolution No. 81.

Exclusively Digital Meeting: The Company clarifies that, pursuant to Article 5, item III, of CVM Resolution No. 81, the AGM will be held exclusively in digital format, meaning that shareholders will only be able to participate in the Meeting via the "Zoom" platform or the distance voting ballot. For the purposes of Article 5, § 4, of CVM Resolution 81, the

Company understands that holding a meeting exclusively in digital format facilitates shareholder participation in a practical and secure manner, with greater convenience and accessibility, and without the need for travel and costs associated with in-person shareholder participation.

'Zoom' Platform: The details to participate in the AGM via the 'Zoom' platform will be sent by the Investor Relations Department to shareholders who send an email expressing their intention to do so to ri@loginlogistica.com.br at least 2 (two) days prior to the Meeting date – that is, by April 14, 2026 (inclusive). For this purpose, within the same deadline, the shareholder (or their representative) must submit documentation proving (i) the identity of the shareholder or their representative (if applicable), and (ii) the powers of attorney for representation of the shareholder at the Meeting (if applicable).

Distance voting ballot: Shareholders who choose to participate in the Meeting by exercising their voting rights via the distance voting ballot must follow the detailed instructions in this Manual for Participation in the AGM and any other instructions provided in the distance voting ballot.

Audit Board Pursuant to Article 5, item I-A, of CVM Resolution No. 81, as well as Article 4 of CVM Resolution No. 70/22, the minimum equity percentage required to request the establishment of the Audit Board, as provided in Article 161, §2, of the Companies Law, is 2% (two percent) of the common shares.

Rio de Janeiro - RJ, March 17, 2026.

Julian Roger Crispin Thomas
Chairman of the Board of Directors

3. GUIDELINES FOR PARTICIPATION IN THE AGM

The AGM will be held in an exclusively digital format. Shareholders will be able to participate in the Meeting exclusively (i) through the 'Zoom' platform; or (ii) by exercising their voting right via the distance voting ballot.

Regardless of the form of participation chosen, the documentation required for the shareholder's participation (as described below) must be submitted to Log-In's Investor Relations Department, preferably digitally to the e-mail address ri@loginlogistica.com.br or, alternatively, to the Company's head office, located at Rua do Passeio, No. 78, suites 1.101 and 1.201, BVEP Nigri Plaza Condominium, Centro, City and State of Rio de Janeiro, Postal Code 20021-290.

The Company will not require the authentication of digital copies of documents for participation in the Meeting, nor will it require the notarization of documents signed in Brazilian territory or the notarization and apostille of those signed outside the country. However, the corporate and representation documents of legal entities and investment funds drawn up in a foreign language, with the exception of those originally drawn up in English or Spanish, must be submitted with a sworn translation into Portuguese.

3.1. Participation via 'Zoom' Platform

Pursuant to article 6, paragraph 3, of CVM Resolution 81/22, shareholders wishing to participate in the AGM via the digital platform must submit an email requesting participation to the Company's Investor Relations Department at least 2 (two) days prior to the date of the AGM - that is, up to April 14, 2026 (inclusive) - accompanied by all the documentation described in item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** below, as applicable.

Once the request has been received and the documentation provided has been verified, the Company will send the shareholder the details for participation in the Meeting via the 'Zoom' platform. Shareholders attending the Meeting via the digital platform will be able to exercise their respective voting rights and will be considered to have attended and signed the minutes, in accordance with article 76, item III, of CVM Resolution 81.

Shareholders who have properly requested to participate in the Meeting via the digital platform and have not received the e-mail with the access details from the Company by 11:59 p.m. – Brasília time – on April 15, 2026, should contact the Company's Investor Relations Department by no later than 10 a.m. – Brasília time – on April 16, 2026, by calling +55 (21) 2111-6762.

The Company recommends that shareholders familiarize themselves in advance with the use of the 'Zoom' platform and ensure that their respective electronic devices are compatible to use it (by video and audio).

In addition, Log-In requests that shareholders access the platform at least 30 minutes before the scheduled start time of the Meeting, in order to validate their access. The Company clarifies that no shareholder will be allowed access after the start of the Meeting.

Finally, Log-In clarifies that it bears no responsibility for any operational or connection problems that shareholders may face, as well as for any other possible issues beyond the company's control that may render it difficult or impossible for shareholders to participate in the Meeting via the digital platform.

3.2. Participation via distance voting ballot

Shareholders wishing to participate in the Meeting by exercising their voting rights by submitting a distance voting ballot may **(i)** provide the instructions for filling in the ballot to the transfer agent, the central depository, or their custody agent; or **(ii)** submit the ballot directly to the Company.

Under the terms of CVM Resolution 81, in the event of a discrepancy between the distance voting ballot received directly by the Company or received by the central depository and the voting instruction contained in the transfer agent's analytical map for the same registration number in the Brazilian Individual Taxpayer Registry (CPF) or in the Brazilian Corporate Taxpayer Registry (CNPJ), the voting instruction from the transfer agent shall prevail. Likewise, in the event of a discrepancy between the distance voting ballot received directly by the Company and the voting instruction contained in the central depository's analytical map for the same registration number in the Brazilian Individual Taxpayer Registry (CPF) or in the Brazilian Corporate Taxpayer Registry (CNPJ), the voting instruction from the central depository shall prevail.

3.2.1. Direct submission to the Company

The shareholder who chooses to participate in the Meeting by submitting the distance voting ballot directly to the Company must submit, via email, to Log-In's Investor Relations Department the digital copy of the voting ballot duly completed, initialed and signed, together with all the documentation described in item 3.3 below, as applicable.

The ballot must be submitted to the Company no later than 4 (four) days prior to the date of the Meeting, so that shareholders wishing to submit their voting instructions directly to the Company must do so no later than April 12, 2026 (inclusive). Any voting ballots received by the Company after this date will be disregarded.

Once the voting ballot has been received, the Company will notify the shareholder within no more than 3 (three) business days of such receipt of the ballot of: (a) the receipt of the ballot with sufficient documents for the vote to be considered valid; or (b) the need to rectify or resubmit the ballot or the accompanying documents, which must be done no later than 4 (four) days prior to the date on which the Meeting is to be held - i.e., no later than April 12, 2026 (inclusive).

3.2.2. Submission via service providers

Shareholders who choose to exercise their voting rights remotely through service providers should contact their custody agent, central depository or transfer agent of shares issued by the Company directly and observe the rules established by the respective service provider for the transmission of voting instructions.

Below are the details of the institution contracted by the Company to provide securities registration services:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3rd floor -São Paulo

Shareholder assistance:

3003-9285 (calls and assistance via WhatsApp)

Service hours are on business days from 9:00 AM to 6:00 PM.

3.3. Documentation for Participation in the Meeting

Shareholders wishing to participate in the Meeting by any means permitted must submit to the Investor Relations Department original or copies (digital or physical) of the following documentation in the forms and by the deadlines set out above:

Individual shareholder

- (i) Identification document, with photo, of the shareholder.

Corporate shareholder

- (i) Identification document, with photo, of the representative(s) who will attend the Meeting; and

- (ii) (a) full copy of the latest bylaws or articles of incorporation; and (b) corporate documentation proving the powers of the representative(s) who will attend the Meeting (minutes of election of the board of directors and/or power of attorney, as the case may be).

Investment fund shareholder

- (i) Identification document, with photo, of the representative(s) who will attend the Meeting; and
- (ii) (a) Last consolidated regulation of the fund; (b) bylaws or articles of incorporation of its officer or manager, as applicable; and (c) corporate documentation proving the powers of the representative(s) attending the Meeting (minutes of the election of the administration and/or power of attorney, as applicable).

The following identity documents will be accepted: Identity Card (RG), Foreigners' Identity Card (RNE), National Driver's License (CNH), National Identity Card (CIN), passport, or officially recognized professional association cards.

3.3.1. Representation by proxy

Shareholders may also participate in the AGM by proxy, under the terms of article 126 of the Brazilian Corporations Law.

In this case, in addition to the documentation described above, the shareholder (or their proxy) must submit original or copies (digital or physical) of the following documentation to Log-In's Investor Relations Department:

- (i) Identification document, with photo, of the proxy(ies) who will attend the Meeting; and
- (ii) Power of attorney with special powers for representation at the Meeting in accordance with Article 126 of the Brazilian Corporations Law and Article 654, §1, of the Civil Code.

In accordance with the decision of the CVM Collegiate in CVM Proceeding RJ2014/3578, corporate shareholders or investment funds may be represented by a proxy who may or may not be a financial institution, shareholder, or officer of the Company, or an attorney, provided that such shareholders are represented in accordance with their corporate documents.

3.4. Contact for further clarifications

For any further clarification, our Investor Relations Department is available through the following channels:

Bruna Matos

ri@loginlogistica.com.br

+55 (21) 2111-6762

Rua do Passeio, No. 78, suites 1.101 and 1.201, BVEP Nigri Plaza

Condominium,

Centro, City and State of Rio de Janeiro

4. MANAGEMENT PROPOSAL FOR THE ITEMS TO BE DISCUSSED AT THE AGM

In this section, the Company's Management presents its proposal regarding each of the items on the agenda for the Meeting (“Proposal”), as listed in the Notice of Meeting disclosed on this date, available on the websites of the Securities and Exchange Commission – CVM (<https://www.gov.br/cvm>), B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br) , and Log-In (ri.loginlogistica.com.br).

4.1. ITEM (I) ON THE AGENDA: “to review the accounts of the Management, discuss and vote on the Management's report and the Company's annual Financial Statements for the fiscal year ended December 31, 2025, accompanied by the Independent Auditors' report and the Audit Board's opinion”.

As approved by the Board of Directors at a meeting held on March 16, 2026, Management submits for your consideration the Management's Report and the Company's annual Financial Statements for the fiscal year ended December 31, 2025, accompanied by the Independent Auditors' report and the Audit Board's opinion.

Management proposes that, after careful consideration, the Management's accounts, Management's report and the annual Financial Statements of the Company for the fiscal year ended December 31, 2025 be approved without reservations.

The documents referred to herein are available for consultation at the Company's headquarters, on the websites of the Securities and Exchange Commission – CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br), and Log-In (www.loginlogistica.com.br/ri), in accordance with Article 133, main section, of Law No. 6,404/76 and Article 9, VI, of CVM Resolution No. 81/22.

In compliance with Article 10, item III, of CVM Resolution No. 81/22, the Management's Comments on the Company's Financial Situation, as outlined in item 2 of the reference form, are available in **ANNEX A** of this Proposal.

Since the result earned by the Company in the fiscal year ended December 31, 2025, was entirely absorbed by the Company's accumulated loss, in accordance with Article 189 of the Brazilian Corporations Law, there is no proposal for the allocation of the result for the fiscal year in question. Therefore, the presentation of the information outlined in Annex A of CVM Resolution No. 81 is waived, in line with the understanding of the CVM Collegiate expressed in the context of CVM Proceeding No. RJ2010/14687 and stated in Circular/Annual Letter-2026/CVM-SEP.

4.2. ITEM (II) ON THE AGENDA: “to set the total amount of compensation for the Company's officers for the fiscal year of 2026”.

Management proposes to set the total amount of the annual compensation for the Company's Officers for the fiscal year 2026 at BRL 22,999,064.90 (twenty-two million, nine hundred ninety-nine thousand, sixty-four Brazilian reais and ninety cents).

The amount referenced includes values related to salary/fees, benefits, variable compensation, to be recognized in the Company's financial statements. The determination of individual compensations and the allocation of each component in the Officers' compensation is the responsibility of the Company's Board of Directors. On the other hand, the amount referred to here does not include social security charges borne by the employer, in line with the decision of the CVM Board in the context of CVM Proceeding No. 19957.007457/2018-10.

Management clarifies that the total compensation now proposed takes into account the experience and reputation of the Officers, the responsibilities assumed, and the complexity inherent to their respective positions. Additionally, consideration was given to the need to ensure the Company's competitiveness in its sector, enabling the attraction and retention of the best professionals for Management, and maintaining standards of internal and external balance.

For information purposes, the Board of Directors clarifies that, for the 2025 fiscal year, the total amount of the Directors' annual compensation was set at BRL 23,126,544.41 (twenty-three million, one hundred and twenty-six thousand, five hundred and forty-four reais and forty-one cents), while the amount actually paid as compensation to the Directors in the 2025 fiscal year 2025 was BRL 21,144,934.82.

In compliance with Article 13, item II, of CVM Resolution No. 81/22, additional information on the compensation of the Officers, as set forth in item 8 of the Reference Form, is available in **ANNEX B** below.

5. ANNEXES

5.1. ANNEX A: MANAGEMENT'S COMMENTS ON THE COMPANY'S FINANCIAL SITUATION, AS PER ITEM 2 OF THE REFERENCE FORM

2. Directors' comments

2.1. The directors of the Company shall comment on:

a. the general financial and asset conditions

Company Overview

Log-In Logística Intermodal S.A. ("Company" or "Log-In") is a provider of logistics solutions integrated with maritime transportation. The Company has an asset network that includes a fleet of nine ships, a port terminal in Vila Velha, TVV - Terminal de Vila Velha S.A. ("TVV"), in addition to subsidiaries Tecmar Transportes Ltda. ("Tecmar") and Oliva Pinto Logística Ltda. ("Oliva Pinto"), which operate in the road freight transport and warehousing segments, and integrated solutions that include customized solutions for clients, and the operation of an intermodal terminal in Itajaí.

Through an extensive and integrated transportation network, Log-In covers the main regions of Brazil and offers efficient solutions for the transportation of products for its more than 1,500 clients, which include major Brazilian and multinational companies with operations in Brazil and Mercosur.

With customized solutions and a qualified team, Log-In reduces its clients' logistics costs by redesigning their operations and optimizing the entire cargo handling process.

In a country of continental dimensions like Brazil, it is possible to considerably reduce the levels of pollutant gas emissions through a more diversified transportation matrix, which uses the most diverse modes available for cargo.

With approximately 8,000 km of navigable coastline, Brazil has an opportunity for sustainable logistics by further developing cabotage transportation, as it brings environmental benefits and direct and indirect gains in logistics costs. Comparing the main transportation modes, CO₂ emissions from cabotage represent an 80% reduction compared to road transport, and fuel consumption is eight times lower than that of trucks. Compared to rail transport, a 6,000-ton ship emits 20g CO₂/TKU, while a train with 86 wagons carrying 70 tons emits 23.3g CO₂/TKU.

With a fleet of nine ships of our own, the Company removes more than 170,000 trucks from the roads every year. In addition to the savings generated by the cost of integrated logistics, it's worth mentioning that maritime transport has a low risk of cargo theft and damage.

The Company is focused on and executing its long-term sustainable growth strategy, which involves organic and inorganic growth initiatives that can help strengthen its business model. The Company's strategy seeks to deliver on its purpose of making integrated maritime logistics a driver for sustainable growth through our people.

Fiscal year ended on December 31, 2025

The year 2025 was a breakthrough year for the Company, with positive results and several operational and financial records. This demonstrated the resilience of Log-In's business in a period of numerous challenges.

In 2025, in terms of volume in Coastal Shipping, container transport grew, reaching 776,900 TEUs, with Feeder and Cabotage modalities standing out. The volume of coastal shipping was 233,700 TEUs, reflecting the commercial effort to expand the customer base and recover the Company's service level, even in the face of a more competitive market in 2025. This increase was higher than the sector's overall growth, according to data from ABAC (Brazilian Association of Cabotage Shipowners). Feeder volume totaled 497,800 TEUs, driven mainly by the growing demand for cargo to and from Manaus.

At TVV, the annual volume of container traffic decreased, mainly due to the container export line, based on two products: (i) coffee and (ii) granite (slabs). The coffee off-season affected the first half of 2025, while the price of coffee on the international market did not favor exports in the second half of 2025, when compared to 2024. The granite (slab) export decline was caused by a lower demand in main consumer centers (USA), temporarily affected by the adverse geopolitical context in Q3 2025. While the volume of general cargo reached a historic record of 929,700 tons, with bulk cargo standing out at 665,500 tons.

Log-In's Net Operating Revenue (NOR) was BRL 3,081.0 million, positively impacted by the NOR from Coastal Shipping, which had a historical record of BRL 2,069.6 million, with a highlight on the NOR from the Feeder trade, with a 45.7% growth compared to 2024.

As a result, adjusted annual EBITDA grew 16.7% and the adjusted EBITDA margin increased 0.8 percentage points compared to 2024. In 2025, the General and Administrative Expenses (G&A) line item benefited primarily from the reversal of expenses related to unmaterialized contingencies, provisioned during the Tecmar acquisition period, which totaled BRL 114.1 million during that period. The positive variation in adjusted EBITDA from Coastal Shipping and TVV offset the drop in adjusted EBITDA from Road Freight Transport.

The Company's Net Debt/EBITDA LTM ratio stood at 1.5x at the end of the 2025 fiscal year. The improvement in the indicator compared to the previous quarter, 3Q25, can be mainly explained by the increase in EBITDA in 4Q25. This increase is mainly due to two factors: (i) the General and Administrative Expenses (G&A) line item benefited primarily from the reversal of expenses related to unmaterialized contingencies, provisioned during the Tecmar acquisition period, which totaled BRL 114.1 million in 2025; and (ii) there was an operating revenue of BRL 122.9 million due to the court decision that confirmed the non-

incidence of PIS/COFINS on transport operations to the Manaus Free Trade Zone, accumulated from 2018 to 2024, a non-recurring effect, generating a positive financial impact in the period.

b. capital structure

In 2025, there was no change in the Company's share capital. The last share capital increase took place on 05/08/2024 due to the Company's exercise of stock options. Thus, the subscribed and paid-in share capital increased to BRL 1,348.1 million, represented by 107,306,486 shares, of which 1,218,772 shares were held in treasury.

In addition to its own capital, the Company relies on third-party capital to finance its activities, optimizing its capital structure. Debt levels are monitored in relation to the Company's cash generation capacity and its capital structure.

The Company's policy aims to establish a capital structure that ensures the continuity of its business in the long term. As of December 31, 2025, the Company's shareholders' equity totaled BRL 1,089.7 million, gross debt amounted to BRL 1,699.7 million, and the cash and cash equivalents balance, including financial investments, was BRL 339.5 million, resulting in the Company's net debt of BRL 1,360.3 million.

Gross debt consists of the sum of short-term (current) and long-term (non-current) loans, financings, and debentures. Net debt, in turn, reflects the Company's total exposure to liabilities incurred with the financial system.

Financial leverage ratio	Consolidated	
	12.31.2025	12/31/2024
Gross Debt	1,699,727	1,689,145
Cash and Cash Equivalents	(300,109)	(289,792)
Financial Investments	(39,344)	(39,068)
Net Debt	1,360,274	1,360,285
Net worth Parent company	1,089,428	968,669
Net debt/capital ratio	1.2	1.4

c. payment capacity in relation to financial commitments undertaken

Log-In's capital management aims to ensure the continuity of its activities and preserve its ability to meet its financial commitments, while seeking to maximize the return for the stakeholders or parties involved in its operations.

The Company's Management has a policy of maintaining adequate liquidity levels to ensure the fulfillment of its current and future obligations, as well as to take advantage of any potential business opportunities.

The final maturity for the repayment of the Company's debts with the Brazilian National Bank for Economic and Social Development (BNDES) is due by 2034, and with other creditors, by 2033. Log-In's Management is constantly making efforts to achieve better payment terms and balance cash generation with the flow of financial obligations payments. As of December 31, 2025, the cash and financial investments position amounted to BRL

339.5 million, while the gross debt totaled BRL 1,699.7 million, with 80.8% of this debt maturing in the long term, and the leverage ratio stood at 1.5x EBITDA.

d. sources of financing for working capital and investments in non-current assets used

The main sources of funding for the Company's non-current assets were loans obtained from BNDES, with resources from the Merchant Marine Fund (FMM) which accounted for 30.1% of the gross debt of Log-In as of December 31, 2025. These financings were contracted for the shipbuilding project at a Brazilian shipyard, which was terminated in 2017 with the contracted shipyard, which was undergoing judicial recovery.

In April 2025, a financing agreement was signed with BNDES through Finame on behalf of its subsidiary Tecmar, involving a total amount of BRL 76.6 million, with a maturity period of 9 years. The net proceeds raised through the issuance were used to finance Tecmar's fleet renewal.

In July 2025, the 5th (fifth) issuance of simple debentures was carried out, in the total amount of BRL 280 million, with a maturity term of seven years. The net proceeds raised through the issuance were allocated to the amortization of the Company's 2nd commercial notes.

In May and July 2024, the Company issued the 3rd series of commercial notes, in two series, with amounts of BRL 370 million and BRL 50 million, respectively, with the purpose of replacing the three previous debts: (i) 1st commercial note issuance, (ii) 3rd debenture issuance and (iii) 4th debenture issuance. This new issuance extends the Company's payment deadline to 2031.

In November 2021, the Company, on behalf of its subsidiary, TVV, carried out its 1st issuance of Debentures with the purpose of financing investments related to the renewal of the TVV lease agreement and making prepayment of principal, interest, and other charges of the 2nd Debentures of Log-In, which were due in 2029, extending the maturity to 2033.

To finance working capital, Log-In has been using its own resources from operational cash generation. The company does not engage in client prepayments. Currently, Log-In uses drawn credit operations with its road transport suppliers. On December 31, 2025, the amount involved in these operations corresponded to BRL 23.634 million. For the extension of the bunker term, Log-In uses Alelo as the financier and has an outstanding amount of BRL 53.812 million payable. Subsidiaries used BRL 15.4 million from the guaranteed account and BRL 52.4 million to extend payment terms to suppliers.

Debt (BRL thousands)	CP	LP	Total
BNDES	81,991	428,841	510,832
Finame	1,485	78,720	80,205
Debentures	45,820	443,283	489,103
Commercial Notes	40,545	416,846	457,391

Financing and Loans	156,180	6,016	162,196
Total	326,022	1,373,705	1,699,727

e. sources of financing for working capital and for investments in non-current assets intended to cover liquidity shortfalls

The Company's financing sources are discussed by the board, the financial management and the treasury coordination after the budgetary cycles where covenants and cash needs are projected in accordance with the company's risk policies, and depend on market conditions and liquidity at the time. All financing is subject to approval by the strategic and finance committee, the president, and the Board of Directors.

In the event of a liquidity shortfall, the Company understands that it could rely on the same sources it currently uses. That is, the Company may resort to (i) short-term financing to meet working capital needs by securing credit lines from commercial banks, issuing debt securities in the capital markets (commercial promissory notes), or advancing receivables; and (ii) medium- and long-term financing obtained from development banks for investments in non-current assets, multilateral institutions, and commercial banks, or through structured transactions such as debenture issuances in the capital markets.

f. levels of indebtedness and the characteristics of such debts:

As of December 31, 2025, the Company had a gross debt balance (loans, financings and debentures) of BRL 1,699.7 million, of which 80.8% had a long-term maturity, and a cash and cash equivalents and financial investments position of BRL 339.5 million. Of such indebtedness: (i) BRL 510.8 million refers to shipbuilding financing, with funds from the Merchant Marine Fund (FMM), on-lent through BNDES; (ii) BRL 492.1 million refers to debentures; (iii) BRL 461.3 million refers to commercial notes; and (iv) BRL 155.4 million refers to other financings.

g. relevant loan and financing contracts:

Financing and Loans

BRL (thousands)	Balances on 12/31/2024	Addition	Write-off due to transfer	Financial charges	Amortization		Balances on 12.31.2025
					Principal	Charges	
Shipbuilding (FMM/BNDES)	627,301			7,761	-80,442	-43,788	510,832
Debentures	205,150	280,000		42,951	-24,356	-14,643	489,103
Commercial Notes	721,547			94,721	-275,000	-83,877	457,391
Finame	0	76,597		7,341		-3,732	80,205
Working capital	56,434	238,960		11,981	-228,752	-9,273	69,351
Overdraft facility	8,859	212,127		2,290	-205,593	-2,284	15,399
Forfait	11,008	127,137		2,321	-114,511	-2,321	23,634
Bunker financing	58,846	252,707		7,620	-257,741	-7,620	53,812
Total	1,689,145	1,187,528	-	176,987	-1,186,395	-167,539	1,699,727

Below are descriptions of the financing and loans in force on December 31, 2025:

G.1) Shipbuilding (FMM/BNDES)

The company contracted lines of credit with FMM/BNDES for the construction of ships at

Estaleiro Ilha S.A. (EISA), divided into two sub-credits (Subcredit “A” and Subcredit “B”). The contracts established with BNDES date back to May 26, 2008 (container ships) and December 8, 2009 (bulk carriers). The outstanding balances of Subcredits 'A' and 'B' are adjusted by the TJLP and the variation of the U.S. dollar. The vessels (hulls 504 and 505) built and in operation, as well as the vessels under construction (hulls 506, 507, 508), are encumbered as collateral for the financing, with a fiduciary transfer clause.

Borrower	Merchant Marine Fund	Maturity	12.31.2025
Log-In Logística	BNDES - EI 504 A	June-31	40,852
Log-In Logística	BNDES - EI 505 A	September-30	3,142
Log-In Logística	BNDES-EI 506 A	March-32	69,156
Log-In Logística	BNDES - EI 507 A	October-33	53,164
Log-In Logística	BNDES - EI 508 A	April-34	58,117
Log In Navegação	BNDES-Jatobá A	September-30	33,470
Amounts Indexed to the Long-term Interest Rate (TJLP)			257,901
Log-In Logística	BNDES - EI 504 B	June-31	48,177
Log-In Logística	BNDES - EI 505 B	September-30	3,369
Log-In Logística	BNDES - EI 506 B	March-32	59,414
Log-In Logística	BNDES - EI 507 B	October-33	66,015
Log-In Logística	BNDES - EI 508 B	April-34	37,222
Log In Navegação	BNDES-Jatobá B	September-30	38,734
Amounts Indexed to USD			252,931
Total BNDES			510,832

The guarantees provided for the BNDES/FMM financing are as follows:

- (i) 50.05% of TVV shares (hulls 506, 507 and 508);
- (ii) 99.99% of Log-Mar's shares (hulls 506, 507 and 508);
- (iii) Log-In Jacarandá and Log-In Jatobá vessels (hulls 504 and 505); and
- (iv) Bank guarantee in the face value of BRL 6.318 million (hulls 506, 507, and 508).

g.2) Debentures

In May 2020, Log-In completed its 3rd issuance of simple, single series debenture, non-convertible into shares, secured and with an additional personal guarantee, totaling BRL 71.4 million, with unit par value of BRL 1, fully subscribed in June 2020. The issuance aimed to strengthen the Company's cash position, due to the loan agreement between Log-In and its subsidiary for the acquisition of the container ship (Log-In Endurance). The debentures were to be amortized in equal installments in the months of February, May, August, and November of each year, with the first installment due on August 14, 2021, and the last installment due on May 14, 2025, that is, 5 (five) years from the issuance date on May 14, 2020. The 3rd Debenture was settled early in July 2024, with the 2nd series of the 3rd issuance of Commercial Notes.

In May 2021, Log-In completed its 4th issuance of 34,000 simple, single series debenture, non-convertible into shares, with an additional personal guarantee, totaling BRL 340.0 million, with unit par value of BRL 10,000.00, fully subscribed in May 2021. The issuance

aimed to settle working capital debts due through 2023, extending the maturity to 2027. The debentures were to be amortized in quarterly installments in the months of February, May, August, and November of each year, with the first installment due on May 04, 2022, and the last installment due on May 04, 2027, that is, 6 years from the issuance date on May 04, 2021. The 4th Debenture was settled early in May 2024, with the 1st series of the 3rd issuance of Commercial Notes.

In November 2021, Log-In, on behalf of its subsidiary TVV, completed its 1st issuance of 240,000 simple, single series debentures, non-convertible into shares, secured, with an additional personal guarantee, with a total value of BRL 240.0 million, with unit par value of BRL 1,000.00, fully subscribed in December 2021. The issuance aimed to finance investments related to the renewal of the TVV lease agreement and distribute retained dividends to Log-In. These dividends were used to prepay principal, interest, and other charges of Log-In's 2nd Debenture Issuance, which had scheduled maturities for 2029, extending the maturity until 2033. The debentures will be amortized in annual installments in the month of November of each year, with the first installment due on November 24, 2022, and the last installment due on November 24, 2033, that is, 12 years from the issuance date on May 24, 2021.

In July 2025, the 5th issuance of simple debentures was carried out, in the total amount of BRL 280 million, with a maturity term of seven (7) years. The net proceeds raised through the issuance were allocated to the amortization of the Company's 2nd commercial notes.

Borrower	Debentures	Maturity	12.31.2025
TW	1st issuance TWH11	November-33	190,666
Amounts indexed to the Broad Consumer Price Index (IPCA)			190,666
Log-In	5th issuance LOGN15	July-32	298,437
Amounts indexed to the Interbank Deposit Certificate (CDI)			298,437
Total Debentures			489,103

The debentures were issued with the following security interests:

TVV's 1st debenture issue: (i) fiduciary assignment of TVV equipment; and (ii) fiduciary assignment of receivables arising from services provided to certain clients.

3rd and 4th issuance of debentures: the guarantees were terminated after their respective settlements. The 5th debenture issuance was carried out without any guarantee.

g.3) Commercial Notes

In September 2022, Log-In completed its 1st issuance of commercial notes, with a total value of BRL 130.0 million, maturing in 3 years. The issuance aimed to replenish the cash related Capex payments. The commercial notes were to be amortized at the end of the term, 3 years from the issuance date on September 14, 2022. The 1st issuance of commercial notes was settled early in May 2024, with the 1st series of the 3rd issuance of Commercial Notes.

In November 2023, Log-In completed its 2nd issuance of commercial notes, with a total value of BRL 275.0 million, maturing in 7 years. The issuance aimed to replenish the cash related Capex payments. The Company's 2nd issuance of commercial notes was settled early with proceeds from the 5th issuance of simple debentures, issued in July 2025.

In May 2024, Log-In completed its 3rd issuance of Commercial Notes, in two series (1st series in May and 2nd series in July), totaling BRL 420 million. With BRL 370 million in the first series, and BRL 50 million in the second series. The issuance of the 1st series aimed to complement working capital, make the early repayment of the 1st issuance of Commercial Notes, and the early repayment of the 4th issuance of debentures. The issuance of the 2nd series aimed at the early repayment of the 3rd issuance of debentures.

The issuance of commercial invoices was carried out without any guarantee.

Borrower	Commercial Notes	Maturity	12.31.2025
Log-In	33 issuance NC002400DFD	May-31	403,946
Log-In	33 issuance NC002400DFE	July-31	53,445
	Total Commercial Notes		457,391

g.4) Finame (Tecmar)

In April 2025, a financing agreement was signed with BNDES through Finame on behalf of its subsidiary Tecmar, involving a total amount of BRL 76.6 million, with a maturity period of 9 years. The net proceeds raised through the issuance will be used to finance Tecmar's fleet renewal.

Borrower	Finame	Maturity	12/31/2025
Tecmar	Finame	April-34	80,205

Tecmar's financing agreement was secured by a bank bond.

g.5) Working capital (Tecmar)

Other loan and financing agreements intended to supplement Tecmar's working capital:

- (i) funds obtained from financial institutions, Randon, and Volvo, through consortia for the acquisition of a fleet of vehicles;
- (ii) forfeiting with the financial institution Itaú Unibanco S.A., with no compensation for the services provided, where the remuneration for the service occurs by the supplier with the financial institution, through a financial discount due to the early payment;
- (iii) financing for freight payment with the financial institution Banco Bradesco S.A. In consideration for the services provided by Bradesco, the Company will pay an applicable administrative fee on the total amount; and

- (iv) financing for the acquisition of fuel for the Company's own fleet of vehicles with the financial institutions Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Alelo") and Ticket Soluções HDFGT S/A.
- (v) financing via a secured account with institutions such as Bradesco and Itaú, the Company will pay interest for its use when necessary.

Institution	Maturity	In thousands of BRL 12.31.2025
Consortia (f.i.5(i))	Jan/29	167
Forfait (f.i.5(ii))	Mar/26	7,203
Pamcard (f.i.5(iii))	Mar/26	52,410
Fuel Financing (f.i.5(iv))	Mar/26	9,093
Overdraft facility	Jan/26	9,548
Total		78,421

g.6) Working capital (OP)

Other loan and financing agreements intended to supplement Oliva Pinto's working capital:

- (i) funds obtained from the financial institutions Bradesco, Banco CNH, Banco da Amazônia, Itaú, Banco do Brasil, Sicoob, and Ademicon through direct consumer credit for the acquisition of a fleet of vehicles and working capital, related to the company Oliva Pinto, indirectly controlled by Tecmar, acquired on December 23, 2022;
- (ii) funds obtained through direct consumer credit for the purpose of acquiring working capital; and
- (iii) funds obtained primarily for the purpose of acquiring a fleet of vehicles.

Institution	Maturity	In thousands of BRL
		12.31.2025
Bradesco (f.i.6(i))	Jan/26	25
Sicoob (f.i.6(i))	Dec/30	7,521
Overdraft facility (f.i.6(i))	-	5,851
Ademicon (f.i.6(ii))	Jan/28	99
Banco CNH (f.i.6(ii))	Jan/26	85
Total		13,581

The funds obtained from Sicoob are secured by a fiduciary transfer of ownership of a commercial property in Manaus (Oliva Pinto Group); while the funds obtained from Banco CNH are secured by a fiduciary transfer of ownership of vehicles and solar panels.

f.i.6) Forfeit (Drawn Credit)

Log-In conducts forfeit operations with the financial institutions Itaú, Banco Sofisa, and Banco do Brasil, with the contracted amounts reflected in the Forfait line item. In these operations, certain carriers can advance their receivables without joint liability from the assignor, with no adjustment or interest charges, and with a deferral of approximately 60 days for payment compared to its original maturity to the Company. As a result, the Company must pay for the contracted service directly to the aforementioned banks and no longer to the suppliers, in accordance with the guidance from the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM) through Official Circular/CVM/SNC/SEP No. 01/2021, item 8 - Drawn Credit. These transactions aim to strengthen the commercial relationship with the referred suppliers, and the invoices are advanced exclusively at the suppliers' discretion.

g.7) Bunker Financing

Log-In has financing for the acquisition of bunker for the Company's own fleet with the financial institutions Alelo. In consideration for the services provided by Alelo, the Company will pay an administration fee applicable to the total value of the transactions made with the Alelo card.

i. other long-term relationships with financial institutions

The Company has significant long-term relationships with financial institutions, due to the financing of assets until 2034, primarily vessels with BNDES.

ii. level of subordination among the debts.

The Company has financing for the construction of vessels with BNDES, obtained with a security interest. Except for the financing with BNDES, all other debts of the Company are unsecured, with no subordination among them.

iii. any restrictions imposed on the issuer, particularly regarding debt limits and the incurrence of new debts, dividend distribution, asset disposal, issuance of new securities, and transfer of corporate control, as well as whether the issuer has been complying with these restrictions

The Company's loans and financing arrangements include the following restrictions:

- (i) restrictions on changes to the direct or indirect control of the Company;
- (ii) restrictions on changes or modifications to the share capital structure of TVV and/or the Company, resulting in a change, transfer, or assignment, whether direct or indirect, of corporate/shareholding control, as defined in Article 116 of Law No. 6,404/1976, as amended, including through a shareholders' agreement or as a result of any corporate reorganization of TVV and/or the Company, whether through merger, spin-off, or share incorporation, without the prior express consent of the creditors;

- (iii) restrictions on the sale and encumbrance of the Company's fixed assets, except in cases where: (a) the assets are unusable or obsolete; or (b) the assets are replaced with new ones for the same purpose;
- (iv) restrictions on the sale, transfer, assignment, disposal, or alienation of any assets of TVV and the Company, without the prior and express consent of all creditors, except when (a) the value of the assets to be sold or transferred, individually or in aggregate, is equal to or less than BRL 10 million within each 12-month period, and (b) the proceeds from such disposal are fully used for the replacement or replenishment of TVV and/or the Company's operational assets and/or for maintaining operational activities;
- (v) restrictions on granting preference to other credits, share amortization, issuance of debentures and founder's shares, and assumption of new debts, except for, subject to the limits set forth in the financial agreements: (a) loans to meet the Company's ordinary course of business or for the mere replacement or substitution of materials; and (b) the discounting of commercial instruments held by the Company, resulting from sales or service provisions; and
- (vi) restrictions on the distribution of profits and dividends and/or the payment of interest on equity, above the limit of 25% of adjusted Net Income, and on the transfer of funds from capital reduction or any other form to any shareholder, without the prior and express consent of all creditors, in the event of any default with respect to the obligations stipulated in the agreements.

In addition, 92.9% of the Company's financing and loan agreements include cross-default clauses, namely: (i) BNDES agreements, with a balance of BRL 627.3 million, representing 37.1% of the debt; (ii) debentures, with a balance of BRL 212.4 million, representing 12.6% of the debt and (iii) commercial notes (balance of BRL 728.9 million, representing 43.2% of the debt).

BNDES Agreements

The financing agreements entered into with BNDES require the Company to maintain:

- (i) Debt Service Coverage Ratio (ICSD) not lower than 0.8 between 2018 and 2020; and not lower than 1.0 from 2021 until the settlement of the contract, calculated at the end of each fiscal year, according to the formula $ICSD = \frac{EBITDA - (IR + CSLL + Working\ Capital\ Variation)}{Debt\ Service\ for\ the\ Fiscal\ Year}$; in 2024, 2023, 2022, 2021, 2020, 2019, and 2018, the Company met this debt service ratio; and
- (ii) Net Debt/EBITDA ratio (as defined in the respective agreements) of less than or equal to 10.0 between 2019 and 2020; and less than or equal to 5.0 from 2021 until the settlement of the agreement, calculated at the end of each fiscal year; the Company, in 2024, 2023, 2022, 2021, 2020, 2019, and 2018, met this debt service ratio.

As of December 31, 2025, the Company was in compliance with the covenants of the financing lines with BNDES.

Debentures – 1st Issuance of TVV

The deed for the first issuance of TVV debentures obligates the Company to maintain:

- (i) Net Debt/EBITDA not exceeding 3.5. EBITDA is the result for the 12 months preceding the calculation date, before income tax and social contribution, financial income, non-operating income, equity method, minority interest, depreciation and amortization, and excluding amounts related to 'Lease liabilities'; and
- (ii) ICSD not lower than 1.3. Debt Service Coverage Ratio, determined through the following equation, calculated based on the Issuer's financial statements for the most recent fiscal year, audited by an independent auditor: $ICSD = \text{Cash Flow from Operations} / \text{Debt Service}$. Cash Flow from Operations means the result of the difference between EBITDA (as defined above) and the amount of Income Tax and Social Contribution on Net Income paid during the period.

As of December 31, 2025, the Company was in compliance with all the covenants' ratios of the 1st issuance of debentures of TVV.

Commercial Notes – 3rd Issuance

The terms of the 3rd issuance of commercial notes obligate the Company to maintain:

- (i) Net Debt/EBITDA: not exceeding 3.5 (consolidated balance sheet). means the result for the 12 months prior to the calculation date, including the revenue from the Additional Freight for the Renewal of the Merchant Marine – AFRMM, and before income tax and social security contribution, Financial Income from Cash, Non-Operating Income, equity accounting, minority interest, depreciation, and amortization, and deducted the amounts related to 'Operating Lease Liabilities'. 'Debt' means the sum of short- and long-term loans and borrowings, as well as new borrowings incurred, including discounted receivables with recourse, guarantees and sureties provided for the benefit of third parties, and non-convertible fixed income securities resulting from public or private issuances in the local or international markets. It also includes liabilities arising from financial instruments – derivatives.

As of December 31, 2025, the Company was in compliance with all the covenants' ratios of the 3rd issuance of commercial notes.

Debentures – 5th Issuance

The deed for the 5th debenture issue obligates the Company to maintain:

- (i) Net Debt/EBITDA: not exceeding 3.5 (consolidated balance sheet). 'EBITDA' means the result for the 12 months prior to the calculation date, including the revenue from the Additional Freight for the Renewal of the Merchant Marine – AFRMM, and before income tax and social security contribution, Financial Income from Cash, Non-Operating Income, equity accounting, minority interest, depreciation, and amortization, and deducted the amounts related to 'Operating Lease Liabilities'. 'Debt' means the sum of short- and long-term loans and borrowings, as well as new borrowings incurred, including discounted receivables with recourse, guarantees and

sureties provided for the benefit of third parties, except in cases where they are provided as collateral for loan and financing transactions already accounted for in debt calculations, and non-convertible fixed income securities resulting from public or private issuances in the local or international markets. It also includes liabilities arising from financial instruments – derivatives.

As of December 31, 2025, the Company was in compliance with all the covenants' ratios of the 5th issuance of debentures.

h. limits of contracted financings and percentages already used

Not applicable, as the Company does not have pre-approved credit limits as of December 31, 2025.

i. significant changes in items of the income statement and cash flow statement

The numbers and analyses presented below are derived from the Company's audited consolidated financial statements for the fiscal years ended December 31, 2025, and December 31, 2024, respectively. The numbers are in thousand BRL, unless otherwise stated in percentages (%).

Income Statement

	Consolidated				
	Fiscal years ended on December 31,				
	2025	VS	2024	VS	PS
<i>Continuing operations</i>					
Net debt	3,081,024	100.00%	2,795,756	100.00%	10.20%
	(2,559,264)	-83.07%	(2,351,613)	-84.11%	8.83%
Cost of services rendered					
GROSS PROFIT	521,760	16.93%	444,143	15.89%	17.48%
Subsidized funds – AFRMM applied	88,337	2.87%	85,785	3.07%	2.97%
Administrative and commercial expenses	(189,217)	-6.14%	(188,559)	-6.74%	-0.35%
Other income (expenses), net	118,485	3.85%	10,083	0.36%	1075.10%
RESULT BEFORE FINANCIAL RESULT	539,365	17.51%	351,452	12.57%	3.07%
FINANCIAL RESULT					
Financial Income	79,657	2.59%	71,866	2.57%	10.84%
Financial Expenses	(248,604)	-8.07%	(267,218)	-9.56%	-6.97%
	30,613	0.99%	(73,400)	-2.63%	-141.71%
Net monetary and exchange rate variations					
RESULTS BEFORE TAXES	401,031	13.02%	82,700	2.96%	384.92%
INCOME TAX AND SOCIAL CONTRIBUTION					
Current	(87,682)	-2.85%	(75,736)	-2.71%	1.81%
Deferred	(219,674)	-7.13%	46,739	1.67%	-570.00%
	(307,356)	-9.98%	(28,997)	-1.04%	959.96%
NET INCOME FOR THE PERIOD	93,675	3.04%	53,703	1.92%	74.43%

Net debt

In the fiscal year ended December 31, 2025, the Company's net revenue increased by 10% or BRL 285,269 thousand, from BRL 2,795,756 thousand in the fiscal year ended December 31, 2024, to BRL 3,081,024 thousand in the fiscal year ended December 31, 2025. This variation occurred mainly due to increased revenue from cabotage and growth in Feeder revenue, driven by increased volume.

Cost of services rendered

In the fiscal year ended December 31, 2024, the Company's cost of services rendered increased by 9% or BRL 207,651 thousand, from BRL 2,351,613 thousand to BRL 2,559,264 thousand in the fiscal year ended December 31, 2025. This variation occurred mainly due to container handling costs resulting from the repositioning of empty container stock, maritime personnel costs due to salary adjustments in the second half of 2025, contracted freight from third parties (increased cabotage volume, with reduced unit revenue and the impact of the Driver's Law), as well as higher port costs due to pressure for adjustments from operators and port mix.

Gross profit

In the fiscal year ended December 31, 2025, the Company's gross profit decreased by 17% or BRL 77,617 thousand, from BRL 444,143 thousand in the fiscal year ended December 31, 2024, to BRL 521,760 thousand in the fiscal year ended December 31, 2025. This variation occurred due to the factors described above.

Other income (expenses), net

Other net income for the fiscal year ended December 31, 2025, amounted to BRL 118,485 thousand, compared to a net expense of BRL 10,083 thousand for the fiscal year ended December 31, 2024, representing an increase of 1075% or BRL 108,402 thousand. This variation occurred mainly due to the favorable decision regarding the exemption of PIS and COFINS taxes for cargo destined for the Manaus Free Trade Zone (ZFM).

Financial income

In the fiscal year ended December 31, 2025, the Company's financial income increased by 11% or BRL 7,791 thousand, from BRL 71,866 thousand in the fiscal year ended December 31, 2024, to BRL 79,657 thousand in the fiscal year ended December 31, 2025. This variation occurred mainly due to the greater availability of cash for financial investments throughout 2025.

Financial Expenses

In the fiscal year ended December 31, 2025, the Company's financial expenses reduced by 7% or BRL 18,614 thousand, from BRL 267,218 thousand in the fiscal year ended December 31, 2024, to BRL 248,604 thousand in the fiscal year ended December 31, 2025. This variation occurred mainly due to the reversal of the monetary restatement of the impairment losses on contingencies, recognized at the time of the acquisition of the subsidiary.

Net monetary and exchange rate variations

The Company's net monetary and foreign exchange variations showed an increase of BRL 104,013 thousand or 142%, from a loss of BRL 73,400 thousand in the fiscal year ended December 31, 2024, to a gain of BRL 30,613 thousand in the fiscal year ended December 31, 2025. This variation occurred due to the fluctuation of the Brazilian Real, which depreciated by 28% against the US Dollar (BRL 4.8413 on 12/31/2023 vs. BRL 6.1923 on 12/31/2024) in the fiscal year ended December 31, 2024, compared to a depreciation of 11% (BRL 6.1923 on 12/31/2024 vs. BRL 5.5025 on 12/31/2025) in the same period of 2025, and, therefore, the consequent impact on the balance of long-term debt with BNDES ad container leasing.

We highlight that the cash effect in 2025 was immaterial, as foreign currency-denominated long-term loans and borrowings generate a significant unrealized (non-cash) foreign exchange variation.

Result before income tax and social contribution

The result before income tax and social contribution of the Company showed a variation of

BRL 318,331 thousand, or a 385% increase, representing a gain of BRL 82,700 thousand for the fiscal year ended December 31, 2024, compared to a gain of BRL 401,031 thousand for the fiscal year ended December 31, 2025. This variation occurred primarily due to the factors described above.

Income tax and social contribution - Deferred

The Company's deferred income tax showed a decrease of BRL 266,413 thousand or 570%, resulting from a gain of BRL 46,739 thousand in the fiscal year ended December 31, 2024, compared to a loss of BRL 219,674 thousand in the fiscal year ended December 31, 2025. This variation occurred mainly due to the reversal of the establishment of a tax loss, according to a technical study approved by the Company.

Net income for the period

In the fiscal year ended December 31, 2025, the Company's result increased by 74% or BRL 6,469 thousand, from BRL 53,703 thousand in the fiscal year ended December 31, 2024, to BRL 93,675 thousand in the fiscal year ended December 31, 2025. This variation occurred due to the factors described above.

Cash Flows

	Consolidated				
	Fiscal years ended on December 31,				
	2025	VS	2024	VS	PS
Net cash generated by operating activities	467,208	4529%	1,057,443	(721%)	(56%)
Net cash used in investing activities	(61,872)	(600%)	(186,484)	127%	(67%)
Net cash used in financing activities	(395,019)	(3829%)	(1,017,573)	694%	(61%)
INCREASE (DECREASE) IN THE BALANCE OF CASH AND CASH EQUIVALENTS	10,317	100%	(146,614)	100%	(107%)

In the fiscal year ended December 31, 2025, the increase in the Company's cash and cash equivalents amounted to BRL 10,317 thousand, compared to an increase in cash and cash equivalents of BRL 146,614 thousand in the fiscal year ended December 31, 2024, as described below:

Net cash generated by operating activities

Net cash generated from operating activities totaled BRL 1,057,443 thousand in the fiscal year ended December 31, 2024, compared to BRL 467,208 thousand in the fiscal year ended December 31, 2025. This reduction of BRL 590,235 thousand primarily due to the redemption of AFRMM funds in the checking account and financial transactions involving the assignment of payables to financial institutions in previous fiscal year.

Net cash used in investing activities

The net cash used in investment activities totaled BRL 186,484 thousand for the fiscal year ended December 31, 2024, compared to a redemption of BRL 61,872 thousand for the fiscal year ended December 31, 2025. This applied cash reduction of BRL 124,612 thousand or 67% occurred primarily due to commitments related to the payments for property, plant, and equipment, and intangible assets under development in the period ending December 31, 2024, compared to the same period of the current year.

Net cash used in financing activities

The net cash used in financing activities totaled BRL 1,017,573 thousand for the fiscal year ended December 31, 2024, compared to a redemption of BRL 395,019 thousand for the fiscal year ended December 31, 2025. This applied cash reduction of BRL 622,554 thousand or 61% occurred primarily due to the increase in fundraising through financing from BNDES in the subsidiary Tecmar, the 5th debenture issuance and the operation of assignment of accounts payable to suppliers related to bunker, fuels, and freight.

2.2. The directors of the Company shall comment:

a. results of the issuer's operations, particularly

(i) description of any significant revenue components

The revenues from Coastal Shipping and logistics services are related to the number of containers transported and the average distance between the origin and destination of the cargo. In the Cabotage segment, where domestic industry cargo is transported between Brazilian ports, the price is defined in Brazilian Reais (BRL), and the volumes have a higher unit value compared to other segments. The revenues of the Mercosur segment, which transports cargo between Brazil and Argentina, and the Feeder segment, which makes the final leg along the South Atlantic coast for containers coming from long-haul ships, are fixed in US dollars (USD).

The main source of revenue for the TVV comes from container handling, that is, the loading or unloading of cargo on ships, with prices defined in Brazilian reais (BRL) per container. The general cargo handling at TVV, that is, the loading and unloading of cargo not packed in containers, also generates revenue in Brazilian reais (BRL), with prices varying according to the nature of the cargo and the weight handled. Another important source of revenue for the TVV is the storage services for imported cargoes that have not yet been nationalized, which are priced based on the value of the cargo in question, therefore in US dollars (USD), and the duration of the cargo's stay at TVV.

In Logistics Solutions, revenue is generated from storage and complementary logistics services to maritime transport. By operating these services for its shipping clients, Log-In can take on the management of part of the client's logistics chain. The revenues of these terminals are fixed in reais (BRL).

The revenues from Road Freight Transportation come primarily from the transportation of fragmented and full truckload cargo, warehouse storage services at branch facilities, and container transportation using container chassis trailers. All services are priced in reais (BRL).

(ii) factors that materially affected the operating results

In the results for the fiscal year ended 2025, Log-In's Net Operating Revenue (NOR) was BRL 3,081.0 million, positively impacted by the NOR from Coastal Shipping, which had a historical record of BRL 2,069.6 million, with a highlight on the NOR from the Feeder trade, with a 45.7% growth compared to 2024.

Operating revenue increased by BRL 108.0 million, explained by an operating revenue of BRL 122.9 million due to the court decision that confirmed that PIS/COFINS are not levied on transport operations to the Manaus Free Trade Zone, accumulated from 2018 to 2024, a non-recurring effect, generating a positive financial impact in the period.

The financial result for the fiscal year ended in 2025 showed a positive variation of BRL 130.4 million, mainly due to the BRL 104.0 million positive impact of exchange rate variation, mainly due, as it happened in the quarter, to unrealized exchange rate gains on part of the outstanding long-term debt with BNDES and container leasing, linked to the dollar (US\$). Financial expenses decreased by BRL 18.6 million due to the reversal of the monetary adjustment of the impairment of contingencies, recognized at the time of the acquisition of Tecmar. Finally, there was a BRL 7.8 million increase in financial revenue, due to the effect discussed in Q4 2025.

Net profit for the fiscal year ended 2025 was 74.5% higher compared to 2024. The 2025 profit was primarily boosted by three lines: (i) operating profit, (ii) exchange rate variation, and (iii) income tax/social contribution on net profit. Operating profit grew by 53.5% compared to 2024, reflecting greater operational efficiency and a positive change in the Operating Revenue (Expenses) line in Q4 2025. The exchange rate variation was BRL 104.0 million, mainly due to unrealized exchange rate gains on part of the outstanding long-term debt with BNDES and container leasing, linked to the dollar (US\$), as explained in the financial results. In the IR/CSLL line item, the BRL 278.4 million negative variation refers mainly to the reduction in the expected use of tax loss offsetting, according to a technical study approved by management.

The handling and storage services at the TVV and the container transport services in the Mercosur and Feeder segments of Coastal Navigation are affected by variations in foreign trade flows. On the other hand, Cabotage operations in navigation and storage operations and logistics solutions services are more exposed to the domestic dynamics of the Brazilian economy.

In Coastal Navigation operations, a substantial portion of the costs are fixed, meaning they are unrelated to the volume of containers transported. This is due to the fact that Log-In operates pre-defined maritime routes, meaning regular services. Among the primary fixed costs are: (i) fuel used in ships (bunker), (ii) port tariffs, (iii) maritime pilotage services, (iv) crew expenses, (v) maintenance, (vi) supplies, (vii) insurance, and (viii) general and administrative expenses.

In 2025, fixed costs increased by 12.4% compared to 2024, mainly impacted by an increase in port costs resulting from the port mix and the restructuring of the Amazonas Express Service (SEA) after the end of the Navegantes Shuttle Service (SSN) in Q2 2025. Furthermore, in the running costs line, there was an increase in maritime personnel costs due seafarers' salary adjustment in September 2025. Bunker, the fuel oil for ships, is sold in US dollars (USD) at ports, meaning its prices are impacted by the international trade of crude oil and the exchange rate of the real (BRL) against the dollar (USD).

The costs referenced in dollars are related to bunker, container rental (right of use – IFRS16), and port fees of the Mercosur.

The variable costs in Coastal Navigation result mainly from short-distance road transport and container handling within ports. In 2025, these costs were 28.3% higher than those

presented in 2024, mainly due to: (i) an increase in the cost of short-distance road transport in line with the increase in the volume of intermodal operations, supporting the growth of door-to-door cabotage without compromising the level of service; and (ii) container handling costs, directly related to the increase in volume handled and operation in terminals with higher handling costs.

The costs of services provided by Log-In, as well as operating expenses, are impacted by fluctuations in inflation indices, such as IGP-M and IPCA. Fluctuations in interest rates can also influence Log-In's results, as any changes in these rates may lead to greater or lesser income availability, expand or reduce the pace of economic activity, or affect, positively or negatively, the volume of investments in the economy.

b. significant variations in revenues attributable to the introduction of new products and services, changes in volumes, and modifications in prices, exchange rates, and inflation.

In Cabotage, the price is defined in reais (BRL) and its growth is linked to the country's inflation rates and competitive pressures. In Mercosur and Feeder, the service is priced in US dollars (USD), with the main variation driven by trade flows with Argentina.

At the Vila Velha Terminal, revenue is primarily impacted by Brazil's inflation and by the import and export activities within the terminal's area of influence (Espírito Santo and surrounding states), including containers, general cargo, project cargo, and storage services related to these goods within the port and by the geopolitical context that affects the supply and demand of the international market.

c. significant impacts of inflation, fluctuations in the prices of key inputs and products, exchange rates, and interest rates on the issuer's operational and financial results.

The costs with container handling and road transportation increase due to the growth in volumes transported on the vessels, as well as the increase in costs, primarily related to stevedoring, which negotiates adjustments based on inflation at the TVV due to the rise in terminal activity.

Bunker price is always an important component of the cost. The input tends to follow variations in the international price of crude oil and is impacted by exchange rate fluctuations, as it is traded in US dollars (USD) at Brazilian ports.

Exchange rate fluctuations also affect Feeder and Mercosur, services priced in dollars (USD), and TVV, which is an excellent alternative for import and export operations, offering a wide range of carriers and routes to major domestic and international ports.

Additionally, the costs of services provided by the Company and its operating expenses are impacted by fluctuations in inflation indexes and interest rates, as changes in these rates can either increase or decrease income availability, expand or reduce the pace of economic activity, or positively or negatively affect the volume of investments in the economy. Furthermore, as previously mentioned, variations in diesel oil prices impact the Company's results, as they serve as the basis for adjustments in the road transport services that complement navigation.

Finally, the financial result, composed of financial revenues and expenses, can be significantly impacted by inflation, exchange rates, and interest rates. Inflation primarily affects the cost of money, potentially increasing financial expenses on loans linked to inflation indices, as well as reducing the real value of financial income. Exchange rates directly impact companies with liabilities or assets in foreign currency, generating exchange rate fluctuations that may result in financial gains or losses. Regarding the portion of debt in dollar, for example, financial expenses increase should the local currency depreciate.

Interest rates directly influence the cost of debt, increasing financial expenses when interest rates rise and reducing them when they drop.

2.3. Company directors shall comment:

- a. changes in accounting practices that have resulted in significant effects on the information provided in sections 2.1 and 2.2.**

There were no significant changes in accounting practices in the fiscal year ended December 31, 2025.

- b. qualified opinions and emphasis in the auditor's report.**

The independent auditors' report on the financial statements for the fiscal year ended December 31, 2025, did not include any qualified opinions or emphases.

2.4. Directors' comments on the material effects that the events below have had or are expected to have on the Company's financial statements and its results:

a. introduction or disposal of an operating segment

There was no introduction or disposal of an operating segment in the fiscal year ended December 31, 2025.

b. establishment, acquisition, or disposal of equity interest.

There was no establishment, acquisition, or disposal of equity interest in the fiscal year ended December 31, 2025.

c. unusual events or transactions

There were no unusual events or transactions in the fiscal year ended December 31, 2025.

2.5. If the Company has disclosed, during the last fiscal year, or wishes to disclose in this form, non-accounting measurements such as EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization) or EBIT (Earnings Before Interest and Taxes), it must:

a. disclose the value of the non-accounting measures

During the fiscal year ended December 31, 2025, the Company disclosed the following non-accounting measures:

EBITDA and ADJUSTED EBITDA

EBITDA, also known as LAJIDA (Earnings Before Interest, Income Tax, Social Contribution on Profit, Depreciation, and Amortization), is a non-accounting measure prepared by the Company, in accordance with CVM Resolution No. 156/22 ("CVM Resolution 156"), reconciled with its financial statements, and consists of net income (loss) adjusted by the net financial result, income tax and social contribution expenses (or income), and depreciation and amortization expenses and costs. The EBITDA Margin consists of the result of dividing the aforementioned EBITDA by the Company's consolidated net operating revenue. The Adjusted EBITDA Margin is calculated by dividing the adjusted EBITDA by the net operating revenue.

Adjusted EBITDA is calculated based on EBITDA, adjusted for the following factors:

- (i) the Recovery of Tax Overpayments related to PIS/COFINS Credit;
- (ii) the Provision for Losses from Discontinued Shipbuilding (Impairment);
- (iii) the Result from the Sale of Assets;
- (iv) Estimated Losses – Shipbuilding;
- (v) Judicial Recovery of AFRMM Credits;
- (vi) Discontinued Operations;
- (vii) early recognition of the cost of the Company's 1st Program of the 2nd Stock Option Plan 2Q20;
- (viii) storage revenue from the forfeiture process against the Federal Revenue Service
- (ix) of Non-Recurring Events; and
- (x) Cutoff.

The Company understands that some investors and financial analysts use Adjusted EBITDA as an indicator of its operational performance. Below are the values of EBITDA, EBITDA Margin, Adjusted EBITDA, and Adjusted EBITDA Margin for the Company for the fiscal year ended December 31, 2025:

BRL (Millions)	12.31.2025
EBITDA	825.2

EBITDA Margin	26.8%
Adjusted EBITDA	687.2
Adjusted EBITDA Margin	22.3%

- b. **make the reconciliations between the disclosed values and the values in the audited financial statements**

EBITDA and Adjusted EBITDA

The table below presents the reconciliation of the EBITDA, EBITDA Margin, Adjusted EBITDA, and Adjusted EBITDA Margin of the Company with the values from the audited financial statements for the fiscal year ended December 31, 2025:

BRL (Millions)	2025
Net Profit (loss)	93.7
Income tax and CSLL on net income (loss)	(307.4)
Net Financial Result	(138.3)
Depreciation and Amortization	(285.6)
EBITDA	825.7
Recovery of tax overpayments related to PIS/COFINS Credit	N/A
Provision for Losses from Discontinued Shipbuilding (Impairment)	N/A
Net Result of asset disposals	N/A
Estimated Losses – Shipbuilding	N/A
Judicial Recovery of AFRMM Credits	N/A
Result of Discontinued Operations	N/A
Stock Options	N/A
Cut off	15.6

Adjustment of Non-Recurring Events	122.4
ADJUSTED EBITDA	687.2
Net Debt	3,081.0
EBITDA Margin	26.8%
Adjusted EBITDA Margin	22.3%

Net Debt

The table below presents the reconciliation of the Company's Net Debt with the values from the audited financial statements for the fiscal year ended December 31, 2025:

BRL (Millions)	2025
Loans, financing and debentures – current	326.0
Loans and Financing – non-current	1,373.7
Gross Debt ⁽¹⁾	1,699.7
(-) Cash and Cash Equivalents	(300.1)
(-) Financial Investments	(39.3)
Net Debt ⁽²⁾	1,360.3

(1) *The Gross Debt consists of the sum of financing, loans, and debentures (current and non-current).*

(2) *Net Debt consists of the sum of financing, loans, and debentures (current and non-current) minus cash and cash equivalents and financial investments (current).*

- c. **explain the reason why this measure is considered more appropriate for the correct understanding of the financial condition and the result of the operations.**

EBITDA and Adjusted EBITDA

EBITDA, EBITDA Margin, Adjusted EBITDA, and Adjusted EBITDA Margin are not measures recognized by the Accounting Practices Adopted in Brazil nor by the International Financial Reporting Standards (IFRS), issued by the International Accounting Standards Board (IASB). They do not represent cash flow for the periods presented and should not be considered as substitutes for net income as an indicator of operational performance or as substitutes for cash flow as an indicator of liquidity for Log-In or as a basis for dividend

distribution. EBITDA, EBITDA Margin, Adjusted EBITDA, and Adjusted EBITDA Margin do not have a standard meaning and may not be comparable to similar measures provided by other companies. Additionally, these non-GAAP measures have limitations that impair their use as performance measures, as they exclude certain costs or expenses of the Company that may significantly impact operational and liquidity results, such as our net financial result, income tax and social contribution, and depreciation and amortization; in the case of Adjusted EBITDA, it also excludes (i) Recovery of tax overpayment (PIS/COFINS credit); (ii) Provision for Impairment of Discontinued Shipbuilding; (iii) Result from the sale of assets; (iv) Estimated losses – Shipbuilding; (v) Judicial Recovery of AFRMM Credits; (vi) Discontinued Operations; (vii) Stock Options; (viii) Cutoff; and (ix) Non-recurring Events.

EBITDA, EBITDA Margin, Adjusted EBITDA, and Adjusted EBITDA Margin are financial indicators used by the Company to provide information about its ability to meet debt payments, sustain its investments, and cover its working capital needs.

Net Debt

Net Debt is not a measure recognized by the Brazilian Generally Accepted Accounting Principles (BR GAAP) or the International Financial Reporting Standards (IFRS), issued by the International Accounting Standards Board (IASB), does not have a standard meaning, and may not be comparable to measures with similar titles provided by other companies. Net Debt is a financial indicator used to assess a company's solvency and ability to meet its obligations when measured in conjunction with its EBITDA (described in the item above).

2.6. Identify and comment on any subsequent events following the last year-end financial statements that materially affect them:

There have been no subsequent events relevant to the latest financial statements for the fiscal year that substantially alter them.

2.7. The Directors' comments on the allocation of corporate results, indicating:

a. rules on profit retention	<p>The Bylaws stipulate that, together with the financial statements for the year, the management will present to the Annual General Meeting a proposal for the allocation of the net income for the year, adjusted for the purposes of dividend calculation, pursuant to Article 202 of the Brazilian Corporations Law, observing the following order of deduction: (a) 5% (five percent) for the establishment of the legal reserve, until it reaches the limits set by law; and (b) 25% (twenty-five percent) as the mandatory minimum dividend to shareholders. The payment of dividends is limited to the amount of net income for the year that has been realized, and the difference is recorded as a reserve for unrealized profits. The profits recorded in the reserve for unrealized profits, when realized, if not absorbed by losses in subsequent years, must be added to the first dividend declared after realization. The remaining balance of profits, if any, shall be allocated as approved by the General Meeting, in accordance with the proposal submitted by management.</p> <p>Despite having recorded a positive result in the last 6 fiscal years, the Company has not earned profit, as the result in question has been entirely absorbed by the balance of accumulated losses, which as of December 31, 2025, totaled BRL 223,465 thousand.</p>
b. rules on dividend distribution	<p>The Bylaws provide for the payment of 25% (twenty-five percent) of adjusted net income for dividend calculation purposes, as the mandatory minimum dividend to shareholders. By resolution of the Board of Directors, the Company may pay its shareholders interest on equity, which will be credited to the mandatory dividend, and such amount will be included in the total dividends distributed by the Company. By resolution of the Board of Directors, the Company may pay its shareholders dividends out of accumulated profits from prior fiscal years. Dividends and interest on equity do not accrue interest, and if not claimed by any shareholder within 3 (three) years from the date of the resolution for their distribution, they will revert to the Company.</p>

<p>c. frequency of dividend distributions</p>	<p>The Bylaws stipulate that, together with the financial statements for the year, the management will present to the Annual General Meeting a proposal for the allocation of the net income for the year, adjusted for the purposes of dividend calculation, pursuant to Article 202 of the Brazilian Corporations Law. The Company may also prepare semi-annual or shorter period financial statements and declare, by resolution of the Board of Directors, dividends based on the profit determined in these statements, as part of the total to be distributed at the end of the respective fiscal year, subject to the limitations provided by law. The dividends thus declared constitute an advance on the mandatory dividend.</p>
<p>d. any restrictions on dividend distribution imposed by applicable legislation or special regulations to the issuer, as well as contracts, judicial, administrative, or arbitral awards.</p>	<p>Except for the provisions of the Brazilian Corporations Law and the Company's Bylaws, there are no restrictions on the distribution of dividends imposed by legislation or regulation.</p> <p>Moreover, the Company's financial contracts impose restrictions on dividend distributions in excess of the mandatory minimum. For more information on these restrictions, see item 2.1(f)(iv) above.</p>
<p>e. if the issuer has a formally approved profit allocation policy, provide the responsible body for approval, the approval date, and, if the issuer discloses the policy, the websites where the document can be accessed.</p>	<p>As of December 31, 2025, the company had no specific policy on the allocation of profits. However, as established in the bylaws, Chapter VI is dedicated to addressing this topic, defining the guidelines and criteria applicable to the distribution and allocation of profits.</p>

2.8. Description of significant items not shown in the Company's financial statements:

a. assets and liabilities held by the Company, directly or indirectly, which do not appear on its balance sheet (off-balance sheet items)

- i. portfolios of written-off receivables on which the entity has neither retained nor substantially transferred the risks and rewards of ownership of the transferred asset, indicating the respective liabilities**

The Company has no portfolio of written-off receivables on which it retains risks and liabilities that do not appear on its balance sheet.

ii. contracts for the future purchase and sale of products or services

The Company has contracts for the future purchase and sale of products or services that do not appear on its balance sheet.

iii. unfinished construction contracts

Provision for estimated losses on the realization of assets under construction:

EI 506, EI 507 and EI 508 hulls

On July 12, 2017, the Company terminated the construction agreement for 3 (three) vessels with the EISA shipyard; consequently, a provision was established for estimated losses from the realization of said assets, net of the amount of compensation to be received, in the total amount of BRL 502,928, as follows:

Consolidated and Parent Company					
Description	Hulls EI-506, EI-507 and EI-508	Compensation for breach of contract, to be received	Materials and equipment at the shipyard (a)	Reversal of the estimated loss (b)	Provision for estimated losses
Advances made to "EISA"	420,461	(59,632)	(22,236)	(281,165)	57,428
Capitalized charges	164,335	-	-	(164,335)	-
	584,796	(59,632)	(22,236)	(445,500)	57,428

On November 30, 2007, Log-In entered into a Shipbuilding Agreement with EISA ("Construction Agreement"), whereby EISA undertook to "build, launch, equip, assemble, test and deliver to the CONTRACTING PARTY [Log-In] 5 (five) 2,700 (two thousand seven hundred) TEU container ships, made of steel (...)", whose hulls would be identified by the numbers EI-504, EI-505, EI-506, EI-507 and EI-508.

In 2016, the shipyard entered judicial reorganization and halted its operations without delivering 3 ships, relating to hulls 506, 507 and 508, as well as their respective parts and components. Log-In terminated the construction agreement and, in 2017, after conducting an asset recoverability test, made an accounting entry for a residual balance in fixed assets related to the amounts that, at the time, the Company believed it could recover from the shipyard. The aforementioned agreement stipulated that in the event of default by the shipyard, Log-In would have the right to take possession of the parts and components acquired by the shipyard with the funds advanced by the Company under the construction agreement, or to revert the corresponding value as compensation.

The EISA Creditors' Meeting was supposed to have taken place in the first half of 2021, at which the shipyard's controlling shareholder would present a credible recovery plan addressing the issue of the parts and components, but this did not happen. To date, EISA has not presented a judicial reorganization plan with feasible conditions for the payment of creditors, including Log-In. As a result, the negotiations that had been taking place with EISA for the removal of parts and components from the shipyard proved unfeasible.

In this context, and after analysis by the Company's Management, it was decided at a board meeting held on September 27, 2021, to withdraw the claims and convert the corresponding amounts into compensation. In parallel, the EISA bankruptcy proceedings will be monitored to collect Log-In's credits, which have already been approved in the legal process, and the amounts mentioned above are 100% provisioned in the financial statements.

In 2023, the second meeting of the Creditors' Assembly was held, during which the approval of the recovery plan for Classes I (labor), III (unsecured) and IV (unsecured EPP/ME) was deliberated. For Class II (secured claims), there was a deadlock in the vote between the parties represented by EISA's creditors and Log-In, resulting in the non-approval of the Judicial Reorganization Plan. Subsequently, EISA filed a "cram

down" request for approval of the Judicial Reorganization Plan, which was granted on August 8, 2023.

iv. contracts for future financing receipts

The Company has no contracts for future financing receipts that do not appear on its balance sheet.

b. other items not disclosed in the financial statements

There are no other items not disclosed in the financial statements.

2.9. The Directors' comments on each of the items not shown in the financial statements indicated in item 2.8:

a. how such items affect or may affect the revenues, expenses, operating income, financial expenses, or other items of the Company's financial statements.

No relevant items not disclosed in the Company's financial statements for the fiscal year ended December 31, 2025, were reported in item 2.8.

b. nature and purpose of the operation

No relevant items not disclosed in the Company's financial statements for the fiscal year ended December 31, 2025, were reported in item 2.8.

c. nature and amount of the obligations undertaken and rights generated in favor of the Company as a result of the operation

No relevant items not disclosed in the Company's financial statements for the fiscal year ended December 31, 2025, were reported in item 2.8.

2.10. The Directors' comments on the key elements of the Company's business plan, specifically addressing the following topics:

a. investments, including:

i. quantitative and qualitative description of ongoing investments and planned investments

In 2025, Log-In's capital expenditures (CAPEX) totaled BRL 86.2 million, mainly composed of recurring investments such as purchase of materials for ship dockings scheduled for 2026, TVV maintenance, office modernization, and continued ship operations.

ii. investment financing sources

As of December 31, 2025, the Company had a net debt of BRL 1,360.3 million and a gross debt of BRL 1,699.7 million, with 8% of it due for long-term amortization.

In June 2025, the Board approved the 5th issuance of simple debentures, non-convertible into shares, totaling BRL 280000000.00 million, with a maturity period of 7 years from their issuance. The net proceeds raised through the issuance will be used for the Company's working capital and for the purposes of liability management, extending maturities, optimizing financial conditions and/or amortizing existing debts, including the book-entry commercial notes, in a single series, for public distribution, under the automatic procedure, of the Company's 2nd issuance.

iii. significant ongoing divestitures and planned divestitures

Not applicable, as there are no significant ongoing or planned divestitures.

b. if already disclosed, indicate the acquisition of plants, equipment, patents, or other assets that are expected to materially affect the issuer's production capacity.

On October 20, 2025, the Company disclosed to the market the Purchase and Sale of Real Estate Covenant ("Transaction") entered into between its subsidiary, Tecmar, and Gradiente S.A., and the Deed of Purchase and Sale of the property was executed, finalizing its definitive transfer to Tecmar. The amount to be paid in the Transaction will be BRL 40,000,000.00, less charges, taxes and other applicable costs.

c. new products and services, indicating:

i. description of ongoing research already published

Not applicable, as there is no ongoing research already published.

ii. total amount spent by the issuer on research to develop new products or services

Not applicable, as there is no ongoing research for the development of new products or services.

iii. projects under development already disclosed

Not applicable, as there are no projects in development already disclosed.

iv. total amount spent by the issuer in the development of new products or services

Not applicable, as there is no development of new products or services.

d. opportunities included in the issuer's business plan related to ESG issues:

Since 2020, the company has been working on the process of putting together an ESG agenda driven by the genuine need for a more sustainable environment for its business model. The initiatives structured over the last few years are part of Log-In's ESG Agenda roadmap, which was developed together with the Company's leadership and permeated throughout the organization. All these initiatives are presented transparently, with tangible and clear indicators, in the Sustainability Report, jointly with our parent company Sas Shipping Agencies Services Sàrl, in accordance with the European regulation of the CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive) for reporting in the ESRS (European Sustainability Reporting Standards) format.

The project to modernize our fleet's vessels in terms of energy efficiency and emissions reduction involved, among other investments, retrofits to increase performance in hull-propeller-engine integration, the implementation of intelligent automatic engine performance control systems, installation of an electronic system that prevents biofouling and application of state-of-the-art antifouling paints that together optimize the hydrodynamic performance of the vessel, as well as new software capable of optimizing navigation routes and improving the monitoring of each vessel's performance.

The Log-In Evolution is the most modern vessel in the fleet, with features that allow for greater fuel efficiency, reduced pollutant emissions, lower costs, and enhanced operational safety. Among these features, the following stand out: (i) catalysts for reducing nitrogen oxides (NOx) in exhaust gases, (ii) heat recovery from exhaust gases with more economical energy generation, (iii) remote monitoring of machinery and navigation data, (iv) LED lighting and navigation lamps, (v) hull painting with reduced friction and high durability, and (vi) electric motors with frequency inverters.

All nine ships in the Company's fleet have Ballast Water Treatment System installed. With this system, ballast water is only used to balance the ship's weight and consumption or pollution processes do not occur, so it is not considered an effluent, since the water

discharged is the same as that collected. The technology ensures the elimination of microorganisms present in the water used by the vessels.

In 2023, the Company developed its second Materiality Matrix, evolving to the new concept of the Double Materiality Matrix. This Matrix considers perspectives on financial risks and socio-environmental impacts that may be caused by the organization's activities, as well as the financial impact that environmental, social, and governance issues can have on Log-In's performance. This study has a direct influence on the ESG Agenda roadmap and is in line with the company's strategic planning for the next years. Still in 2023, the ESG Committee, linked to the Company's Board of Directors, was established. It is responsible for supporting the Management on matters related to the Environmental, Social, and Governance areas, ensuring the effective integration of ESG practices into the Company's strategic and operational decisions. Both the Dual Materiality Matrix and the ESG Committee reinforce the company's commitment to developing a robust sustainable journey in line with its strategic growth plan. In 2025, the Company began its Decarbonization Journey, a structured, long-term process focused on managing, reducing, and mitigating greenhouse gas (GHG) emissions associated with its operations. This initiative includes mapping the main sources of emissions, defining progressive targets, and implementing operational and energy efficiency measures.

In 2024 the Company's Vila Velha Terminal (TVV) was recertified in accordance with TVV ISO 9001 and 14001 Standards with zero non-conformities. Both certifications are valid until 2027 and reiterate the Company's commitment to its customers and the environment in which it operates.

In 2025, Log-In obtained, for the first time, the OEA-Compliance (Authorized Economic Operator) seal, granted by the Brazilian Federal Revenue Service, demonstrating the Company's adherence to high standards of customs compliance, security, and governance in its operations. This recognition reinforces the reliability of its processes and its commitment to best practices in the logistics and foreign trade chain.

Furthermore, Log-In plans to conduct pilot feasibility studies to evaluate the use of B24 biofuel (a blend with 24% biodiesel) in a vessel operating in Brazil. The company is also conducting feasibility studies for retrofitting a diesel engine so that it can operate in a dual-fuel system, capable of using both ethanol and conventional diesel, in order to meet future regulations of the International Maritime Organization (IMO), while ensuring operational flexibility.

2.11. The Directors' comments on other factors that significantly influenced operational performance and have not been identified or discussed in other items of this section:

There are no other factors that significantly influenced operational performance and have not been identified or discussed in other items of this section.

5.2. ANNEX B: INFORMATION ON THE COMPENSATION OF MANAGEMENT AND THE AUDIT BOARD, AS PER ITEM 8 OF THE REFERENCE FORM

8. Management compensation

8.1. Describe the compensation policy or practice for the board of directors, the statutory and non-statutory executive board, the audit board, the statutory committees and the audit, risk, financial and compensation committees, addressing the following aspects

- a. purposes of the compensation policy or practice, stating whether the compensation policy has been formally approved, the body responsible for its approval, the date of approval and, if the issuer discloses the policy, websites where the document can be consulted**

The Company's Compensation Policy ("Compensation Policy") was approved by the Board of Directors at a meeting held on July 31, 2018 and aims to establish the guidelines for setting the compensation of the Company's Directors, members of the Board of Directors, Audit Board and Advisory Committees, with the purpose of attracting and retaining qualified professionals and keeping them aligned with the Company's interests.

The Policy is available on the Company's website (www.loginlogistica.com.br/ri), on the CVM website (www.gov.br/cvm), and on the B3 website (www.b3.com.br).

- b. practices and procedures adopted by the board of directors to determine the individual compensation of the board of directors and the executive board, indicating:**
- i. the bodies and committees of the issuer involved in the decision-making process, specifying their involvement**

It is the responsibility of the General Meeting to set the total amount of the annual global compensation for the officers, with the Board of Directors determining the distribution of the amounts individually, in accordance with the guidelines established by the Compensation Policy. Additionally, whenever the Audit Board is established, the General Meeting will set the compensation for its members, which cannot be lower than ten percent of the average compensation granted to each Director of the Company, excluding benefits, allowances, and profit sharing.

The Company's People and Management Committee advises the Board of Directors through recommendations and reports with the aim of, among other things, assisting the Board of Directors (a) in monitoring the Compensation Policy; (b) in approving processes related to people development and organizational planning; (c) in defining the general salary policy and other personnel policies, including but not limited to benefits, bonuses, and profit sharing; (d) in the compensation criteria for the Executive Board, including short- and long-term incentive plans; (e) in proposing performance plans (individual goals and

procedures) for executives; (f) in the performance evaluation guidelines for executives; and (g) in the process of performance evaluation for the Company's executives.

ii. criteria and methodology used for determining individual compensation, indicating whether market practices studies are used, and if so, the comparison criteria and the scope of these studies.

The variable compensation awarded to the Directors is set according to the targets established for the year, based on the Company's annual budget and on objective and measurable indicators and targets obtained from the strategic planning, both approved by the Board of Directors, as detailed in item 8.1(c)(i) below.

Additionally, differentiated levels of compensation are established based on the individual performance of each Director, considering their respective positions, roles, and responsibilities.

The company adopts an evaluation model known as the performance and potential matrix or "Nine Box". It is a model that takes into account variables of two natures: (i) performance, measured by the achievement of objective goals, which have both a global and an individual dimension; and (ii) competence, measured by leadership ability and assimilation of the Company's values, identified through peer evaluations (360° evaluation model).

The Company does not adopt a pre-established methodology for adjusting the variable compensation of Directors, noting that the existing plans and programs, as well as the goals or conditions to which their payment is conditioned, are set by the Board of Directors. The fixed compensation of the Directors is adjusted based on a Salary Survey conducted by an external consulting firm specializing in compensation and individual performance evaluation by the Board of Directors, considering the market situation and the importance of a particular member or position to the Company.

The compensation of the Board of Directors is determined based on a Salary Survey conducted by an external consulting firm specialized in Compensation, where the average salary was used as the midpoint of the salary range for each position. Furthermore, the compensation of the Board of Directors also complies with the overall compensation approved by the General Meeting, as well as the provisions and principles set forth in the Company's Bylaws, the Compensation Policy, and the applicable laws and regulations.

iii. how often and in what manner does the Board of Directors assess the adequacy of the issuer's compensation policy?

There is no predefined frequency for the Board of Directors to reassess the Compensation Policy.

c. compensation structure, indicating:

i. description of the various components of compensation, including, for each of them:

Board of Directors

The members of the Board of Directors are entitled to a fixed monthly compensation, individually determined by the Board in accordance with the Company's Policy guidelines and within the limit set by the General Meeting, aimed at compensating them for the services rendered, recognizing and reflecting the value of their personal experience, as well as the responsibilities of the position.

Except for the Chairman of the Board, who, due to the specificities of his position, receives higher compensation than the other members, the other members of the Board of Directors receive equal compensation.

The members of the Board of Directors directly associated with Log-In's controlling shareholder renounce the compensation they would be entitled to as a result of their positions in the Company.

Executive Board

The Directors are entitled to a fixed monthly compensation, determined by the Board of Directors, with the aim of compensating them for the services rendered, recognizing and reflecting the value of their personal experience, as well as the responsibility of their respective positions at the Company.

In addition to the fixed monthly compensation, the Directors may also be entitled to a variable compensation, which allows the Company to provide additional consideration to the Directors based on their performance. Variable compensation is measured, among other factors, by the Company's corporate and individual performance indicators, monitored on a monthly basis.

Variable compensation is paid annually and may include one or more of the following items:

- (i) Profit Sharing: makes up the short-term portion of variable remuneration and is intended to reward the achievement and surpassing of targets set for the year, based on the company's annual budget and on objective and measurable indicators and parameters approved by the Board of Directors and obtained from strategic planning;
- (ii) Long-Term Incentive Plan ("PILP" or "Incentive Plan") (stock option or subscription programs of the Company's shares): make up the long-term portion of variable compensation, and aims to attract, motivate, and retain its beneficiaries in the Company, as well as align their interests with those of the Company and its shareholders. The Company's PILP keeps the Company's compensation competitive in the market, while also aligning compensation with the Company's long-term strategy, aiming to make its beneficiaries feel engaged in achieving the established

goals, encouraging an ownership mindset. Moreover, the Incentive Plan serves as an incentive tool for achieving the Company's overall goals and for pursuing medium- and long-term actions that generate added value for the Company and are reflected in the appreciation of its shares in the market.

The deadline to execute the Incentive Plan for the fiscal year was June 2024.

Finally, the Directors may also be entitled to benefits related to their position, such as medical and dental assistance, supplementary pension plan, life insurance, and meal allowance, as well as, in the event of dismissal or non-renewal of their term, severance pay based on their length of service with the Company, as stipulated in each executive's contract.

Audit Board

When the Audit Board is in operation, its members are entitled to a fixed monthly compensation established by the general assembly that elects them, which cannot be less than ten percent of the average compensation assigned to each Director of the Company, excluding benefits, representation allowances, and profit-sharing. Members of the Audit Board will be reimbursed for travel and accommodation expenses necessary for the performance of their duties.

Advisory Committees

The Board of Directors is responsible for deciding whether the members of the Advisory Committees will be entitled to compensation and for defining the fixed amount, with no variable compensation being allowed.

In the event of the appointment of a member of the Executive Board or the Board of Directors to any of the Advisory Committees, the officer or director who accumulates positions will only be entitled to the higher compensation applicable to the positions.

- **its objectives and alignment with the issuer's short-, medium-, and long-term interests.**

The compensation paid by the Company aims to compensate for the work performed, as well as reward the results achieved, in addition to the qualification and excellence of the professional. The Company aims to keep the compensation of its officers competitive in relation to the market, in order to retain and attract talent that contributes to achieving its short-, medium- and long-term strategic objectives.

When it comes specifically to current variable remuneration, profit-sharing aims to encourage officers to improve their performance in order to achieve their immediate targets. The Incentive Plan, in turn, aims to align the long-term interests of the officers with those of the Company and its shareholders, encouraging an ownership mindset. Moreover, the PILP serves as an incentive tool for achieving the Company's overall goals and for pursuing medium- and long-term actions that generate added value for the Company and are

reflected in the appreciation of its shares in the market.

- **its proportion in total compensation over the last 3 fiscal years**

Board of Directors:

Type of Compensation:	2025	2024	2023
Fixed	100%	100%	100%
Variable	0%	0%	0%
Benefits	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%

Audit Board:¹

Type of Compensation:	2025	2024	2023
Fixed	N/A	N/A	N/A
Variable	N/A	N/A	N/A
Benefits	N/A	N/A	N/A
Total	N/A	N/A	N/A

¹ The Company's Audit Board was not established in the 2023, 2024, and 2025 fiscal years.

Statutory Executive Board:

Type of Compensation:	2025	2024	2023
Fixed	44%	52%	43%
Variable	37%	33%	48%
Benefits	19%	15%	9%
Total	100%	100%	100%

Finance Committee:²

Type of Compensation:	2025	2024	2023
Fixed	0%	0%	0%
Variable	0%	0%	0%
Benefits	0%	0%	0%
Total	0%	0%	0%

² Members of the Finance Committee are not paid for performing this function.

*People and Management Committee:*³

Type of Compensation:	2025	2024	2023
Fixed	0%	0%	0%
Variable	0%	0%	0%
Benefits	0%	0%	0%
Total	0%	0%	0%

³ Members of the People and Management Committee are not paid for performing this function.

Audit Committee:

Type of Compensation:	2025	2024	2023
Fixed	100%	100%	100%
Variable	0%	0%	0%
Benefits	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%

- **calculation and readjustment methodology**

The compensation of the Board of Directors is determined based on a Salary Survey conducted by an external consulting firm specialized in Compensation, where the average salary was used as the midpoint of the salary range for each position. The compensation of the Board of Directors complies with the overall compensation approved by the General Meeting, as well as the provisions and principles set forth in the Company's Bylaws, the Compensation Policy, and the applicable laws and regulations.

There is no predetermined index, frequency, or methodology for adjusting the compensation of the Board of Directors.

The fixed compensation of the Company's Directors is determined based on a Salary Survey conducted by an external consulting firm specialized in Compensation, in which the average salary was used as the midpoint of the salary range for each position. The compensation of the Executive Board is also based on negotiations with the Directors and complies with the overall compensation approved by the General Meeting, as well as the provisions and principles of the Company's Bylaws, the Compensation Policy, and the applicable laws and regulations.

There is no pre-established index, frequency, or methodology for adjusting the fixed and variable components of the Directors' compensation, since the value of profit sharing, as well as the goals to which its payment is conditioned, are approved annually by the Board of Directors. Any adjustments will be approved by the Board of Directors and based on the relevance of the respective member or position to the Company.

- **key performance indicators taken into consideration, including, if**

applicable, indicators related to ESG matters

Fixed compensation:

The fixed monthly fees received by the members of the Board of Directors, the Executive Board, and the Audit Board are established in accordance with legal rules and the Company's Compensation Policy. The same requirements must be observed in determining the fixed monthly fees that may be received by the members of the Advisory Committees.

Variable compensation:

The variable compensation awarded to the members of the Board of Directors and the Executive Board is set according to the targets established for the year, based on the Company's annual budget and on objective and measurable indicators and targets obtained from the strategic planning, both approved by the Board of Directors.

Specifically for the Executive Board, the goals and indicators include Log-In's performance, the performance of each Executive Board, the quality of the service level provided, the achievement of metrics related to health, safety, and the environment (HSE), and the achievement of goals related to strategic projects.

According to the Compensation Policy, the Company's variable compensation is affected by the achievement of goals set for the fiscal year, based on the Company's annual budget and objective and measurable indicators and targets obtained from the strategic planning, as detailed in item 8.1(c)(i) above.

Additionally, differentiated levels of compensation are established based on the individual performance of each Director, considering their respective positions, roles, and responsibilities. Individual performance is assessed based on goals obtained from the Strategic Planning and is measured monthly through pre-established indicators.

The company's performance indicators are aligned with the responsibilities of each position, the time commitment required, and competitiveness against the benchmark market, contributing to the achievement of corporate strategies. Currently, we do not consider any ESG (Environmental, Social, and Governance) index to influence the remuneration of Officers. However, it is important to highlight that Log-In is discussing conducting internal studies to potentially implement ESG-related indicators as one of the parameters of its management's Compensation Policy.

ii. reasons that support the composition of the remuneration

The Company's compensation strategy, combining fixed and variable compensation, aims to align the interests of officers with those of the Company and its shareholders, as well as to maintain competitive compensation in the market, retaining and attracting skilled, capable, and qualified personnel to contribute to the Company's growth and generate value for its shareholders.

iii. existence of non-compensated members of the issuer and the reason for this fact

The members of the Board of Directors directly associated with Log-In's controlling shareholder renounce the compensation they would be entitled to as a result of their positions in the Company, including as a result of holding positions on Committees. There are no other non-compensated members among Log-In's Officers, nor on the Company's Audit Board or Committees.

In line with the provisions of the Company's Compensation Policy, in the event of the appointment of a member of the Executive Board or the Board of Directors to any of the Advisory Committees, the officer or director who accumulates positions will only be entitled to the higher compensation applicable to the positions held.

d. existence of compensation supported by subsidiaries, controlled entities, or direct or indirect controlling shareholders

Not applicable, as there is no compensation supported by subsidiaries, controlled entities, or direct or indirect controlling shareholders.

e. existence of any compensation or benefit linked to the occurrence of a specific corporate event, such as the sale of the controlling stake of the issuer

There is currently no compensation or benefit linked to the occurrence of any corporate event involving the Company, such as the sale of the controlling stake or the execution of strategic partnerships.

8.2. Regarding the compensation reported in the results for the last three fiscal years and the compensation expected for the current fiscal year for the board of directors, statutory executive board, and the audit board, prepare a table with the following content

Compensation expected for the current fiscal year (2026) – Annual Amounts				
Corporate Body	Board of Directors	Statutory Executive Board	Audit Board	Total
Total number of members	6	11	0.00	17
Number of compensated members	3	11	0.00	14
Fixed compensation				
Salary or fees	1,549,999.92	11,360,806.88	0.00	12,910,806.80
Direct and indirect benefits	0.00	2,790,520.90	0.00	2,790,520.90
Committee participation fee	0.00		0.00	0.00
Others	0.00		0.00	0.00
Description of other fixed compensation	0.00		0.00	0.00
Variable compensation				
Bonus	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit share	0.00	7,297,737.20	0.00	7,297,737.20
Meeting attendance fees	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Others	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable compensation	0.00	0.00	0.00	0.00
Post-employment benefits	0.00		0.00	0.00
Benefits arising from the termination of office	0.00	0.00	0.00	0.00
Equity-based compensation (including options)	0.00	0.00	0.00	0.00
Remark	The number of members of the Board of Directors was calculated in accordance with the provisions of the SEP/CVM 2026 Annual Circular Letter and corresponds to the annual average of the number of members calculated monthly, rounded to two decimal places.	The number of members of the Executive Board was calculated in accordance with the provisions of the SEP/CVM 2026 Annual Circular Letter and corresponds to the annual average of the number of members calculated monthly, rounded to two decimal places.	-	-
Total	1,549,999.92	21,449,064.98	0.00	22,999,064.90

Total compensation for the fiscal year ended December 31, 2025 – Annual Amounts

Corporate Body	Board of Directors	Statutory Executive Board	Audit Board	Total
Total number of members	6	11	0.00	17
Number of compensated members	3	11	0.00	14
Fixed compensation				
Salary or fees	1,389,999.96	8,699,534.36	0.00	10,089,534.32
Direct and indirect benefits	0.00	3,763,264.02	0.00	3,763,264.02
Committee participation fee	0.00	0.00	0.00	0.00
Others	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other fixed compensation	0.00	0.00	0.00	0.00
Variable compensation				
Bonus	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit share	0.00	7,292,136.48	0.00	7,292,136.48
Meeting attendance fees	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Others	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable compensation	0.00	0.00	0.00	0.00
Post-employment benefits	0.00		0.00	0.00
Benefits arising from the termination of office	0.00	0.00	0.00	0.00
Equity-based compensation (including options)	0.00	0.00	0.00	0.00
Remark	The number of members of the Board of Directors was calculated in accordance with the provisions of the SEP/CVM 2026 Annual Circular Letter and corresponds to the annual average of the number of members calculated monthly, rounded to two decimal places.	The number of members of the Executive Board was calculated in accordance with the provisions of the SEP/CVM 2026 Annual Circular Letter and corresponds to the annual average of the number of members calculated monthly, rounded to two decimal places.	-	-
Total	1,389,999.96	19,754,934.86	0.00	21,144,934.82

Total compensation for the fiscal year ended December 31, 2024 – Annual Amounts				
Corporate Body	Board of Directors	Statutory Executive Board	Audit Board	Total
Total number of members	6.33	11	0.00	17.33
Number of compensated members	3.42	11	0.00	14.42
Fixed compensation				
Salary or fees	1,522,999.97	8,960,502.96	0.00	10,483,502.93
Direct and indirect benefits	0.00	2,621,046.26	0.00	2,621,046.26

Committee participation fee	0.00	0.00	0.00	0.00
Others	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other fixed compensation	0.00	0.00	0.00	0.00
Variable compensation				
Bonus	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit share	0.00	5,615,383.80	0.00	5,615,383.80
Meeting attendance fees	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Others	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable compensation	0.00	0.00	0.00	0.00
Post-employment benefits	0.00	0.00	0.00	0.00
Benefits arising from the termination of office	0.00	0.00	0.00	0.00
Equity-based compensation (including options)	0.00	633,143.15	0.00	0.00
Remark	The number of members of the Board of Directors was calculated in accordance with the provisions of the SEP/CVM 2026 Annual Circular Letter and corresponds to the annual average of the number of members calculated monthly, rounded to two decimal places.	The number of members of the Executive Board was calculated in accordance with the provisions of the SEP/CVM 2026 Annual Circular Letter and corresponds to the annual average of the number of members calculated monthly, rounded to two decimal places.	-	-
Total	1,522,999.97	17,830,076.17	0.00	19,353,076.14

Total compensation for the fiscal year ended December 31, 2023 – Annual Amounts				
Corporate Body	Board of Directors	Statutory Executive Board	Audit Board	Total
Total number of members	6.08	8.25	0	14.33
Number of compensated members	4	8.25	0	12.25
Fixed compensation				
Salary or fees	1,740,000.00	6,372,598.58	0.00	8,112,598.58
Direct and indirect benefits	0.00	1,348,252.80	0.00	1,348,252.80
Committee participation fee	0.00	0.00	0.00	0.00
Others	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other fixed compensation	0.00	0.00	0.00	0.00
Variable compensation				
Bonus	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit share	0.00	7,195,890.40	0.00	7,195,890.40
Meeting attendance fees	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Others	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable compensation				
Post-employment benefits	0.00	0.00	0.00	0.00

Benefits arising from the termination of office	0.00	0.00	0.00	0.00
Equity-based compensation (including options)	0.00	6,852,304.59	0.00	6,852,304.59
Remark	The number of members of the Board of Directors was calculated in accordance with the provisions of the SEP/CVM 2026 Annual Circular Letter and corresponds to the annual average of the number of members calculated monthly, rounded to two decimal places.	The number of members of the Executive Board was calculated in accordance with the provisions of the SEP/CVM 2026 Annual Circular Letter and corresponds to the annual average of the number of members calculated monthly, rounded to two decimal places.	-	-
Total	1,740,000.00	21,769,046.37	0.00	23,509,046.37

8.3. Regarding the variable compensation for the last three fiscal years and the compensation expected for the current fiscal year for the board of directors, statutory executive board, and the audit board, prepare a table with the following content

Variable compensation expected for the current fiscal year (2026)				
Corporate Body	Board of Directors	Statutory Executive Board	Audit Board	Total
Total number of members	6	11	0	17
Total number of compensated members	0	11	0	11
Bonus				
Minimum amount provided for in the compensation plan.	0	0	0	0
Maximum amount provided for in the compensation plan.	0	0	0	0
Amount provided for in the compensation plan, in the event that the established targets are met.	0	0	0	0
Profit share				
Minimum amount provided for in the compensation plan.	0	0	0	0
Maximum amount provided for in the compensation plan.	0	8,392,397.78	0	8,392,397.78
Amount foreseen in the compensation plan in case of achievement of goals.	0	7,297,737.20	0	7,297,737.20

Variable compensation - Fiscal year ended December 31, 2025				
Corporate Body	Board of Directors	Statutory Executive Board	Audit Board	Total
Total number of members	6	11	0	17
Total number of compensated members	0	11	0	11
Bonus				
Minimum amount provided for in the compensation plan.	0	0	0	0
Maximum amount provided for in the compensation plan.	0	0	0	0
Amount provided for in the compensation plan, in the event that the established targets are met.	0	0	0	0
Profit share				
Minimum amount provided for in the compensation plan.	0	0	0	0

Maximum amount provided for in the compensation plan.	0	8,104,131.16	0	8,104,131.16
Amount provided for in the compensation plan, in the event that the established targets are met.	0	7,047,070.57	0	7,047,070.57
Amount actually recorded in the net income for the fiscal year.	0	7,292,136.48	0	7,292,136.48

Variable compensation - Fiscal year ended December 31, 2024				
Corporate Body	Board of Directors	Statutory Executive Board	Audit Board	Total
Total number of members	6.33	11	0	17.33
Total number of compensated members	0	11	0	11
Bonus				
Minimum amount provided for in the compensation plan.	0	0	0	0
Maximum amount provided for in the compensation plan.	0	0	0	0
Amount provided for in the compensation plan, in the event that the established targets are met.	0	0	0	0
Amount actually recorded in the net income for the fiscal year.	0	0	0	0
Profit share				
Minimum amount provided for in the compensation plan.	0	0	0	0
Maximum amount provided for in the compensation plan.	0	10,445,340.68	0	10,445,340.68
Amount provided for in the compensation plan, in the event that the established targets are met.	0	6,481,668.64	0	6,481,668.64
Amount actually recorded in the net income for the fiscal year.	0	5,615,383.80	0	5,615,383.80

Variable compensation - Fiscal year ended December 31, 2023				
Corporate Body	Board of Directors	Statutory Executive Board	Audit Board	Total
Total number of members	6.08	8.25	0	14.33
Total number of compensated members	0	8.25	0	8.25
Bonus				

Minimum amount provided for in the compensation plan.	0	0	0	0
Maximum amount provided for in the compensation plan.	0	0	0	0
Amount provided for in the compensation plan, in the event that the established targets are met.	0	0	0	0
Amount actually recorded in the net income for the fiscal year.	0	0	0	0
Profit share				
Minimum amount provided for in the compensation plan.	0	0	0	0
Maximum amount provided for in the compensation plan.	0	7,987,961.85	0	7,987,961.85
Amount provided for in the compensation plan, in the event that the established targets are met.	0	4,907,883.32	0	4,907,883.32
Amount actually recorded in the net income for the fiscal year.	0	7,195,890.40	0	7,195,890.40

8.4. Regarding the stock-based compensation plan for the board of directors and statutory executive board, in effect during the last fiscal year and planned for the current fiscal year, describe:

- a. General terms and conditions**
- b. Approval date and responsible corporate body**
- c. Maximum number of shares covered**
- d. Maximum number of options to be granted**
- e. Conditions for acquiring shares**
- f. Criteria for determining the acquisition or exercise price**
- g. Criteria for determining the acquisition or exercise period**
- h. Settlement method**
- i. Restrictions on the transfer of shares**
- j. Criteria and events that, when verified, will result in the suspension, modification, or termination of the plan**
- k. Effects of the departure of the officer from the issuer's corporate bodies on their rights under the stock-based compensation plan.**

The deadline to execute the Long-Term Incentive Plan approved at the Special General Meeting held on July 27, 2021 was June 2024. There was no share-based compensation plan in effect for the 2025 fiscal year and there is no forecast of a share-based compensation plan for the 2026 fiscal year.

8.5. Regarding the compensation in the form of stock options reported in the results for the last three fiscal years and the compensation expected for the current fiscal year for the board of directors and the statutory executive board, prepare a table with the following content

Equity-based compensation in the form of stock options expected for the current fiscal year (2026)		
Corporate Body	Board of Directors	Statutory Executive Board
Total number of members	6	11
Number of compensated	0	0
Weighted average price for the fiscal year:		
Of options outstanding at the beginning of the fiscal year	N/A	0
Of options forfeited and expired during the fiscal year	N/A	0
Of options exercised during the fiscal year	N/A	0
Potential dilution in the event of exercise of all granted options	N/A	0
Clarification	The deadline to execute the Long-Term Incentive Plan approved at the Special General Meeting held on July 27, 2021 was June 2024; there is no forecast of a share-based compensation plan for the 2026 fiscal year.	

Equity-based compensation in the form of stock options recognized in the income statement for the fiscal year ended December 31, 2025		
Corporate Body	Board of Directors	Statutory Executive Board
Total number of members	6	11
Number of compensated	0	0
Weighted average price for the fiscal year:		
Of options outstanding at the beginning of the fiscal year	N/A	0
Of options forfeited and expired during the fiscal year	N/A	0
Of options exercised during the fiscal year	N/A	0
Potential dilution in the event of exercise of all granted options	N/A	0
Clarification	The deadline to execute the Long-Term Incentive Plan approved at the Special General Meeting held on July 27, 2021 was June 2024; there was no share-based compensation plan in effect for the 2025 fiscal year.	

Equity-based compensation in the form of stock options recognized in the income statement for the fiscal year ended December 31, 2024		
Corporate Body	Board of Directors	Statutory Executive Board

Total number of members	6.33	11
Number of compensated members	0	9
Weighted average price for the fiscal year:		
Of options outstanding at the beginning of the fiscal year	N/A	6.12
Of options forfeited and expired during the fiscal year	N/A	N/A
Of options exercised during the fiscal year	N/A	6.12

Equity-based compensation in the form of stock options recognized in the income statement for the fiscal year ended December 31, 2023		
Corporate Body	Board of Directors	Statutory Executive Board
Total number of members	6.08	8.25
Number of compensated members	0	8.08
Weighted average price for the fiscal year:		
Of options outstanding at the beginning of the fiscal year	N/A	6.35
Of options forfeited and expired during the fiscal year	N/A	N/A
Of options exercised during the fiscal year	N/A	6.45

8.6. Regarding each stock option grant made in the last three fiscal years and those expected for the current fiscal year, for the board of directors and the statutory executive board, prepare a table with the following content:

- a. corporate Body**
- b. total number of members**
- c. number of compensated members**
- d. grant date**
- e. number of options granted**
- f. period for options to become exercisable**
- g. maximum exercise period for the options**
- h. restriction period for the transfer of shares received as a result of option exercise**
- i. fair value of the options on the grant date**
- j. multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options on the grant date**

There were no stock option grants to members of the Board of Directors or the Statutory Executive Board of Log-In in the fiscal years 2023, 2024, and 2025, nor are any grants planned for the fiscal year 2026. Within the scope of the Long-Term Incentive Plan, approved at the Special General Meeting of July 27, 2021, all share purchase options were granted in 2021, to be exercised no later than June 2024.

8.7. Regarding the outstanding options of the board of directors and the statutory executive board at the end of the last fiscal year, prepare a table with the following content

- a. corporate Body**
- b. total number of members**
- c. number of compensated members**
- d. with respect to options not yet exercisable: (i) quantity; (ii) date on which they will become exercisable; (iii) maximum period for exercising the options; (iv) period of restriction on the transfer of shares; (v) weighted average exercise price; (vi) fair value of the options on the last day of the fiscal year.**

The deadline to execute the Long-Term Incentive Plan approved at the Special General Meeting held on July 27, 2021 was June 2024. Therefore, there were no open call options in the fiscal year ended December 31, 2025.

8.8. Regarding the options exercised related to the stock-based compensation of the board of directors and the statutory executive board in the last three fiscal years, prepare a table with the following content:

Options exercised in the fiscal year ended on 12/31/2025¹		
Corporate Body	Board of Directors	Statutory Executive Board
Total number of members	6	11
Number of compensated members	0	0
Number of shares	N/A	N/A
Weighted average price for the fiscal year	N/A	N/A
Weighted average market price of shares related to exercised options	N/A	N/A
Multiplication of the total number of options exercised by the difference between the weighted average exercise price and the weighted average market price of the shares related to the exercised options.	N/A	N/A

¹ The deadline to execute the Long-Term Incentive Plan approved at the Special General Meeting held on July 27, 2021 was June 2024; There was no share-based compensation plan in effect for the 2025 fiscal year.

Options exercised in the fiscal year ended on 12/31/2024		
Corporate Body	Board of Directors	Statutory Executive Board
Total number of members	6.33	11
Number of compensated members	0	9
Number of shares	N/A	183,000
Weighted average price for the fiscal year	N/A	BRL 6.12
Weighted average market price of shares related to exercised options	N/A	BRL 40.00
Multiplication of the total number of options exercised by the difference between the weighted average exercise price and the weighted average market price of the shares related to the exercised options.	N/A	BRL 6,200,677.48

Options exercised in the fiscal year ended on 12/31/2023		
Corporate Body	Board of Directors	Statutory Executive Board
Total number of members	6.08	8.25
Number of compensated members	0	8.08

Number of shares	N/A	405,326
Weighted average price for the fiscal year	N/A	BRL 6.45
Weighted average market price of shares related to exercised options	N/A	BRL 45.00
Multiplication of the total number of options exercised by the difference between the weighted average exercise price and the weighted average market price of the shares related to the exercised options.	N/A	BRL 15,623,711.22

8.9. Regarding stock-based compensation, in the form of shares to be delivered directly to the beneficiaries, reported in the results for the last three fiscal years and the compensation expected for the current fiscal year for the board of directors and the statutory executive board, prepare a table with the following content

- a. corporate Body**
- b. total number of members**
- c. number of compensated members**
- d. potential dilution in the event of granting all shares to the beneficiaries**

Not applicable, as the Company did not deliver any shares supported by a share-based compensation plan directly to beneficiaries in the last three fiscal years and there is no forecast of delivering of shares in the current fiscal year.

8.10. Regarding each share grant made in the last three fiscal years and those expected for the current fiscal year, for the board of directors and the statutory executive board, prepare a table with the following content:

- a. corporate Body**
- b. total number of members**
- c. number of compensated members**
- d. grant date**
- e. number of shares granted**
- f. maximum period for the delivery of shares**
- g. restriction period for the transfer of shares**
- h. fair value of the shares on the grant date**
- i. multiplication of the number of shares granted by the fair value of the shares on the grant date**

Not applicable, as the Company did not grant any shares supported by a share-based compensation plan for the Board of Directors and the Statutory Executive Board in the last three fiscal years and there is no forecast of granting of shares in the current fiscal year.

8.11. Regarding the shares delivered related to the stock-based compensation of the board of directors and the statutory executive board in the last three fiscal years, prepare a table with the following content:

- a. corporate Body**
- b. total number of members**
- c. number of compensated members**
- d. number of shares**
- e. weighted average acquisition price**
- f. weighted average market price of the acquired shares**
- g. multiplication of the total number of acquired shares by the difference between the weighted average acquisition price and the weighted average market price of the acquired shares**

Not applicable, as the Company did not deliver any shares related to stock-based compensation for the Board of Directors and the Statutory Executive Board in the last three fiscal years.

8.12. Summary description of the information necessary for understanding the data disclosed in items 8.5 to 8.11, including an explanation of the pricing method for the value of shares and options, specifying at least:

- a. pricing model**
- b. data and assumptions used in the pricing model, including the weighted average price of the shares, exercise price, expected volatility, option life, expected dividends, and the risk-free interest rate**
- c. method used and assumptions made to incorporate the expected effects of early exercise**
- d. method of determination of expected volatility**
- e. whether any other characteristic of the option was incorporated into the measurement of its fair value**

2019 Plan	2nd Program		3rd Program	
	Type A	Type B	Type A	Type B
a) pricing model	Black & Scholes		Black & Scholes	
b) data and assumptions used in the pricing model:	Volatility of 50.9% and interest rate of 3.75% (Selic rate at the beginning of the Program)		Volatility of 47.32% and interest rate of 6.84% (Selic rate at the beginning of the Program)	
c) method used and assumptions made for early exercise	N/A		N/A	
d) method of determination of expected volatility	Standard deviation of the 270 trading sessions prior to the grant date		Standard deviation of the 270 trading sessions prior to the grant date	
e) whether any other characteristic of the option was incorporated into the measurement of its fair value	N/A		N/A	

At the 2023 Annual General Meeting, the information presented in items 8.5 and 8.8, particularly the information relating to the 2022 financial year, did not include options held by members of the Board of Directors and Statutory Executive Board that had been granted to such members as share-based compensation for the performance of non-statutory duties (i.e. before the employee held a statutory position).

In the 2024 Reference Form, in items 8.5 and 8.8, this understanding was revised – the referenced items now include all options held by members of the Board of Directors and the Statutory Executive Board, even if such options were received due to the performance of non-statutory positions. The same was maintained for the current Reference Form.

The decision to change the format of the information disclosure was made due to the hiring of new directors, who do not have a stock of options from the exercise of non-statutory positions, a situation that did not apply in 2023:

- (i) in 2023, the decision regarding the presentation of the information in items 8.5 and 8.8 was made to emphasize the distinction between directors who received their options due to the exercise of statutory positions and those who received their options due to the exercise of non-statutory positions;
- (ii) in 2024, the decision regarding the presentation of the information in items 8.5 and 8.8 was made to emphasize the distinction between directors who received options and hold a stock of options and those directors who never received stock options issued by the Company.

The total number of paid members indicated in item 8.7 corresponds to the total number of directors holding open options as of December 31, 2023. Similarly, item 8.7 indicates all stock options allocated as share-based compensation held by members of the Board of Directors as of December 31, 2024.

8.13. Provide the number of shares, quotas, and other securities convertible into shares or quotas, issued in Brazil or abroad, by the issuer, its direct or indirect controlling entities, controlled or jointly controlled companies, held by members of the board of directors, executive board, or the audit board, grouped by corporate body

On 12/31/2025	Number of Common Shares issued by Log-In Logística Intermodal S.A.	% Share Capital
Board of Directors	4,007	0.004%
Audit Board	N/A	N/A
Statutory Executive Board	532,349	0.496%

8.14. Regarding the pension plans in effect granted to the members of the board of directors and statutory directors, provide the following information in table form:

Corporate Body	Board of Directors	Statutory Executive Board
Total number of members	Not applicable	11
Number of compensated members	Not applicable	11
Name of the plan	Not applicable	Plano de Benefícios Vale Mais da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (Vale Mais Benefits Plan of the Vale do Rio Doce Foundation for Social Security) – Valia
Number of officers who meet the conditions for retirement	Not applicable	None
Conditions for early retirement	Not applicable	Not applicable
Updated value of the contributions accumulated in the pension plan until the end of the last fiscal year, excluding the portion related to contributions made directly by the officers	Not applicable	3,058,997.08
Total accumulated contributions made during the last fiscal year, excluding the portion related to contributions made directly by the officers	Not applicable	753,225.74
Whether early withdrawal is possible and the conditions under which it may occur	Not applicable	Only in the event of termination Receipt of 100% of the Participant Account + 1% of the Sponsor Account for each month of ordinary contribution to the Plan, up to the limit of 80% of the accumulated value in that account; including, in both, the net return for the period

8.15. In table format, indicate, for the last three fiscal years, with respect to the board of directors, the statutory executive board, and the audit board:

	Statutory Executive Board			Board of Directors			Audit Board		
	12.31.2025	12/31/2024	12/31/2023	12.31.2025	12/31/2024	12/31/2023	12.31.2025	12/31/2024	12/31/2023
Total number of members	11	11	8.25	6	6.33	6.08	0.00	0.00	0.00
Number of compensated members	11	11	8.25	3	3.42	4	0.00	0.00	0.00
Amount of the highest individual compensation	4,184,610.37	3,679,224.95	4,139,961.91	549,999.96	532,499.97	445,000.00	0.00	0.00	0.00
Amount of the lowest individual compensation	995,735.60	799,512.61	939,963.22	420,000.00	420,000.00	420,000.00	0.00	0.00	0.00
Average amount of individual compensation	1,795,903.17	1,563,357.55	1,808,089.91	463,333.32	457,499.99	435,000.00	0.00	0.00	0.00

Remarks

Board of Directors		
12/31/2025, 12/31/2024, 12/31/2023	Total number of members	The total number of members and the number of compensated members for each body were determined as specified in the SEP/CVM 2026 Annual Circular Letter.
12/31/2025, 12/31/2024, 12/31/2023	Amount of the highest individual compensation	The member with the highest individual compensation in each body served throughout the 12 months of the fiscal year.
12/31/2025, 12/31/2024, 12/31/2023	Amount of the lowest individual compensation	The value of the lowest individual annual compensation was determined excluding members who served in the position for less than 12 months.

Statutory Executive Board		
12/31/2025, 12/31/2024, 12/31/2023	Total number of members	The total number of members and the number of compensated members for each body were determined as specified in the SEP/CVM 2026 Annual Circular Letter.
12/31/2025, 12/31/2024, 12/31/2023	Amount of the highest individual compensation	The member with the highest individual compensation in each body served throughout the 12 months of the fiscal year.
12/31/2025, 12/31/2024, 12/31/2023	Amount of the lowest individual compensation	The member with the highest individual compensation in each corporate body served throughout the 12 months of the fiscal year.

12/31/2023	Average amount of individual compensation	The Average Amount of Compensation for the Executive Board reported above excludes the amount paid in 2021 as profit sharing related to the fiscal year ended on 12/31/2020, as the individual was no longer part of the Statutory Executive Board during the fiscal year ended on 12/31/2021. If this amount were considered, the average compensation for the Executive Board would be BRL 1,206,714.94.
-------------------	--	--

Audit Board	
12/31/2025, 12/31/2024, 12/31/2023	The Company's Audit Board was not established in the fiscal years 2023, 2024, and 2025.

8.16. Describe contractual arrangements, insurance policies, or other instruments that structure compensation or indemnification mechanisms for officers in the event of removal from office or retirement, indicating the financial consequences for the issuer

For the Statutory Executive Board, in the event of removal or non-renewal of the term, indemnity is provided, corresponding to six times the value of the last compensation in the first year of the term (or renewal thereof), and to three times the value of the last compensation in the second year of the term (or renewal thereof), in addition to extending the Health Insurance Plan and Life Insurance for a period of six months in both cases.

There are no contractual arrangements, insurance policies, or other instruments that structure compensation or indemnification mechanisms in the event of removal from office or retirement for the members of the Board of Directors and the Audit Board.

8.17. Regarding the last three fiscal years and the estimates for the current fiscal year, indicate the percentage of the total compensation of each corporate body recognized in the issuer's results relating to members of the board of directors, the statutory executive board or the audit board who are related parties to the direct or indirect controlling shareholders, as defined by the accounting rules that address this issue

Not applicable, as none of the members of Log-In's management who could be characterized as a related party of the controlling shareholders, as defined by the CPC Technical Pronouncement 05(R1), receive any compensation from the Company.

8.18. Regarding the last three fiscal years and the estimates for the current fiscal year, indicate the amounts recognized in the issuer's results as compensation of members of the board of directors, statutory executive board or audit board, grouped by corporate body, for any reason other than the position they hold, such as commissions and consulting or advisory services rendered

No amounts were recognized in the results of the last three fiscal years and there are no plans to recognize in the results of the current fiscal year any amounts as compensation for officers and members of the audit board received for any reason other than the position they hold.

8.19. Regarding the last three fiscal years and the estimates for the current fiscal year, indicate the amounts recognized in the results of direct or indirect controlling shareholders, jointly controlled and controlled companies of the issuer, as compensation of members of the issuer's board of directors, statutory executive board or audit board, grouped by corporate body, specifying the nature of the amounts attributed to such individuals.

Not applicable.

8.20. Provide other information the issuer deems relevant

Not applicable.